

UTOPIA

REVISTA ANARQUISTA DE CULTURA E INTERVENÇÃO

13

OUTONO-INVERNO 2002

5,00 •

(IVA incluído)



DIRECTOR

Mário Rui Pinto

COLECTIVO EDITORIAL

Carlos Nuno, Guadalupe Subtil, J.M. Carvalho
Ferreira, José Tavares,
Ilídio Santos,
Eugénia Gomes, Manuel de Sousa.

COLABORADORES

Alberto Hernando, José Luis Félix, Alfredo
Gaspar, Armando Veiga, Arno Gruen, Attila
Toukkour, Carlos Díaz, Edson Passetti,
Francisco Madrid, Herculano Lapa, Jorge
Silva, Júlio Henriques, Luís Chambel, Maria
Oly Pey, Maria Pereira, Mimmo Pucciarelli,
Quin Sirera, Roberto Freire.

CAPA

“Caos”, colagem sobre papel de
Manuel Almeida e Sousa

ILUSTRAÇÃO

André

ARRANJO GRÁFICO

Maria Alice Bonilha

PROPRIEDADE

Associação Cultural A Vida
Publicação semestral registada no Ministério
da Justiça com o nº118 640

IMPRESSÃO

Gráfica 2000 · Cruz Quebrada

REDACÇÃO E ASSINATURAS

Apartado 2537 · 1113 LISBOA Codex
Portugal

INTERNET

<http://www.utopia.pt>

Sumário

Editorial	2
Anarquismo e cultura	
Christian Ferrer	5
Equívocos dos movimentos sociais anti-globalização	
José Maria Carvalho Ferreira	13
Comunicado de um grupo de afinidade activo no seio do Bloco Negro	21
Guerra e Paz	
Edson Passetti	24
Algumas Reflexões sobre o Terror: da violência revolucionária ao terrorismo reaccionário	
Manuel de Sousa	30
Principais massacres do século xx	38
Notas & Comentários. De Toda a Parte	
André Kelb	40
«O objectivo é o de difundir terror»	
Entrevista	44
Misérias da punição	
Edson Passetti	46
Elegia 1983	
Carlos Drummond de Andrade	50
Silêncio Maciço	
Carlos César Pacheco	51
Prisão: Negócio, corrupção & morte	52
Juan Gómez Casas. A vida de um anarquista	59
Duas vidas que se foram	
Carlos Nuno	66
Crise Luxuosa. Editora & livraria	68
Livros & Leituras	69
Publicações Recebidas	79

Desde o nosso último número que muitos acontecimentos terríveis ocorreram no mundo. Torna-se por demais evidente a total incapacidade da sociedade estatizada e hierárquica em conseguir erradicar a guerra e a pobreza, alterar o relacionamento humano ou criar uma sociedade mais fraterna e solidária. Bem pelo contrário, o mundo entrou numa lógica aparentemente suicidária, na qual ao terror sem fronteiras promovido por grupos de fanáticos políticos e religiosos e pelo crime organizado, respondem os Estados com guerras em nome da democracia, bombardeando países longínquos e miseráveis e adoptando políticas internas securitárias fortemente restritivas das liberdades individuais, que visam apenas reforçar o controlo social e dissuadir os potenciais contestatários. A tudo isto, some-se o terror económico provocado pelas decisões das organizações comerciais e financeiras mundiais e pela actuação das grandes empresas transnacionais na sua caminhada constante e galopante rumo a uma globalização selvagem, agravando desigualdades económicas, destruindo comunidades e eco-sistemas e precarizando vínculos laborais, sociais e familiares. Enquanto isto, o chamado crime de colarinho branco cresce e prospera ao abrigo de legislação permissiva, de inúmeros *off-shores* e de cumplicidades políticas e bancárias.

A situação actual, na sua complexidade, só vem confirmar a tese anarquista da relação inseparável entre lógicas de Estado e guerra como condição permanente ao desenvolvimento da dominação e da sociedade de exploração.

Nós, anarquistas, somos contra o uso deliberado da violência arbitrária e sem discernimento, com o objectivo de alcançar dividendos políticos ou de promover sociedades totalitárias. Como tal, condenamos os atentados de 11 de Setembro e qualquer tentativa de os integrar numa lógica de luta anti-capitalista. O terrorismo dos extremistas religiosos representa uma ameaça real no mundo de hoje mas, ao contrário da mensagem transmitida pelos *media*, não é só o extremismo muçulmano que importa combater. Temos de colocar no mesmo patamar quer os atentados de 11 de Setembro, quer os atentados à bomba da extrema direita cristã contra clínicas onde se pratica em condições dignas a interrupção voluntária da gravidez ou os massacres de palestinianos às mãos dos colonos judeus ultra-ortodoxos. No fundo, é a mesma lógica totalitária de pensamento único e de oposição à diferença que está subjacente a tudo isto. No entanto, também condenamos aquele que, historicamente, está provado ser o pior e mais sangrento terrorismo de todos: o praticado pelo Estado. O que o mundo assiste não é a uma luta entre o bem e o mal, mas a uma luta entre duas ideologias totalitárias: uma, defendendo um sistema político-económico que se apresenta como um só e único modelo de sociedade, fundado sobre um só modelo de desenvolvimento e querendo edificar uma só cultura e uma só civilização; outra, defendendo uma religião monoteísta que se apresenta como a única verdadeira, querendo igualmente edificar um só tipo de sociedade. No fundo, Bush e Bin Laden são apenas e não mais que as duas faces da mesma moeda.

Vários minutos de silêncio foram feitos nos EUA e pelo mundo fora em memória das vítimas, cerca de 6 mil, dos atentados do 11 de Setembro. Zero minutos de silêncio foram feitos nos EUA e pelo mundo fora em memória das vítimas, cerca de 1 milhão, dos massacres no Ruanda. Hipocrisia? Não! Apenas lógica mediática. E isto porque vivemos numa sociedade em que tudo é passível de transformação em espectáculo mediático para consumo de massas e captação de audiência. A repetição

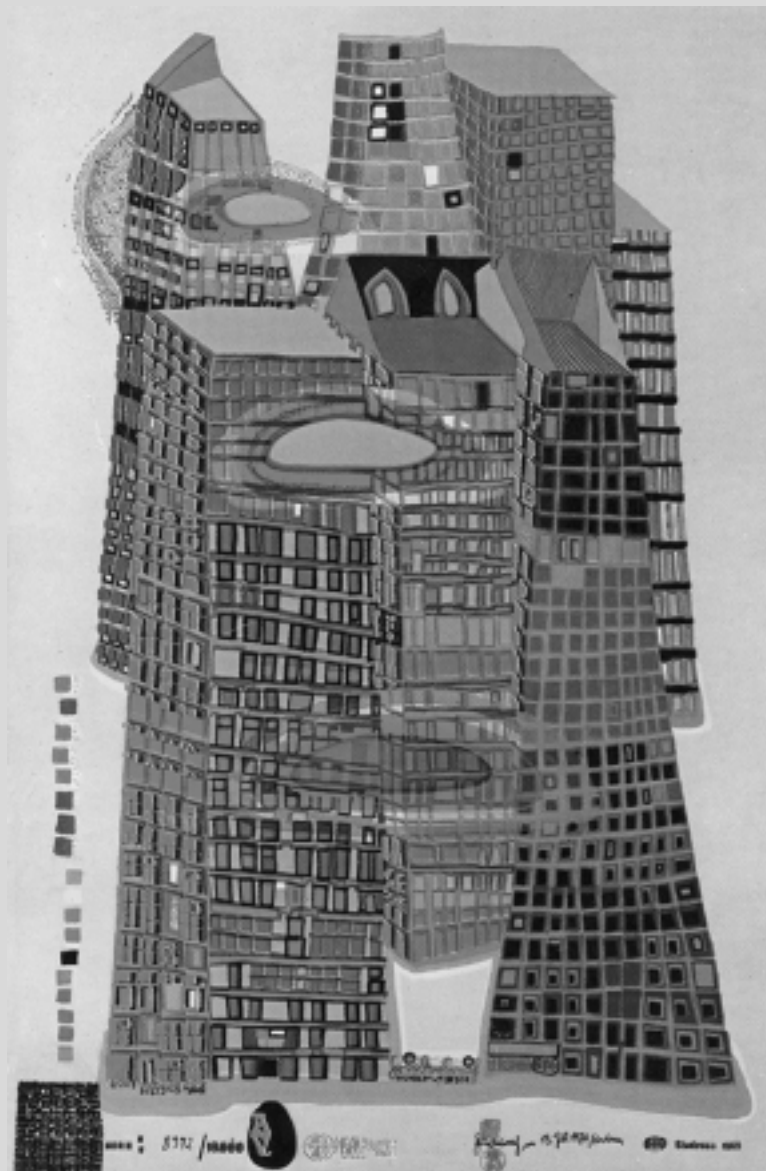
exaustiva de imagens de terror ou de exploração de sentimentos íntimos de dor banalizou-se na televisão, como qualquer outro produto da sociedade de consumo. Cada vez mais a televisão é utilizada como arma de arremesso em prol de uma cultura estupidificante, promovida pelo Estado e que também ela combate a diferença e a participação activa de indivíduos e associações não alinhadas. O bom cidadão é aquele que adormece ao fim de um dia de trabalho a ver televisão.

A nível do Estado português, tudo aponta para a realização, em breve, de mais um circo eleitoral legislativo. A verdadeira hecatombe política que, a nível autárquico, atingiu a “esquerda” partidária em geral e o partido do governo em particular, não deixa transparecer grande alternativa. Mas há um aspecto que importa salientar: a derrota, em muitos casos vexatória, de presidentes de câmaras há muito tempo no poder ou conotados com os mais grosseiros atentados ao meio ambiente e, logo, à qualidade de vida das respectivas populações. Estão neste caso, por exemplo, Évora e Sintra. Noutros casos, como Cascais, o novo candidato do partido que detinha a presidência da câmara pagou a factura da fúria construtora do presidente anterior. Será que está a despontar uma nova consciência de cidadania, não necessariamente libertária ou revolucionária, mas que poderá pôr em causa o pântano lodoso da política e lutar, a nível local, pelo direito inalienável de cada cidadão a uma vida de qualidade? O aparecimento de inúmeros grupos locais de protecção ambiental e ecológica aponta para isto. Mas não chega. Também aqui o anarquismo e os anarquistas têm uma palavra a dizer, e muito a fazer, para uma mudança radical da presente situação.

Vivemos num Estado que se auto-proclama civilizado, moderno e democrático. No entanto, na prática, o que se constata é totalmente diferente, nomeadamente nas áreas da saúde e da justiça. Nesta última, e para além da extrema morosidade processual que se depara a qualquer cidadão, vive-se neste momento, a nível do universo prisional, um ambiente completamente degradado. Tráfico de droga e de influências, suicídios, espancamentos, assassinatos, tudo acontece nas prisões de Portugal e, aparentemente, com a participação activa das “autoridades”. Por outro lado, na área da saúde, e para além de todas as deficiências estruturais, verifica-se que a justiça nem sempre é cega: aos médicos, tudo é perdoado ou nem sequer devidamente investigado, desde processos por negligência até relações perigosas com as multinacionais farmacêuticas, enquanto que 17 mulheres da Maia vão a tribunal e serão provavelmente condenadas por tentarem abortar com um mínimo de assistência. O seu crime foi não terem dinheiro para irem à Suíça...

Algumas linhas finais sobre a “nova” Utopia. Cumprido um ciclo de cinco anos de periodicidade semestral, feita uma pausa para reflexão a nível do Colectivo Redactorial, à qual se procurou associar os membros da Associação Cultural A Vida, retiradas as devidas ilações após a saída do último número, chegou-se à conclusão que algumas alterações teriam de ser introduzidas para possibilitar uma maior capacidade de resposta face aos acontecimentos políticos, sociais, culturais e económicos que vão ocorrendo à nossa volta. Assim, como em tudo, a continuidade da revista faz-se renovando-a, assumindo-se a redução do número de páginas e a passagem da periodicidade semestral para quadrimestral como principais objectivos do novo Colectivo Redactorial.

Gravura de Hundertwasser



Anarquismo e Cultura

Christian Ferrer

Ocorre-me que a palavra *anarquismo* é uma palavra muito especial. Os que estão acostumados a ler a história do anarquismo, a ter amigos anarquistas ou a conviver no âmbito da militância anarquista muitas vezes já nem se dão conta do quanto é estranha e curiosa esta palavra.

De facto, alegra-me que uma palavra tão antiga continue a ser pronunciada em 1999. É quase milagroso, se nos apercebermos do panorama dos últimos dois séculos, as condições actuais da memória social argentina e a própria história do anarquismo, daquilo que conseguiu mas também das suas frustrações e derrotas.

É uma palavra estranha, pois se para a casa ao lado de qualquer um se mudar uma família mormon, bem, já sabe o que o espera, é um *incordi* permanente; se for uma família de roqueiros, na melhor das hipóteses vai ser todo o dia droga, sexo e música no máximo. Mas, se for uma família anarquista, não sabe como reagir; não é o mesmo que uma família marxista, uma família socialista, até mesmo uma família guevarista. Aí estão já assentes os emblemas, certas crenças e uma história própria destas ideias, pelos acontecimentos da década de 60 que, mesmo que não sejam totalmente aceites, dispõem de uma certa legitimidade, inclusivamente cinematográfica e mediática.

No caso do anarquismo, começa logo no problema da própria palavra. Na minha opinião, as coisas poderiam melhorar se o anarquismo pudesse reivindicar tudo o que na sua história

tem havido de potência cultural. Porque o anarquismo não foi apenas um modo de organização, nem um movimento com uma história política, tem sido uma cultura. Quando se percebe, por exemplo, a importância que no princípio do século tinham, num jornal como *La Protesta*, todos os discursos associados ao amor livre, ao mesmo tempo que se percebe a dúctil e tão incisiva utilização do humor satírico, especialmente

a zombaria anticlerical - zombaria que sempre foi património da cultura popular, enquanto a sátira é, pelo contrário, uma tradição de resistência ilustrada - damo-nos conta do desenvolvimento de uma cultura, e não somente de um modo refractário de combater o capitalismo e a

autocracia. Essa cultura gerou identidades, essa identidade é importante; penso em mim próprio, penso em gente que conheço, com diferenças, que nos interceptamos numa zona estranha que é a zona da identidade anarquista, e esta identidade não é necessariamente o mesmo para todos mas que se percebe como pertencente a alguma coisa, que se gerou em parte por uma cultura e em parte por uma história.

Esta história biográfica, na minha opinião, desde há pelo menos três décadas que é gerada à volta de temas juvenis. É difícil hoje em dia encontrar situações como as que se encontravam no final do século passado e nos princípios deste, quer dizer, uma situação em que um senhor meio gordo, que sofria de gota, comerciante, mesmo um bocado beato, um domingo qualquer comunicava à sua família que da noite para o dia resolvera

*Alegra-me que uma
palavra tão antiga
continue a ser
pronunciada em 1999.*

tornar-se anarquista por um acto de consciência. Era uma época em que a filosofia da história, os actos de consciência e os dramas sociais afectavam realmente as pessoas. Creio que isto hoje é muito difícil que torne a acontecer, pelo menos na sua forma clássica, porque os actos de consciência já não são tão importantes, e tampouco o é a filosofia da história; penso que isto tem relação com o facto dramático que é o crescente apagamento da memória social. Portanto, em grande medida a identidade que hoje podemos fazer do anarquismo é, antes de tudo, um facto juvenil.

Em todo o caso, o problema do anarquismo, associado à sua potência cultural, deriva de um facto curioso que é, ao mesmo tempo, o seu benefício e o seu malefício, podíamos chamá-lhe aquilo em que poderia apoiar-se mas

também o que de alguma forma o prejudica, e esse facto é o seu passado glorioso, que acaba por ser negativo, quer dizer, acaba-se sempre a pensar numa época maravilhosa, época que descreveria como de intercepção entre uma ideia absolutamente absurda como a ideia anarquista, onde praticamente se propõe dar a volta por completo à sociedade e à cultura popular. Essa zona de intercepção, esses momentos de glória, funcionam curiosamente como uma espécie de peso gigantesco sobre aqueles que ainda querem continuar a fazer circular a palavra anarquista e, no entanto, é a única identidade sobre a qual se podem apoiar.

Isto constitui uma espécie de paradoxo, pois é um facto que os anarquistas são uma minoria demográfica - uma das minorias demográficas mais pequenas do mundo - o que, por outro lado, creio que não é necessariamente mau. Nunca foi feito, embora quem tivesse paciência e tempo o pudesse organizar, um atlas mundial do ponto de vista das migrações anarquistas, de militantes e muitas vezes de nomes próprios, que de repente chegavam a lugares - na altura por vezes completamente exóticos - como as Filipinas ou o Alasca, e imediatamente aí criavam um jornal ou um local de activismo, ou começavam a organizar a população. O anarquismo sempre foi a história de uma minoria demográfica, que em condições felizes pode chegar a fazer circular a sua palavra e a organizar as pessoas; que além disso não era sectária, porque quando se pensa na importância que teve o anarquismo na China - que para lá foi levado por estudantes chineses que estudavam em Paris e que ao voltarem organizaram os primeiros círculos anarquistas, cerca de 1900, 1910 - damos conta de que o crescimento do anarquismo na China, sobretudo entre os estudantes, não derivou da palavra anarquismo,



das ideias anarquistas, mas do contacto que estas ideias tiveram com o confucionismo - este sim, uma doutrina social tradicional importante na China. Ou quando nos apercebemos da importância do magonismo na revolução mexicana, e antes da revolução do Partido Liberal Mexicano - como se chamava ao partido dos magonistas - a do Partido Obrero Acartuqueño, que era o partido de Juan Escudero, outro anarquista, damo-nos conta que a força das ideias não está no anarquismo mas no contacto que estas tiveram com o problema agrário, quer dizer, que sabiam adequar-se às condições sociais de cada momento.

Esse é um problema para nós próprios, porque não estou muito seguro de quais são as condições

sociais, férteis, para fazer circular uma ideia a que devam adequar-se as ideias anarquistas e, além disso, se essas ideias anarquistas devem ser as mesmas de outras épocas ou outras novas, ou renovadas. Em cada época concreta, essa minoria demográfica se teve um enorme poder de permeabilidade não se deveu apenas ao facto de ser uma verdade, mas ao saber adequar-se ao seu momento histórico e ao seu lugar geográfico e cultural. Quando um movimento está reduzido à sua expressão mínima, deve colocar-se o problema da influência da sua palavra. E isso parece-me importante, enfatizar o carácter de cultura do anarquismo; de outro modo o perigo é fechar-se numa seita que defende emblemas, que defende exclusivamente a tradição. A história do anarquismo sabe, por exemplo, que a Malatesta importava minimamente a tradição anterior, que necessitava era de adequar-se às condições italianas de então.

Se o anarquista é um ser demográfico mínimo, isso quer dizer que em grande medida é um ser improvável, pois sobretudo o anarquista trata de promover a dissolução dos

antigos regimes psicológicos e culturais. Aqui reside a dificuldade do pensamento anarquista, quer dizer, nada mais nada menos que a sua posição é a de romper com uma estrutura que está enraizada mesmo no inconsciente, como a questão da hierarquia; e, no entanto, esta é ao mesmo tempo a grandeza do pensamento anarquista. Isso faz com que o anarquismo seja muito exigente, não necessariamente impossível, como é comum dizer-se, mas sim um pensamento que exige tanto que não permite fáceis negociações com o ambiente circundante, quer dizer, não estabelece pactos

O perigo é fechar-se numa seita que defende emblemas, que defende exclusivamente a tradição.

fáceis com a situação social actual tal como a conhecemos. Neste sentido é importante o conceito de influência, ou seja, influir o mais possível em tudo o que está à volta.

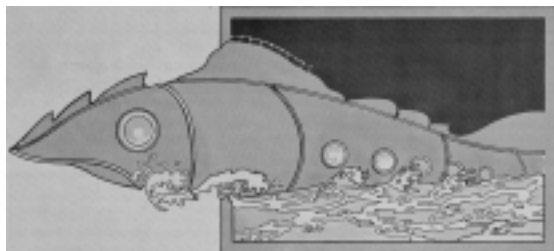
O que por sua vez traz outros problemas, como influenciar desde o quê, ou qual das verdades anarquistas é que pode permitir uma maior influência, e com que objectivos.

O apagamento da memória social não afecta só os anarquistas, os socialistas ou os marxistas, mas a própria memória social das lutas sociais.

Quando não há memória social que se transmita, também fracassa outra coisa que a mim me parece que era um dos aspectos centrais do processo de difusão, aquilo a que eu chamaria a voz profética. Em grande medida o anarquismo foi um discurso do tipo messiânico, que prometia a boa nova, a solução de todos os males, que se propunha resolver aquilo a que, no século passado, se chamava a questão social. Era uma mensagem de consolo para aqueles que sofriam os efeitos do modelo económico, que naqueles tempos era um modelo fortemente associado à pobreza e à fome; mas não se transmite apenas a memória do sofrimento, também uma matriz de ódio, pelo sofrimento

das gerações anteriores. É evidente que não é o nosso caso, a gente actualmente ilude-se - coisa ainda para discutir, em todo o caso - com novas possibilidades: se não é a última moda será alguma novidade electrodoméstica, se não é esta, será a possibilidade, qualquer que seja, de ter algum dinheiro para bem passar o fim de semana. É evidente que os Estados se encarregam de administrar a energia emotiva da memória, por exemplo através do sistema pedagógico nacional, mas também me parece que não se trata de um problema redutível apenas à acção do Estado.

O Estado - e contra a imagem habitual que dele se tem, especialmente e inclusivamente entre os anarquistas - não é uma entidade que controle todo o território, há zonas inteiras que não controla. Estas zonas são culturais e, muitas vezes, não apenas culturais mas o que eu chamaria psicológicas e filiais. Para dar um exemplo, um pouco abstracto e activo, aquilo a que chamamos *amizade* não é uma invenção do Estado, muito pelo contrário, é uma invenção antropológica, humana, tal como o jogo, a festa, invenções que não se sabe porque é que nalgum momento surgiram na história da humanidade. A amizade sempre foi problemática, não só para o Estado mas para toda a forma de hierarquia; por amizade pode trair-se uma nação, uma empresa, um Estado ou uma religião. A amizade não é, pois, uma pequena zona de território que possa ser controlada pelo Estado, pois a amizade não funciona de forma hierárquica e o Estado é, antes de tudo, uma máquina capaz de traduzir



toda a invenção comunitária humana numa hierarquia.

Outro exemplo minoritário, mas que me chama a atenção sobretudo porque o acho incompreensível, é o caso dos *fanzines*, um tipo de revistita que começou a surgir há cerca de uns 15 anos; na realidade é muito mais antigo, da década de 40 e de 50 nos Estados Unidos, mas que aqui teve uma certa centralidade na década passada. Centralidade que não está reduzida aos *fanzines* políticos, como diferença em relação à anterior revista militante, do periódico militante, mas sim a *fanzines* de banda desenhada, *fanzines* de ficção científica, *fanzines* de fanáticos do rock. Um *fanzine* faz-se de modo muito barato, é feito por adolescentes sem dinheiro, muitas vezes com objectivos próximos da ilegitimidade, especialmente no caso dos punks. Li uma investigação que me despertou o interesse, de um jovem universitário que tinha logrado compilar cerca de 550 *fanzines* apenas de banda desenhada. 550!, cada um deles feito por dois ou três tipos, se começo a multiplicar encontro-me perante uma base social impressionante, de gente que se ocupa a fazer circular *fanzines*, que não são vendidos, pelo menos a maioria, mas sim oferecidos ou distribuídos na praça pública. Devia prestar-se atenção a todo este tipo de intervenções comunitárias, se bem que habitualmente sejam recuperadas pelos aparelhos do Estado - o que demonstra a potência da cultura popular ou de uma cultura de resistência que começou a germinar, e da qual aquilo a que chamamos Estado teve que se ocupar, de outra maneira nem se teria preocupado.

Creio que estamos assistindo, então, ao fim de uma época, e isto indica que haveria que analisar em que medida os acontecimentos sociais, e os tecnológicos também, que vão reger o próximo século podem ser lidos do

ponto de vista do modelo clássico associado às palavras modernidade, ilustração ou revolução. Por exemplo, muita gente ainda continua a pensar os partidos políticos do ponto de vista da representação, ou seja, como representando algum interesse colectivo, ou algum tipo de votantes, ou que representam os interesses de algum sector determinado, sejam os ricos, os pobres, as classes médias, ou, ainda, que representam ideias. Eu estou cada vez mais convencido que a nível mundial, salvo algumas excepções ou contextos peculiares, os partidos políticos - ou melhor dizendo, a própria política - estão organizados e articulados à volta do modelo da máfia italiana e, para não dizer uma palavra a menos, as próprias famílias estão articuladas do ponto de vista da máfia. Na própria palavra família, se quiserem fazer um anagrama, vão encontrar *la máfia*. Quando é a máfia o modelo de articulação da política actual, quer dizer que é inútil falar de interesses ou de representação ou de ideias, pois a articulação de antagonismos, por exemplo, associada ao Estado de bem-estar ou ao Estado social-democrata, ou mesmo a luta de antagonismos associada a uma etapa anterior, ou a situações onde é impossível ocultar os dramas sociais, vai desaparecendo. E isto é algo que obriga a repensar por completo o que chamamos política, mesmo que seja para a negar ou combater.

A segunda grande transformação, além da tecnológica que constitui um mundo em si mesma, é o fim de um modelo que no ocidente eu chamo “o modelo da fome”. O modelo sobre o qual se realizou a luta revolucionária no século passado era um modelo, em grande medida, economicista, e insisto muito em que o anarquismo não foi apenas isso mas sim um invento cultural, a grande invenção cultural, embora em grande medida também se tenha organizado em volta da luta económica. No

século passado, no entanto, as pessoas morriam de fome, por exemplo na Irlanda morreram milhões quando se estragou o alimento base de que comiam todos os irlandeses, nos anos de 1848-49. Tal é impensável no ocidente hoje em dia, há que ir a África para ainda encontrar esse modelo, mas não no ocidente. Morreu o modelo da fome, portanto o

modelo, o sistema de necessidades que se articulam com o pensamento económico actual, é distinto e haveria que analisar qual é, para que se tenha uma resposta. Muitas vezes ao ler os jornais, sobretudo jornais trotskistas, parece que eles se dirigem a uma pessoa a viver no século passado, e não a um sistema de necessidades actuais, que também são económicas, a economia é a base sobre a qual se articula uma sociedade, ao fim e ao cabo se um tipo vai a um bar com um amigo e tem que pagar um café, pois tem que o pagar, aí está a moeda a reger as coisas, mas não é o mesmo modelo de articulação das necessidades anteriores.

Quando penso na evolução histórica do anarquismo, divido-o em várias fases; o anarquismo tem sido um movimento de fases muito rápidas, o que indica uma certa fluidez, certa capacidade aquática de se mover rapidamente por um rio que é ele também muito rápido, que é o rio da história. Há uma primeira fase a que eu chamaria de fase carbonária, que é a da organização dos primeiros anarquistas; eram pessoas que se conheciam entre si, que se baseava no sistema de correio postal do século passado. Bakunine, por exemplo, era um homem que escrevia cartas, estava sempre a escrever cartas, quase todas as suas obras são cartas. Escrevia para a Arábia, Itália, Estados Unidos, Rússia, quer dizer, organizava a Internacional através do sistema postal internacional; isto pode parecer cómico mas não o é de todo, há que pensar na importância

*Quando é a máfia o modelo
de articulação da política
actual.*

que teve o sistema postal do século passado na organização de grupos políticos.

Há uma segunda fase, que é a fase messiânica, que é posterior a Bakunine, quando os seus discípulos vão fomentando em cada lugar organizações locais específicas, ou organizações de operários.

O anarquismo não tem possibilidade de oferecer um modelo imaginário aos seus militantes, continua mantendo-o como uma tradição, uma possibilidade, mas esse foi o fim - sobretudo se se analisam as transformações geopolíticas e tecnológicas - foi o fim de um modelo clássico e revolucionário. A partir daí surgiu uma fase que foi de refluxo, por um lado, de confusão por outro, e também uma fase a que eu chamaria “sectária”, onde se defende a todo o custo a tradição que até esse momento era benefício de inventário. E chega-se, por fim, à fase actual, que não sei como definir mas que necessita de respostas. O modelo de subjectivação dos militantes que conheci há vinte anos atrás, quando eu próprio tinha dezoito ou vinte anos, defini-lo-ia como um modelo de subjectivação progressista melancólico; era um modelo fortemente ideológico, de grande discussão ideológica e de grande preparação ideológica dos militantes, neste sentido um modelo clássico, próximo ainda dos modelos dos anos 60 e 70, mas também muito sectário.

Um pouco mais tarde ainda, uns dez anos mais tarde, apercebi-me da aparição de um novo tipo de militantes, se é possível chamar-lhes assim, a que eu chamaria “militantes punk”. Este tipo de militantes parecem-se bastante com um gato assanhado, quero dizer - em parte porque são um tipo de militante fortemente “de rua” mas que não dispõe de ideologia - a ideologia é secundária, e isso nota-se logo nos fanzines, são ilegíveis, em grande medida incompreensíveis, mas ao mesmo tempo não os desaprecio, creio que foram

importantes num momento de forte refluxo do anarquismo, porque permitiram manter viva, entre uma certa juventude, a própria palavra.

Esse tipo de militante parece-me que foi desaparecendo, e por isso todos a quem interessa fazer a difusão do anarquismo têm que pensar actualmente num tipo de jovem ou num tipo de sector social que sinta um profundo mal-estar perante o estado das coisas, e esse mal-estar não pode ser apenas económico, nem

apenas político, porque com isso não se chega lá. Não só a explosão do drama acumulado por via económica ou política conduz, necessariamente, a uma transformação das subjectividades e das mentalidades; em grande medida o mal-estar é sempre existencial, e este é o lugar de onde pode influenciar ou germinar o anarquismo. A ideologia central ou, mais do que a ideologia, o conceito central quando se lê Bakunine, o conceito que se repete uma e outra vez e que faz pensar que ali havia alguma coisa que para ele representava uma demanda e uma aspiração social forte, é a liberdade. É evidente que a Europa de Bakunine é a Europa autocrática, pensem no czar quando este o manda para a fortaleza de Pedro e Paulo, não existem julgamentos, não existem advogados para este tipo de casos, e mesmo os governos democráticos liberais são governos fortemente repressivos. Quer dizer, o modelo de Bakunine de liberdade é uma força imaginária, com a qual se opõe à autocracia conservadora.

Por outro lado, hoje parece-me que palavras como liberdade e revolução não chegam a conseguir ser conceitos centrais à volta dos quais se possa organizar um discurso que alcance a sociedade.

Na década de 60, o anarquismo teve um momento em que esteve associado às revoluções juvenis e culturais; não restou muito dessas rebeliões, não ficou outra coisa

As raízes vitais do anarquismo foram de ordem cultural.

senão uma revolução de costumes, o que não é de desprezar, sobretudo para analisar a situação actual da juventude. O modelo familiar ou o modelo de subjectivação nas décadas de 40 e 50 eram espantosos, a felicidade era um novo electrodoméstico na cozinha, a obrigação era a de usar gravata, como usava o pai no escritório, eram modelos pouco permissivos. Nós, pelo contrário, temos o problema do excesso de permissividade, isto é, de como analisar o excesso de permissividade na actualidade.

Em suma, é muito importante retomar as raízes vitais do anarquismo, e estas raízes foram, para mim, de ordem cultural, mais do que isso, de uma ordem cultural que implica sempre uma ousadia em relação à sua própria época.

*Transcrição parcial da exposição apresentada pelo autor no “Encuentro Anarquista de Córdoba”, em Abril de 1999, in *Alter* nº 5 (Uruguai).

Traduzido do espanhol por Carlos Terra.





Equívocos dos movimentos sociais anti-globalização

José Maria Carvalho Ferreira

Neste mundo em que vivemos, cada vez mais angustiado pelas misérias e desgraças que cria, as reflexões e as práticas emocionais e maquiavélicas sobrepõem-se sobremaneira àquelas cuja impotência histórica as torna objectos de morte e de genocídio de uma engrenagem que lhes escapa. Outros seres humanos, entre os quais se incluem os que se autodenominam de anarquistas ou libertários, com alguma lucidez e revolta tentam inverter esse processo, mas até hoje nada mais são que seres humanos impotentes face a uma tragédia histórica que nos vai destruindo lentamente. O dia 11 de Setembro de 2001, pese embora os seus simbolismos mediáticos espectaculares, nada mais é que um dos efeitos ou derivações negativas de uma sociedade que se estrutura através da morte, da violência, do crime, da guerra e do terror. Num passado recente foram as populações indígenas e os escravos africanos que foram assassinados e colonizados pelo terror das baionetas dos exércitos e dos Estados; no presente e provavelmente no futuro, as vítimas do genocídio e da barbárie são os seres humanos alienados e atomizados que habitam o planeta Terra, que nada mais são que objectos manipulados por um poder sem rosto e abstracto.

Por tudo isto, quando falamos, agimos ou escrevemos sobre a problemática da globalização devemos ter sempre presente uma série de factores que muitas vezes dão origem a uma série de equívocos, inclusive entre aqueles que se integram no imaginário anarquista e libertário. Na actualidade, a

visibilidade e a pertinência histórica dos movimentos sociais anti-globalização são um exemplo flagrante do que acabo de referir. Por forma a tornar mais claro o que pretendo desenvolver, em primeiro lugar debruçar-me-ei sobre os conteúdos e as formas da globalização que dão sustentabilidade à acção reivindicativa e revolucionária dos movimentos sociais anti-globalização. Num segundo momento, tentarei discernir sobre as contradições e os conflitos que atravessam os diferentes tipos de acção colectiva que integram estes movimentos.

1. Características tendenciais da globalização

Se há algo que nos pode aproximar de um conhecimento mínimo dos efeitos da globalização na vida quotidiana das pessoas à escala mundial, elas são sem dúvida as formas padronizadas de comportamento humano em termos sociais, económicos, culturais e políticos. O comportamento humano à volta do valor e das funções do dinheiro enquanto elemento de troca mercantil, mas também como elemento de riqueza, de poder e de sobrevivência histórica, é, nesta assunção, emblemático.

Se generalizarmos essas funções e o valor simbólico do dinheiro para o que é convencional chamar a prática sofisticada e complexa do capitalismo financeiro, depressa nos apercebemos da sua importância nos mecanismos de exploração e de opressão do capitalismo à escala universal. Pela via das acções, das fusões, das aquisições e concentrações

de um capital sem rosto e abstracto, as transnacionais investem, acumulam, enriquecem, empregam, desempregam, criam empresas, fecham empresas, sem que a grande maioria dos trabalhadores assalariados possam intervir ou decidir sobre esse processo. Fábricas, tecnologias, capitais, trabalhadores assalariados são localizados, deslocalizados ou realocalizados num espaço-tempo em que os domínios do virtual e do real se confundem muitas vezes. A “pequenez dos trabalhadores assalariados” revela-se cada vez mais importante face à onipotência das transnacionais, cujas actividades económicas se inscrevem nos sectores primário, secundário e terciário. Pese embora todas as diferenças de salário, de direitos e deveres, de condições de trabalho, a dimensão desta tendência de padronização económica-financeira afecta negativamente todos os trabalhadores assalariados do mundo. Como escravos modernos e objectos manipulados pelos desígnios das transnacionais, a emergência de uma identidade colectiva dos trabalhadores assalariados é, no meu entender, mais importante que uma suposta divisão ou desigualdade de incidência local, regional ou nacional.

Em sintonia estreita com este processo histórico de capitalização dos seres humanos, a natureza vem sendo objecto de uma transformação desenfreada. A crescente integração da ciência e da técnica e o modelo de crescimento e de desenvolvimento baseado no ferro, no vidro e no cimento têm contribuído para a destruição irreversível dos solos, rios, mares, florestas, recursos naturais, espécies animais e vegetais que são essenciais para a manutenção do equilíbrio ecossistémico da natureza, mas sobretudo para a própria perenidade históricos dos seres humanos que ainda têm o nome de “gente” ou de “pessoas”. O capitalismo e, logicamente, a globalização em associação estreita com os ditames da sua

racionalidade instrumental transforma a natureza num simulacro de vida e num caixote do lixo de uma espécie humana acéfala, atomizada e estupidificada. Neste sentido, a globalização do capitalismo é a destruição do planeta, porque ela produz seres humanos que não se identificam como a sua essência biológica e sociológica, provocando para o efeito perversões que culminarão na sua morte e das outras espécies animais e vegetais.

Do mesmo modo que estas perversões da tendência económica-financeira afectam sobremaneira todos os trabalhadores assalariados do mundo e todos aqueles que vivem à sua margem, também não é menos verdade que no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo, a sobrevivência histórica deste só é possível desde que persista a capitalização de pessoas, mercados, tecnologias, matérias primas, recursos naturais e dinheiro, a única forma consistente para que seja materializada a sua expansão territorial e geográfica. Os ditames do Banco Mundial, do FMI e mais recentemente da OMC e das reuniões mediáticas do Grupo dos 8 (G8) são os contornos institucionais hegemónicos de uma regulação e controlo mundial da economia. A crise do Estado-Nação, no que concerne à sua manifesta incapacidade em suprir as insuficiências de regulação do mercado através de políticas económicas keynesianas, é uma prova sintomática da sua fraqueza perante a força estruturante das transnacionais.

Para a maioria dos analistas, a força imparável do capitalismo é subjacente à força onisciente do mercado que tudo compra e vende: pessoas, dinheiro e mercadorias. Nas últimas décadas, a mercadoria que mais se compra e vende é sem dúvida a informação. É um tipo de mercadoria imaterial, sem rosto, abstracta, cujos signos e significados são hoje a grande essência da estrutura dos custos de produção directos e indirectos da generalidade dos bens e serviços, tornando-se em última instância a base da

opressão e da exploração capitalista. E neste sentido, não estamos a raciocinar em termos da energia, da informação e do conhecimento que todos os trabalhadores assalariados do mundo despendem nos locais de trabalho, mas sobretudo a todos os aspectos da sua vida quotidiana que é atravessada pela socialização da informação.

Logo a seguir à força do sistema económico-financeiro e à catástrofe ecológica por si gerada, a globalização torna-se também cada vez mais visível no domínio sócio-cultural. O poder dos “media” está justamente na sua capacidade em difundir e socializar a informação à escala universal. Como acontece com todas as mercadorias, a informação é objecto de padronização e capitalização. Só que, para além disso, é também um fenómeno da aculturação e de aprendizagem sócio-cultural. Ainda que em situações discrepantes, como ocorre num bairro pobre no Cairo e São Paulo ou num bairro rico em Nova Iorque, a simbologia da informação veiculada pelo poder mediático introduz-se paulatinamente nos *neurónios* de todos os indivíduos que habitam o planeta Terra. Assim, a globalização não se explica exclusivamente pelo facto de se assistir a uma tendência a trabalhar, produzir e consumir da mesma maneira, por vestir as mesmas calças, ver televisão todos os dias ou beber a mesma coca-cola, mas sobretudo pela mesma maneira de pensar e agir em relação à natureza, ao trabalho, ao dinheiro, ao Estado, ao capital e à religião.

Hoje, socializar a informação implica transformar os seres humanos em mercadorias na totalidade do espaço-tempo da sua vida quotidiana: nos locais de trabalho, nos cafés, nas praças, nos jardins, nos transportes, na família, inclusive quando mergulham no asfalto da estrada da miséria e na ignomínia do escravo pós-moderno que pede esmola e se considera um beneficiado na situação de pobreza. A assunção naturalista desta realidade

está bem presente nos olhares e na indiferença com que as diferentes pessoas se cruzam nos grandes centros urbanos dos países capitalistas desenvolvidos e nos países capitalistas considerados subdesenvolvidos. A padronização do pensar e agir reporta-se também ao conteúdo das relações interpessoais. Quem não for suficientemente competitivo, violento, eficiente e obediente é sancionado negativamente pela brigada dos bons costumes, pela polícia ou, em caso extremo, pelas prisões, hospitais psiquiátricos e a exclusão social.

Portanto, se o espaço-tempo de estruturação da informação atravessa os nossos *neurónios* de uma forma subreptícia quando somos levados a pensar da mesma maneira ao codificar e decodificar as linguagens que nos relacionam com o outro ou os outros, não é menos importante observar a sua influência nas formas padronizadas de integração e de controlo social. Ou seja, ao perceber o mesmo modo o léxico da informação que é contrária à denúncia e à crítica radical do sistema social vigente, os seres humanos tornam-se adaptáveis às normas e



regras sociais persistentes. Não admira assim que, pela via da omissão ou da adaptação identitária ao sistema social vigente, se tornem expoentes da integração e do controlo social, sem que para o efeito sejam induzidos a tal acção individual e colectiva pelas estruturas repressivas clássicas: polícia, tribunais, exército, ideologias, governos, religiões.

Ainda que possamos afirmar que as características actuais da globalização são menos visíveis nos aspectos culturais e políticos, porque a força reactiva e a resistência das religiões monoteístas e dos valores tradicionais do Estado-Nação conflituam com os desígnios hegemónicos dos valores baseados no lucro, no dinheiro e na troca mercantil das empresas transnacionais, quer um quer outro tenderão a integrar-se na lógica destas. Entretanto, os negócios do petróleo e do material de guerra, assim como das várias drogas, demonstra à sociedade a cumplicidade subsistente entre as transnacionais, as religiões e o Estado-Nação, a maioria dos quais baseados em governos despóticos de maioria cristã ou islâmica. Este tipo de cumplicidade entre o poder hegemónico do capitalismo mundial e formas arcaicas do capitalismo está, no entanto, a gerar grandes contradições.

Várias razões estão na origem desse facto. Em primeiro lugar, o Estado-Nação clássico está a perder a legitimidade do controlo e administração político-administrativa do seu território, para além de já ter perdido grande parte das suas funções de bastião da política económica a favor das transnacionais. A perda de legitimidade do Estado-Nação sobre a sociedade civil, assim como a crescente burocratização e inutilidade das suas políticas sociais, traduz-se num factor de deterioração polícia da burocracia estatal.

Todavia, a força estruturante e avassaladora da globalização decorrente do sistema económico-financeiro, das novas tecnologias,

da informação e do poder mediático não se coadunam com realidades políticas e culturais inadequadas e ultrapassadas. As guerras regionais na ex-Jugoslávia e no Kosovo, e mais recentemente no Afeganistão, são formas diferenciadas de resolução dos mesmos problemas: identificar os sistemas políticos, culturais e sociais ao sistema económico-financeiro das transnacionais. Para estas, podem existir Estados, pátrias, religiões e ideologias políticas contrastantes, mas desde que submetidas à lógica de um Estado universal alicerçado no valor do dinheiro, do mercado, da mercadoria e do lucro. Todos os meios são bons para atingir esses grandes objectivos, desde que feitos em nome da democracia e do capital. Por isso é que a guerra, a destruição do planeta Terra, o terrorismo, os genocídios, a fome, a miséria, o crime e a violência que ocorrem actualmente são algo que é justificado e legitimado por esse Estado mundial em formação (NATO; ONU; OMC; Banco Mundial) e pelas suas democracias representativas.

Esta situação de conflitualidade decorrente de estádios de desenvolvimentos capitalistas diferenciados é pacífica de superar quando a mudança se faz pela via do sistema económico-financeiro, mas é muito mais difícil de realizar em termos sociais, culturais e políticos. As resistências à globalização provêm da dificuldade em instaurar regimes políticos baseados na democracia representativa, na



medida em que para sustentar e regular as contradições e os antagonismos gerados pela opressão e a exploração nos países capitalistas menos desenvolvidos só é possível através de regimes políticos ditatoriais, na maioria dos casos militares e teocráticos. A irreversibilidade da globalização determina que não possam mais existir mecanismos de natureza política, cultural e religiosa que inviabilizem a transformação de todos os seres humanos em objectos de produção, de distribuição e de consumo de mercadorias. Por isso, quando existem situações políticas, sociais ou religiosas contraproducentes ou condicionadoras desse processo histórico, os guardiões político-militares das transnacionais dão-se ao direito legítimo de provocar ou intervir em todas as guerras regionais ou locais em prol desse grande objectivo.

2. Contradições e conflitos entre os movimentos sociais anti-globalização.

Numa primeira aproximação das contradições e conflitos gerados pela globalização pode-se afirmar que quase todos evoluem para configurações polarizadas à volta de quatro dimensões básicas. A primeira reporta-se às perversões do desemprego, da precariedade da vinculação contratual, dos salários baixos, pobreza e exclusão social decorrentes da degradação da condição-função do trabalho assalariado. A segunda deriva da degradação do ambiente e da destruição da natureza em termos da diminuição drástica da camada do ozono, da poluição atmosférica, da destruição massiva de recursos naturais, cujos sintomas são cada vez mais visíveis com a tendência crescente de ocorrência de catástrofes e calamidades naturais. A terceira, situa-se nos antagonismos e contradições provenientes das lógicas de desenvolvimento e crescimento económico diferenciados que são primordialmente centrados nas lógicas de administração político-

administrativa e territorial do Estado-Nação ou aquelas que são decorrentes de uma administração político-administrativa e territorial de âmbito mundial, cujos objectivos se identificam com as tendências de dominação de organizações e instituições de características transnacionais. Por última, uma quarta dimensão situa-se nos fenómenos de resistência radical à mudança imposta pela globalização em relação a países, regiões e continentes que ainda não atingiram a modernidade capitalista. Essa resistência baseia-se essencialmente na tradição cultural e religiosa, na medida em que face à situação de miséria e pobreza da maioria das populações desses países, regiões ou continentes, esses factores funcionam como os únicos “analgésicos” ou uma “tábua de salvação” de uma tragédia histórica de opressão e exploração estimulada pela modernidade e, mais recentemente, pela pós-modernidade da globalização.

Qualquer uma dessas dimensões potencia conflitos e acções colectivas de âmbito local, regional e nacional, mas a sua configuração ideológica e religiosa só tem cabimento no quadro de um imaginário colectivo de natureza universal. Por isso, na luta contra os aspectos negativos da globalização persistem quase sempre os mesmos denominadores comuns: o Estado, o capitalismo, as políticas dos governos dos países mais desenvolvidos e as instituições e organizações de carácter transnacional. O inimigo é comum, só que as soluções para o reformar ou extinguir são diferenciadas. Não admira, assim, que se assista à integração e à convergência de ideologias e práticas contrastantes na construção de um imaginário colectivo contra a globalização e depois no contexto das manifestações surgem conflitos e equívocos inesperados entre os múltiplos manifestantes. Os exemplos das manifestações de Seattle, Praga, Gotemburgo, Nice e Génova são elucidativos a esse respeito. A partir de um

leque político e partidário que vai da esquerda à direita, dos pacifistas aos violentos, dos reformistas aos revolucionários, dos grupos ecologistas aos militantes das ONG's e grupos religiosos, passando pelos anarquistas e libertários, todos participam com a sua ideologia e a sua prática no mesmo espaço-tempo da luta contra os aspectos negativos da globalização e, logicamente, contra o poder económico, social, político e cultural que lidera esse processo histórico.

A clarificação de posições contrastantes far-se-á inevitavelmente com o decorrer da luta contra a globalização, mas, entretanto, os paradoxos e os equívocos emergem com relativa visibilidade. São equívocos que se relacionam com os objectivos das lutas, os conteúdos e as formas de organização que são desenvolvidos pelos movimentos sociais anti-globalização. Entre a esquerda e a direita, entre ecologistas e apologistas do progresso e da razão, entre os reformistas e os revolucionários, ter objectivos centrados na persistência e mudanças hipotéticas do Estado-Nação, do capitalismo e da importância inexorável da existência de Deus, ainda é admissível, mas em relação aos que se consideram anarquistas e libertários é um absurdo histórico. Por outro lado, em termos organizacionais já está sobejamente demonstrado que sindicatos, partidos e igrejas primam por relações sociais e processos de socialização assentes na dominação e na autoridade hierárquica. A confusão e conflitos gerados entre espontaneísmo e auto-organização, violência e pacifismo, liderança e hierarquia, com os pressupostos da democracia directa, é continuar a agir colectivamente de forma mecânica, esquecendo que a democracia directa só é possível com indivíduos livres e soberanos e que são capazes de viver simultaneamente a revolta e a lucidez.

Não obstante sabermos da tragédia histórica que estamos a viver e não obstante a nossa

impotência, o sentido histórico da utopia anarquista continua mais válido do que nunca. Eu afirmo isto por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, porque os seus pressupostos de emancipação social são fundamentados na solidariedade, na cooperação, no amor, na liberdade e na fraternidade. É uma opção societária simultaneamente societária, filosófica e ética e que pode inverter os pressupostos da sociedade capitalista e do Estado, baseados na competição, na violência, na guerra, no crime, na alienação e atomização dos indivíduos. A transversalidade destes pressupostos são visíveis nos dilemas e perversões estruturados pela globalização. Neste capítulo, é chegado o tempo histórico dos anarquistas e libertários pensarem e agirem como actores universais.

É um desafio enorme, porque esse grande objectivo que sempre acompanhou o imaginário individual e colectivo dos anarquistas é algo que nos situa nos domínios da realidade e da utopia. Para evoluirmos nesse sentido, na minha opinião, há que ultrapassar os equívocos que são, ainda, alimentados pelo mitos da revolução, da luta de classes, do poder e da instauração de uma sociedade anarquista.

Pela experiência histórica acumulada ao longo de séculos, pensar que é possível realizar uma *revolução social*, cujas mudanças substantivas implicam rupturas e descontinuidades políticas, económicas, sociais e culturais de tipo absoluto é, no mínimo, um absurdo, na medida em que nós, enquanto seres biológicos e sociais, somos irredutivelmente uma construção histórica estruturada pelo passado, o presente e o futuro. Nesse processo, as mudanças podem ser mais radicais ou mais reformistas, mas isso não implica necessariamente que possamos eliminar mecanicamente, de um dia para o outro, da cabeça dos indivíduos e grupos que constituem todas as sociedades, as relações

sociais, os processos de socialização, os valores, a moral e a ética que estão na origem do Estado e do capitalismo e, logicamente, na base de todas as formas de opressão e exploração entre os seres humanos e entre estes e as outras espécies animais e vegetais. Portanto, a alternativa entre reforma e revolução, como se fosse uma hipótese de escolha absoluta entre o *bem* e o *mal*, é um falso dilema, pois toda e qualquer acção de mudança inserido no processo histórico das sociedades implica sempre uma situação estrutural e funcional de interdependência e complementaridade entre ambas.

Hoje, com as mudanças operadas no seio do capitalismo e do Estado à escala universal, é difícil discernir da homogeneidade e da disparidade subsistente nas situações de dominação e exploração. É um fenómeno que emerge nas múltiplas realidades da condição-função de trabalhador assalariado no sentido genérico, mas é também visível nas múltiplas relações sociais entre homens e mulheres, entre pais e filhos, entre os próprios trabalhadores assalariados, entre ricos e pobres, entre integrados e excluídos na ordem social vigente, entre povos e etnias diferentes. A multidimensionalidade das contradições e conflitos que podem desenvolver acções individuais e colectivas que tendem para a emancipação social não pode ser restringida a qualquer grupo ou classe social, mas a todos os indivíduos que se integrem num processo histórico de luta contra todas as formas e conteúdos de dominação e exploração entre seres humanos e entre estes e as outras espécies animais e vegetais. Neste sentido, toda e qualquer luta de incidência colectiva deve ter presente uma assunção de participação e de decisão para a qual confluem natural e espontaneamente todos os indivíduos potencialmente livres e soberanos.

Outro mito que provoca muitos equívocos entre os anarquistas e os libertários é a extinção do poder através de uma hipotética revolução social, como se o poder, enquanto manifestação política inscrita nas nossas decisões e participações no contexto de qualquer grupo, comunidade ou sociedade, não implicasse sempre uma relação social. Ora como sabemos pela nossa vivência quotidiana, em toda e qualquer relação em que participamos não existem situações plausíveis de simetria e reciprocidade absoluta, na medida em que as nossas diferenças individuais irreduzíveis não o permitem. Na mesma medida que, enquanto indivíduos, falamos, sentimos, agimos em função das estruturas e das funções que temos em qualquer sociedade, também pensamos, agimos e sentimos a partir de nós mesmos. Uns falam mais alto que outros ou gostam mais da cor azul, verde ou encarnada. São relações sociais que têm uma incidência informal e espontânea e que não podem ser objecto de formalização e institucionalização estatal ou societária. Neste tipo de relações sociais, quer queiramos quer não, persistem sempre formas de poder que podem não implicar dominação e coacção. Portanto, quando os anarquistas ou os libertários afirmam ser contra o poder e, logicamente, são apologistas da sua extinção, esquecem-se, quase sempre, que o poder, enquanto relação social assimétrica, não existe exclusivamente nas instituições e estruturas do

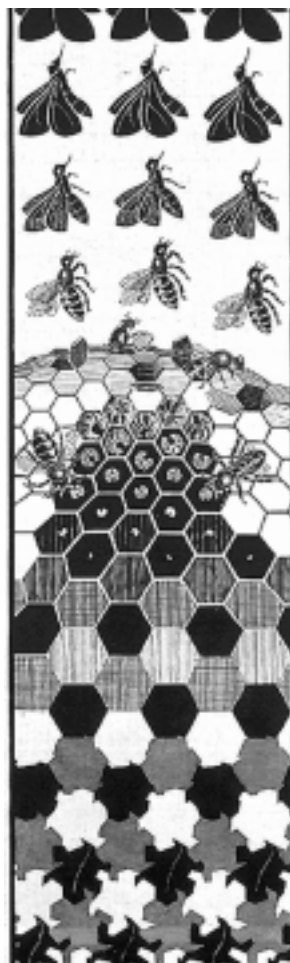


Estado e do capital, mas também que ele é imanente à nossa condição humana, social e política. Ao integrá-lo na nossa lógica de emancipação social, temos é que socializar o poder de uma forma livre e soberana, solidária e fraterna, extirpando-o de todas as formas e conteúdos de natureza formal e institucional que assume na autoridade hierárquica e na dominação.

Finalmente, importa referir o mito da realização da sociedade anarquista. Como o sentido etimológico da palavra anarquia indica, nos pressupostos básicos que a enformam subsiste a inexistência de qualquer governo ou autoridade hierárquica sobre qualquer indivíduo ou grupo de uma dada sociedade. Neste sentido, podemos pensar o conceito de anarquia como uma filosofia, uma ética e até como um projecto hipotético de sociedade. Todavia, ao contrário do que ocorreu com o comunismo, o fascismo, o socialismo e o capitalismo, a anarquia etimologicamente não sendo um *ismo*, pode e deve ser interpretada, explicada e vivida conforme cada sensibilidade e personalidade individual, como vivida e praticada por cada grupo ou sociedade. Mas, também por isso, a anarquia nunca poderá ser transformada num dogma, numa doutrina ou religião. Por outro lado, nunca qualquer indivíduo ou grupo se pode arrogar dono de uma filosofia, de uma ética ou de um projecto de sociedade anarquista onde não existirão deuses nem amos. Pelas razões sublinhadas, nunca poderá existir uma sociedade anarquista no sentido finito do termo, na medida em a liberdade, o amor, a fraternidade, a cooperação e a solidariedade não têm limites espaço-temporais no seu aperfeiçoamento. A anarquia é e será sempre uma utopia permanente pelo qual se luta e vive todos os dias. E mesmo que o sentido histórico da humanidade fosse a anarquia, porque nunca poderá ser objecto de institucionalização e de formalização definitiva, nunca poderá ser um modelo de sociedade acabada e perfeita.

A força histórica da anarquia sempre foi a sua

dimensão universal. Com base nos desafios e perversões que emergem da globalização do capital e do Estado, hoje, mais do que nunca, em termos teóricos e práticos, importa que a anarquia seja uma base estruturante da emancipação social que os seres humanos tanto necessitam. Para a consecução desse grande objectivo, talvez uma probabilidade positiva seria o de desfazer os equívocos que existem entre os anarquistas e libertários e entre estes e os movimentos sociais anti-globalização.



Comunicado de um grupo de afinidade activo no seio do Bloco Negro.

Porque estávamos em Génova?

Para pôr em prática a nossa contestação a um mundo que recusamos na sua totalidade (o mundo de todas as dominações, de todas as opressões, de todas as explorações).

Que fizémos em Génova?

Atacámos o que faz parte integrante do bom funcionamento das dominações estatais, capitalistas e patriarcais: bancos, agências imobiliárias, concessionários de automóveis, postos de gasolina, agências de viagens, painéis publicitários (sobretudo os que utilizam o corpo das mulheres como vectores de mercantilização), etc.

Também impedimos algumas vezes a polícia de atacar os manifestantes, de forma a que as ruas fossem nossas o mais tempo possível ao longo destes dias.

O que queremos?

Pensamos não ser possível a concretização de uma sociedade na qual cada um teria o poder de dirigir a sua própria vida como entendesse (uma sociedade sem hierarquia, uma sociedade que seja vector da emancipação colectiva e individual), sem a destruição completa das opressões que estão na base das sociedades patriarcais e capitalistas ocidentais. Se temos consciência que partir montras, queimar bancos, mesmo que por mais de cem milhões de francos franceses de prejuízos, não revolucionará o mundo, pensamos que é um meio concreto de desestabilização dos

poderes instituídos e esperamos igualmente que isto possa ser a demonstração de uma cólera que se deve generalizar, se quisermos um dia viver plenamente as nossas ideias.

Não procuramos ter lugar no seio das discussões entre os donos do mundo, queremos que não existam mais donos do mundo. Não reconhecemos qualquer legitimidade aos protagonistas do G8, como também não reconhecemos aos da União Europeia, da OMC, do FMI, do Banco Mundial, etc. Os chefes de Estados e de multinacionais são os principais responsáveis pela nossa falta de poder sobre as nossas vidas. Não é com eles que devem ser discutidos os nossos desejos e anseios, uma vez que eles representam obstáculos a estes.

Não queremos uma melhoria do sistema político, social e económico vigente, queremos a sua substituição por um ou vários sistemas de vida colectiva e autogerida, no seio dos quais cada um tenha uma palavra a dizer, nos quais a entre-ajuda (e não a concorrência) seja o objectivo. Na nossa opinião, as propostas de reformas do sistema capitalista mundial não são mais que ilusões ingénuas que permitem a este perdurar graças a alguns arremedos de “democracia”. Concretamente, as reformas propostas por alguns grupos políticos e/ou associações (taxa Tobin, rendimento garantido, etc.) não alteram nada às actuais relações sociais e apenas fazem aumentar a submissão das populações aos poderes políticos.

O que os nossos detractores têm interesse em fazer crer.

Que somos irresponsáveis raivosos e raivosos vindos sem qualquer outro objectivo senão tudo partir. Que não somos senão juvenzinhos à procura de emoções fortes, de descargas de adrenalina, etc.

O objectivo de tais críticas é o de subentender que para além da destruição de bens materiais não tínhamos mais nada a propor. Contudo, enquanto grupo de acção no seio de um bloco negro, expressámos inúmeras ideias, recorrendo a enormes pinturas nas paredes da cidade, e lemos outras escritas por outros grupos: anarquia, autonomia operária, luta de classes, autogestão, recusa do capitalismo, dos bancos, das fronteiras e dos Estados, do patriarcado, do sexismo, da mercantilização das mulheres, da homofobia e da lesbofobia, pela libertação animal, squats, libertação da Palestina, acção directa, slogans “correctos” (recusa de álcool, do tabaco e de todas as outras drogas), etc.

Durante estas jornadas emocionantes, no seio do nosso grupo de afinidade, quisemos funcionar de uma forma igualitária. Os *media*, como as grandes organizações pacifistas, mostram-nos como *casseurs* com métodos masculinos ou militares. Curiosamente, havia no nosso grupo de afinidades mais mulheres que homens e não podemos dizer quem fez o papel de general... Mesmo que muitas das decisões tenham sido tomadas rapidamente, tentámos escutar a voz de todos, em particular daqueles que se sentiam menos seguros. Quanto ao discurso pseudo-feminista, tentando convencer-nos que o “partir” é um assunto de homens, que quer dizer exactamente? Que a forma não violenta de utilizar o seu corpo é bem mais coerente para os anti-sexistas? Ser passivo e vítima, doce e moderado, são no entanto clichés

femininos contra os quais muitas mulheres se batem há muito tempo.

Se tínhamos razões políticas bem precisas para praticar a destruição de bens materiais, não escondemos que quebrar directamente os obstáculos quotidianos ao nosso bem estar é um sentimento entusiasmante. Não esperamos o Grande Dia; queremos ultrapassar os prazeres normalizados e os medos que este velho mundo nos impõe, e é porque vivemos num mundo monótono e assustador, composto de deveres, de “direitos”, de supermercados e de polícias, que destruí-lo deve ser entusiasmante. A destruição de bens materiais é a demonstração em actos que há problemas políticos e sociais. De qualquer forma, o “partir” é para nós uma táctica reflectida e adaptada à situação, ela vai para além da “violência gratuita”. Os objectos, montras, letreiros partidos não são escolhidos ao acaso. São escolhidos em função do impacto que têm sobre a nossa vida quotidiana. Destruímos-os porque estão entre os activos das nossas sociedades de espectáculo e mercantis, porque representam a nossa própria destruição.

Que fomos manipulados por forças políticas “acima” de nós, principalmente pela polícia. Que fomos infiltrados pela polícia.

O que fizemos em Génova foi previsto por nós. E manifestamente, como previsto, a polícia não nos ajudou. Desde que tivesse possibilidade, a polícia atacava violentamente os blocos negros. Foi graças a reacções tácticas, estratégicas, que pudemos evitar que nos massacassem (solidariedade de grupo, arremesso de objectos à polícia, barricadas, mobilidade e movimentos de massa, etc.). Não negamos a possibilidade de polícias “disfarçados” se terem infiltrado em alguns blocos negros. É lógico que hajam polícias infiltrados em todos os desfiles. Alguns, por exemplo, fizeram-se passar por jornalistas ou maquiadores. É uma forma de controlo bem

conhecida para identificar e estudar os manifestantes e a sua forma de agir. Logo, o nosso objectivo é evidentemente identificá-los e afastá-los. Em Génova, tínhamos previsto atacar edifícios representativos de diversas formas de poder. Fizémos isso antes que as provocações policiais pudessem ter lugar. Assumimo-lo inteiramente e gostaríamos de sublinhar que se a polícia participou directamente na violência destes dois dias, foi atacando os manifestantes, de todas as partes. A violência policial manifestou-se com força a alguns quilómetros de Génova, da mesma forma aliás que o faz quotidianamente por todo o lado. Não há necessidade de se manifestar contra a cimeira do G8 para que isso aconteça.

Os blocos negros, “uma minoria de manifestantes”, estragaram a festa.

O objectivo dos manifestantes era, para a quase totalidade, entrar na zona vermelha, perturbar a cimeira do G8. Nós perturbámos à nossa maneira a cimeira do G8. Em Génova, os donos do mundo queriam estar tranquilos. Vinte mil polícias deveriam assegurar-lhes a paz social. Isto não funcionou porque estes milhares de polícias não conseguiram evitar matar uma pessoa, de ferir mais de seiscentas, de prender e torturar centenas... Diabolizar os blocos negros é muito útil para alguns partidos e organizações políticas, que querem ser os únicos detentores da legitimidade para se manifestarem. Mas a divisão maniqueísta dos manifestantes em “simpáticos pacifistas” e em “maus casseurs” apenas faz o jogo do poder que, no entanto, não agiu diferentemente quando se tratou de reprimir o mais brutalmente possível. Esta divisão é tanto mais incoerente quanto vem de pessoas ditas de esquerda, que apoiam algumas lutas armadas como a de Chiapas. Será porque nós,

ocidentais, sofremos menos com o capitalismo que outros e porque algumas mulheres não são tão abertamente oprimidas, que a nossa tentativa de derrubar o sistema é menos legítima?

Por outro lado, queremos lembrar que muitos milhares de manifestantes tomaram parte na destruição de bens materiais e nos confrontos com a polícia, quer de forma premeditada ou espontânea. Não se trata de uma “minoria” de pessoas, mas sim de cada grupo ter a sua forma de agir.

Por fim, Bush criticou aos manifestantes pretenderem representar os pobres. No que nos diz respeito, ele pode ficar descansado que apenas nos representamos a nós próprios. Mas já é muito, e quanto mais numerosos formos a falar e a agir contra este velho mundo, mais Bush terá razões para tremer no fundo da sua Casa Branca... A revolta contra este mundo não é minoritária, muito menos anedótica, exprime-se por todo o lado e em todo o mundo, nas escolas, nas cidades, nas ruas, etc.

Redigido no início de Agosto de 2001.

Traduzido por Guadalupe Subtil



Guerra e Paz*

Edson Passetti

Seqüestro e terrorismo, dois fatos, duas lacunas e efeitos de segurança. Em São Paulo, um apresentador de televisão visto como figura intocável, respeitada e reverenciada pelo *povão*, primeiro vê sua filha seqüestrada e, depois, se transforma em escudo para a continuidade da vida de um dos seqüestradores. Polícias, autoridades, governador e mídia ajustam o cinturão clamando por mais segurança. Em Nova Iorque e Washington, centros econômicos e de segurança da globalização são alvos de atentado terrorista, revelando a fragilidade das fortalezas de segurança. Comovidos, autoridades e civis, ajustados pelos mídias, constataam não haver intocáveis.

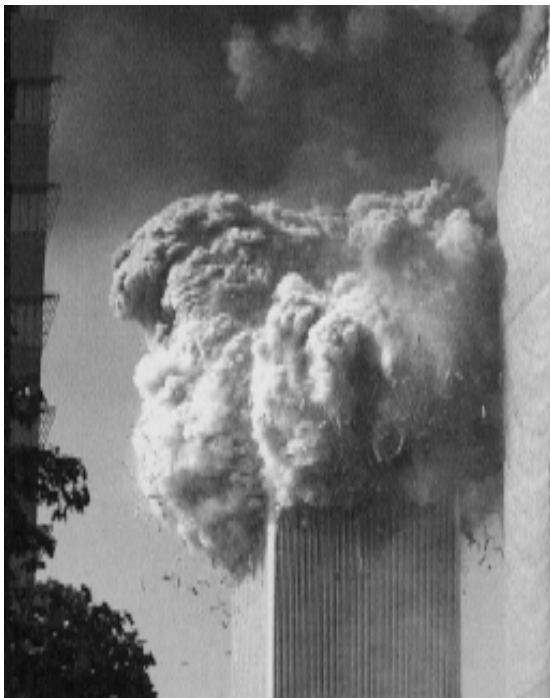
O clamor do instante é por punição e retaliação como solução inibidora a outras ações deste porte. O presidente dos Estados Unidos, dizendo-se chefe da América, responde da mesma maneira que o *cowboy* aos índios. A seu lado, no meio da algaravia, cresce o coro dos fiéis angustiados e desafinados. Os inimigos são os *outros*, e combatê-los é armar-se até os dentes, na terra, no ar, nas águas, em nome da liberdade. Qual liberdade?

O terrorismo usa de aviões de transporte tornando-os bombas mais eficazes que mísseis ou o pretendido cinturão espacial chamado *guerra nas estrelas*. Lembram-nos que num instrumento há vários instrumentos! Grupos organizados peregrinam pelos países afora seguindo as reuniões dos chefes da globalização alvejando e berrando contra símbolos da juvenília consumista, os méquidondaltes, e quando não se comportam adequadamente são *repreendidos* pelas polícias.

Terroristas, por sua vez, miram centros de poder militar e econômico e afirmam suas intransigências.

Nem seqüestros, nem terrorismos. A onipotência político-econômica ocidental está em crise, acuada em sua própria defesa, propícia à militarização, cega de razão, alvejada e prisioneira de sua arrogância. O que lhe resta senão guerrear? Terroristas onipotentes em nome de deuses, superioridade espiritual, acuados em territórios clamam por Estado, armando-se cegamente de espiritualidade, alvejados e encarcerados em sua arrogância. Querem guerrear e dizimar. De chefes de Estado a cidadãos comuns propaga-se a luta pelo extermínio. Seqüestradores iniciantes, em nome de Deus e da razão, querem ser imagens bem sucedidas, acuados pela miséria da globalização. Querem ser reparados.

Não há democracia sem miséria. Não há federalismo pela paz fundado num Estado-nação dilatado em organizações como a União Europeia. Não há segurança com tolerância zero, interna ou internacionalmente, que não pretenda destruir o diferente. Não há valores universais ou universalidade que não sejam produtos de guerras de dizimação. O animador de auditórios brasileiro, o *chefe da América e do mundo* e os líderes de seitas devem ter reparado que não são intocáveis e que nunca haverá segurança total capaz de protegê-los. Há uma miséria maior, um oriente fragmentado tanto quanto a ilusão de unidade do ocidente. Não há, como nunca houve, confronto entre socialismo e capitalismo, como se fez crer o século XX, muito menos



domínio norte-americano na globalização. Há miséria. E o combate a esta não ultrapassa os limites da cruzada pela punição.

Cabe aos jovens inventar o povo, arruinar a comunicação, o controle contínuo, as modulações, não confinando suas inquietações em *procissões* contestadoras. Basta de atualizar o conservadorismo e de punições!

O demagogo é o profeta da razão, o condutor da massa abúlica e covarde. É preciso respirar, sentir o acre-doce dos nossos cadáveres, impregnar-se desta morte estúpida e sentir a finitude da vida, uma vida que se vive uma só vez. Respirar novamente, esquecer os demagogos e inventar um povo sem miseráveis.

1. A santa guerra

Análises, comentários e imagens das vozes da opinião pública e autoridades competentes após o ataque terrorista ao centro da economia e da segurança globalizada, constróem o anúncio da guerra iminente. Os esforços concentrados para identificar o inimigo a ser

combatido ganharam concretude: Osama bin Laden é o procurado, vivo ou morto!

Na cultura racional do ocidente, como no islamismo, a guerra é o meio para se instituir a paz precária. Neste aspecto, democracia e teocracia se assemelham.

É preciso ouvir opiniões, compará-las e escolher a mais justa. Desta maneira estaremos evitando, num futuro próximo, os discursos pós-guerra que trazem evocações de constrições e tolerâncias, idealizações a respeito da amizade entre os povos e tratados de paz que anunciam novas guerras. Agora, precisamos deixar de lado as exigências da sociedade de controle que requer informações rápidas, concisas e categóricas, fundamentalmente jornalísticas, para nos ocuparmos da reflexão.

“Chama-se Estado o mais frio de todos os monstros frios. E, com toda frieza, também mente; e esta mentira sai rastejando de sua boca: ‘Eu, o Estado, sou o povo!’ (...); confusão de línguas do bem e do mal: esta indicação eu vos dou como marca do Estado. Esta marca, na verdade, significa vontade de morte! Na verdade, ela chama os pregadores da morte.” Assim disse Nietzsche.

Não há guerra santa à vista. Predestinado a guiar o mundo moderno, o Estado norte-americano fez da sua constituição, da sua democracia e de seu governo da razão intimamente relacionado à reverência a coisas sagradas, o modelo de vida livre, pacífica e feliz. Contudo, isso não impediu que o terrorismo ali aparecesse e fizesse suas vítimas como o recente caso Oklahoma. A solução interna encontrada foi aplicar a pena de morte. A tolerância zero alvejando negros e latinos, depois do ato contra Nova Iorque e Washington, se estende aos perfis raciais, como o dos árabes. Quem não for branco anglo-saxão, o *resto*, agora se encontra sob suspeita. O Estado penalizador não age somente nos seus limites territoriais. Ele se estende para as relações internacionais

procurando exterminar partes contraditórias: os guerrilheiros associados ao narcotráfico na América Latina, nos anos 90, os terroristas que foram seus aliados no oriente. Os aliados de ontem, em defesa da paz para combater o socialismo, neste instante, transmutaram-se em terroristas. Para Osama bin Laden, o bode expiatório, a pena de morte.

Aplicada no âmbito internacional ela só tem uma tradução: guerra. Mas não uma guerra santa. Admitindo-se as liberdades de direitos, todas as religiões estão livres. É tolerável religião para todos. E todos rezaram pelas vítimas do atentado terrorista. Análises, comentários e imagens, construíram a consciência de uma verdade inquestionável: é preciso isolar as religiões do terrorismo.

Presidentes norte-americanos e governantes da União Europeia, capitaneados pelas elocubrações de Tony Blair, concluem que é preciso acabar com o novo demônio, afirmar a vitória do bem contra o mal, defender-se dos inimigos invisíveis.

A razão ocidental que pretendeu afirmar-se livre de fantasmas, nada mais fez que criar invisibilidades ameaçadoras. Não há mais combate aos socialismos, mas às forças invisíveis que afirmam suas convicções independentemente de Estados hegemônicos, ao mesmo tempo em que pleiteiam vir a ser Estados. Qual a solução diplomática? Inventar outros Estados, pois desta maneira as forças tornar-se-ão visíveis? E aí haverá condições concretas para a guerra? Ou se lançará mão de uma ofensiva de guerra desterritorializada, já esboçada contra o Iraque, localizando por meio de satélites o Q.G. de Osama bin Laden, no Afeganistão, e o dissolvendo na poeira do deserto? Mas isso é atacar um Estado, um mísero Estado, que talvez não tenha mais o bode expiatório no seu interior? Para que serve o controle sideral se não há como usar o potencial bélico de última geração? Dar a estas forças invisíveis o estatuto de Estado não seria

ter de reconhecer o mesmo estatuto para terrorismos como o IRA e o ETA, problemas que a centralização da União Europeia não conseguiu equacionar?

Vinganças, retaliações, isolamentos econômicos, políticas de guerra silenciosa, de genocídios, ditaduras e misérias, gracejam como práticas democráticas, independentemente de terrorismos. Opor o certo (valores norte-americanos e ocidentais) aos demônios fundamentalistas apartados do islamismo, é apenas redesenhar as forças enquanto amizades de ontem (o taliban, Saddam Hussein e outros) contra o socialismo, como inimizades da ocasião. Rússia e China, inimigos mortais, agora estão circunscritos às possibilidades de uma potencial amizade. O que era bem se torna mal, num jogo maniqueísta que perpetua a vida da diplomacia e a continuidade das guerras. Guerras como afirmações de transcendentalidades da razão.

É preciso inventar um povo diante da criação dos Estados que se afirma como sendo a identidade desse povo. Eles não querem a guerra santa, por que ela é impossível, é ameaça à espécie! Querem é a santa guerra feita para fazer progredir os fantasmas transcendentais da razão e dos ídolos. “Ao trono, querem todos subir: é essa a sua loucura. Como se no trono estivesse sentada a felicidade! Muitas vezes, é o lodo que está no trono e, muitas vezes, também o trono está no lodo. Dementes são todos eles, para mim, e macacos sobreexcitados. Mau cheiro exala o seu ídolo, o monstro frio; mau cheiro exalam todos eles”, nós, “esses servidores de ídolos!”, assim nos legou Nietzsche uma peça para reflexão.

Diante de uma polida ditadura da opinião pública nacionalista estatizante, um vômito quente, biliar e mal cheiroso das nossas misérias. Diante da guerra, da guerra santa, da santa guerra, “o Estado”, disse Max Stirner, “persegue um fim: limitar, encadear,

sujeitar o indivíduo, subordiná-lo a uma generalidade qualquer”. Diante da transcendência, a imanência!

2. O santo direito de punir

Nenhuma nação se construiu sem combinar punição e perdão, razão e religião. Não há Estado apartado de deuses e razão. Este é o grande conhecimento acumulado pelas dominações: fazer os súditos temerem o real e o sobrenatural.

Direitos são leis consagradas nos Estados pelos regimes mistos de governos. Sabemos que os regimes somente existem na forma pura enquanto teoria. Na História estão sempre combinados e as mais diferentes misturas nos levam ao mesmo lugar de poder: a manutenção da docilidade entre os súditos.

O ocidente se perpetua fazendo cada pessoa crer nos direitos consagrados em lei pelos seus representantes nas instituições de Estado, que por zelar pela sua segurança também tem o direito de declarar guerra. É preciso garantir a segurança da propriedade privada, da liberdade de expressão, da filantropia por meio da democracia, tanto quanto pela crença nos escritos bíblicos. É de direito afirmar o predomínio de uma cultura sobre as demais. Esta é a vida de um Estado.

No âmbito interno ou externo é preciso saber punir com rigor e precisão cirúrgica. Tudo o que foge à lei é crime, sob as circunstâncias da história, e quem legisla, por saber que o direito está sempre comprimido à época, detém o direito de perdoar quando assim o quiser. É sua prerrogativa. O perdão nada mais é do que o regime da dívida infinita que temos com o misericordioso.

Não há originalidade alguma na afirmação do presidente da *América* ao afirmar que estamos diante do momento

da realização da *liberdade duradoura*¹. Trata-se do direito de punir em escala planetária que não busca um fim, mas um termo para a guerra em nome da paz. São valores a ser defendidos. Valores universais de Estado e religião ameaçados por terroristas.

O direito penal para existir precisa identificar o autor. Punindo-o imagina introjetar nas pessoas a prevenção geral reforçando a crença nos legisladores e governantes como capazes de combater qualquer crime. E, quando cessa o direito, dizem os governantes, não há nada a fazer, senão a guerra. Não se busca diálogo, mesmo porque não há diálogo possível no confronto entre particulares que se autodenominam universais. O santo direito fundado na razão ou na interpretação das leis divinas precisa punir para existir. É a *América* e o ocidente contra a irracionalidade. É a certeza da lei divina diante da imutável lei dos homens. São caminhos de mão única que levam à colisão.

Encontrar a paz é buscar maneiras para se abolir a punição. Dentre as pesquisas que mostram a preferência pela guerra, o desejo de morte, cerca de 6% da população norte-americana se posicionou contrária. Quer outras soluções. Diante do seqüestro da filha do animador de auditórios no Brasil, a mesma, ao compreender a situação real de miséria dos jovens que o praticaram, falou a público como agente. Foi rapidamente reduzida a escombros. O que se passou com ela é um problema que não lhe cabe, mas sim ao direito penal. Foi um crime contra a sociedade. A ela somente cabe testemunhar como acusadora. A sua opinião foi seqüestrada, em nome da boa e certa vida do direito. Contudo, a moça surpreendeu a todos. Ela não regressou da experiência agradecendo apenas aos deuses pela continuidade de sua vida neste ponto ela não foi nada original,

mas estava alegre e além disso ousou interpretar neste ponto, logo constatou que a liberdade de expressão está subordinada à lei. No mesmo instante defensores da razão interceptaram sua fala para enquadrá-la sob efeito da síndrome de Estocolmo (sintomaticamente conceito da Psicologia elaborado como verdade de poder diante do questionamento da universalidade do direito), para não descermos às obsessivas interpretações dos analistas de plantão capazes de considerá-la uma alienada. A vítima, e para o direito penal ela sempre será apenas uma vítima, não passará de testemunha cuja voz será seqüestrada pelo Ministério Público. A moça surpreendeu apenas pela inocência em desconhecer o direito e ousadia em interpretar. Às vezes, é preciso desconhecer algo para percebermos mais vivos, transgredir.

O castigo nada mais é que a forma exemplar da continuidade dos soberanos e manutenção da *servidão voluntária*. É fazendo crer na naturalização do castigo que se cria o crime e o direito de ameaçar pela força física ou da lei todo aquele que se indis põe contra a injustiça da lei. Dizem que todo aquele que já passou por uma situação de ameaça sempre acaba crendo no direito penal, na polícia, nas forças armadas. Só não dizem que todos nós vivemos sob ameaça constante de guerra que nos dilacera em nome de valores universais estranhos a nós mesmos. Nos querem lutando e defendendo a propriedade privada, a segurança militarizada dos Estados, a continuidade da condição de ignorância e miséria para quem se destinam prisões e extermínios bélicos.

A minoria nunca é numérica; a maioria nem sempre está *com a razão* e muitas vezes as minorias, como as vanguardas políticas, não passam de tiranas. O direito não é igual a não ser para os soberanos.

Diante da guerra, dos seqüestros, dos atos terroristas comandados pela razão ou pela religião só não há esforços pela conciliação. Aquilo que é reconhecidamente produto de um específico consenso a fusão razão-religião dominantes no interior de um povo construído pelo Estado como nação e que subalterniza todos os demais tanto interna como externamente, não suporta outras liberdades para conciliar as partes envolvidas. Estão em jogo vidas, crenças e idealizações que para continuarem existindo precisam permanecer abstratas.

O abolicionismo penal é um estilo de vida e como todo estilo não pode ser apanhado por um conceito. Ele se exercita segundo as situações visando reduzir a autoridade, a centralidade, a categórica existência de uma verdade, que na história, com o passar do tempo, fica limpa pela ação das palavras bem colocadas no papel ou transferidas aos protocolos confiáveis das redes eletrônicas. As mortes ficarão como números, fragmentos de instantes bélicos repletos de cadáveres desconhecidos, ao lado de libelos por uma paz que para existir, apenas como utopia, precisa aniquilar todos os que de sua concepção se apartem. Estado e religião não podem viver em paz, eles precisam punir e, de vez em quando, perdoar.



* Ainda que para um bom entendedor uma palavra baste, Pierre-Joseph Proudhon escreveu, diante das situações bélicas vividas no século XIX, um controvertido *Guerra e Paz*, que mais tarde inspirou Leon Tolstoy na elaboração do seu famoso romance homônimo. No início do século XXI, sob o apogeu e decadência do Estado-nação, o tema deve ser retomado pelos libertários preocupados com a história do presente. O título do presente artigo, não é uma homenagem. É somente um desdobramento da metodologia serial proposta por Proudhon diante da arrogância das teorias, uma filiação à crítica ao castigo minuciosamente tratada por William Godwin, no final do século XVIII, e associada ao individualismo stirneriano. Partes deste artigo foram publicadas originalmente em *Hypomnemata*, publicação eletrônica mensal do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do PEPG- Ciências Sociais da PUC-SP), nº. 21 e 22, setembro de 2001, http://www.geocities.com/nu-sol_pucsp

1- Originalmente, o plano militar de ataque ao governo taliban chamou-se *justiça infinita*. Depois, recebeu novo conceito, passando-se a chamar liberdade duradoura. Em

setembro de 1993, o conselheiro para Segurança Nacional Anthony Lake, ao apresentar a Doutrina Clinton, voltada para a ampliação do mercado após o fim da Guerra Fria, afirmava que as questões em jogo eram muito mais profundas. A *verdade duradoura*, segundo ele, é que a defesa da liberdade contra o fascismo e o comunismo foi uma fase dedicada a uma sociedade tolerante na qual aos dirigentes cabe mostrar sua face permanente, proporcionando liberdades e oportunidades. Não está mais em jogo a contenção dos antigos inimigos. Agora é a hora da ampliação. *Liberdade duradoura* encontra aí uma de suas procedências marcantes. Ampliar a ação norte-americana, em companhia de antigos e novos Estados amigos, por meio da persuasão, compaixão e outros meios pacíficos, permanecem sendo prioritários no interior de uma ação militar bélica em resposta à ação terrorista identificada com Osama bin Laden e a proteção do taliban no Afeganistão. É a verdade duradoura, assim expressa pela doutrina, sendo operacionalizada no momento como *liberdade duradoura*, mais uma vez por meio da guerra, como meio para a realização da mesma e transcendente justiça infinita.

Certamen Internacional de La Protesta de 1927



Edição em CD-ROM da Biblioteca Popular José Ingenieros e CeDinci, Buenos Aires, 2002.
O preço do CD-ROM é de 15 U\$.

Pedidos:
À Biblioteca Popular José Ingenieros,
Juan Ramirez de Velasco, 958
1414 Buenos Aires, Argentina.

Algumas Reflexões sobre o Terror: da violência revolucionária ao terrorismo reaccionário

Manuel de Sousa

« Matem-me se algum dia me alistar no partido da invasão»

Piotr Kropotkin

«É sempre a mesma história: não somente o que é fraco, mas ainda mais seguramente o que domina, aceitam a situação tal como ela é; amam a tranquilidade e a tomam pela paz.»

Ernst Bloch

1. O mundo assistiu incrédulo em 11 de Setembro a um cenário de guerra no coração da América. As imagens da derrocada das torres do World Trade Center e o fogo consumindo um Pentágono esburacado eram uma cena que ninguém imaginava um dia acontecer. Como disse Chomsky: «Esta é a primeira vez que a História toma uma outra direcção: as grandes potências guerreiras são as vítimas e não as perpetradoras». Depois de séculos de colonialismo e imperialismo em que as potências dominantes levaram a violência e o terrorismo aos países do que já foi chamado Terceiro Mundo, o terror e a violência regressaram como um boomerang contra a metrópole imperial, com a brutalidade e intensidade com que tinham sido usadas até aqui pelo mundo fora.

Nos últimos cem anos assistiu-se a inumeráveis actos de terror perpetrados pelos mais diversos Estados: Inglaterra, França, Alemanha, EUA, Israel, Turquia, Rússia, Japão, China, Cambodja e Indonésia que levaram a cabo sangrentas políticas contra aqueles que foram sendo classificados de

inimigos e adversários. Uma vez no contexto de guerras, outras de paz, mas quase sempre contra populações indefesas. Uma lista sinistra que poderia ser alargada também, em diferentes escalas, a Espanha, Portugal, Chile, Argentina e Brasil, onde as ditaduras aplicaram as suas políticas de terror.

Podemos dizer, por essa razão, que os Estados Unidos não são um caso isolado, mas o seu intervencionismo militarista cresceu no século XX conforme foi consolidando o seu poder imperial.

Hiroshima e Nagasaki foram marcos, sem paralelo, no uso da violência indiscriminada e terrorista contra uma população civil com uma nova e terrível arma, de que não se conheciam sequer todas as consequências, provocando cerca de trezentos mil mortos¹. Seguiram-se as

Hiroshima e Nagasaki foram marcos, sem paralelo, no uso da violência indiscriminada e terrorista contra uma população civil.

intervenções violentas na Coreia e Vietname, e uma política sistemática de apoio ao terror na América Latina, que resultou em inúmeros golpes militares sangrentos com milhares de mortos.

Estas páginas da história contemporânea, que deveriam ser bem conhecidas, parecem

A violência indiscriminada contra pessoas comuns pode efectivamente ser classificada como terrorismo brutal.

hoje esquecidas pelo cidadão médio norte-americano arrogante, nacionalista e ignorante; da mesma forma que são ocultadas pelo sinistro e demagógico discurso único repetido, em uníssono, pelos meios de propaganda de massas por todo o mundo. Neste mundo em que se impõe a fabricação do consenso, o discurso dos senhores pretende encarnar o bem e a verdade, mesmo que para isso seja necessário ocultar ou falsificar a história.

2. Este é um preâmbulo necessário a qualquer análise do atentado que vitimou, nos Estados Unidos, milhares de pessoas. Pois só a partir daí se pode, coerentemente, analisar a violência indiscriminada contra pessoas comuns, que pode efectivamente ser classificada como terrorismo, brutal, reaccionário e estúpido: uma estratégia que era até hoje uma prática exclusiva dos Estados e que agora começa a ser assumida por grupos movidos por uma ideologia de guerra religiosa.

Apesar de toda a acção de resistência ou de acção directa contra os grupos dominantes ter sido classificada como terrorismo, a verdade é que o uso da violência revolucionária nos últimos dois séculos está longe de assim poder ser classificada, a não ser no discurso manipulador do poder.

A violência revolucionária foi uma constante ao longo da história contemporânea usada por republicanos, socialistas, anarquistas, nacionalistas. Coube, no entanto, aos anarquistas tornarem-se figuras emblemáticas do uso da violência, mesmo não sendo eles os

responsáveis pela absoluta maioria das acções que abalaram as sociedades modernas. A acção directa dos anarquistas do século XIX, e mesmo a violência armada de diferentes grupos anti-capitalistas ao longo do século passado – por mais que tenham assustado a burguesia de então – tinha a ver com formas rudimentares e artesanais de violência com um número reduzido, quase sempre accidental, de vítimas inocentes². Apesar disso chegou a provocar debates acalorados sobre o uso da violência revolucionária, a ética libertária e a necessidade dos revolucionários adequarem os meios aos fins. Só alguns anarquistas, como Emile Henry, defensores da propaganda pelo acto, adoptaram o discurso de que «não há inocentes», e do «quantos mais melhor», justificando que se os burgueses «responsabilizaram um movimento pelos actos de um indivíduo e o atacam em bloco, nós também atacamos em bloco»³. Eles foram, no entanto, vozes minoritárias dentro do anarquismo que se foram apagando quando os actos solitários de violência das últimas décadas do século XIX, produto da raiva e desespero, deram lugar à acção directa vinculada à luta social. Como escreveu Max Nettlau, foi no ambiente de repressão das décadas de 70 e 80, do século XIX, que «cresceu também a rebelião social directa, manifestando-se individualmente, porque a rebelião colectiva tardava a vir e não veio senão cinquenta anos mais tarde.»⁴ Actos como os de Charles Gallo (1886) contra a Bolsa e de Emile Henry, Ravachol e Caserio (1892-1894), apesar de não representarem o uso indiscriminado da violência e terem causado um número reduzido de vítimas, desencadeou leis de excepção, as chamadas leis celeradas na Europa e um pouco por todo o lado, levando à aplicação de pesadas penas de prisão contra socialistas, anarquistas e revolucionários em geral, seguindo o Estado o princípio, que também hoje querem aplicar, da

*A acção directa anarquista,
mesmo as acções dos ilegalistas
solitários, nada tinham a ver com o
objectivo de intimidar e condicionar
a população.*

«responsabilidade colectiva», empurrando para o exílio ou para a prisão inúmeros militantes que nada tinham a ver com o ilegalismo. Mas pior ainda foi que os libertários se dividiram em polémicas inúteis e desgastantes em função desse tipo particular de acção, tendo o grupo de Révolte e militantes como Malato, Kropotkin, Reclus e Grave contraposto à acção revolucionária isolada, a propaganda pelo facto insurreccional, ou seja acções colectivas contra o capitalismo e o Estado, que estavam dentro do espírito das decisões do Congresso de Berna, de 1876, confirmadas em 1881, em Londres, onde os anarquistas aprovaram que «o facto insurreccional destinado a afirmar por actos os princípios socialistas é o meio de propaganda mais eficaz...»⁵. No entanto, foi só quando o anarquismo se enraizou profundamente no movimento operário, já na transição do século XIX para o XX, que tais divergências foram ultrapassadas de forma positiva, pela esperança que a luta social reabriu na desejada revolução social.

3. A acção directa anarquista, mesmo as acções dos ilegalistas solitários, nada tinham a ver com o objectivo de intimidar e condicionar a população. Sempre estiveram mais ligadas a um sentimento de revolta e de vingança contra as injustiças, procurando atingir os responsáveis da ordem social reinante. Por essa razão, a violência revolucionária foi, ao longo do último século, moderada e contida por princípios éticos e estratégias políticas que

repudiavam a transformação das populações em alvo, sendo a violência usada de forma simbólica, na maioria dos casos, contra objectivos materiais ou pessoas, quase sempre isoladas, com um perfil bem definido no contexto social. Até Ravachol, um dos emblemáticos militantes da propaganda pelo acto, afirmou com toda a sua simplicidade: «Aquele que faz saltar casas tem como finalidade exterminar todos os que, pela sua situação social ou pelos seus actos, são nocivos à anarquia. Se fosse possível atacar abertamente essa gente, sem temer a polícia e sem perigo, não se destruiriam casas com engenhos explosivos, um meio que também pode matar os da classe explorada que eles têm ao seu serviço»⁶. Nesse sentido, a violência dos ilegalistas, dos grupos anarquistas e mesmo de outros grupos revolucionários muito activos nessa época, a começar pelos nihilistas russos, tão admirados no movimento operário ocidental, estavam longe do que se pode definir objectivamente como terrorismo, que é o uso indiscriminado da violência contra uma população tendo como finalidade intimidá-la e condicioná-la de forma a aceitar passivamente os objectivos de um grupo ou Estado. Esses militantes ilegalistas e revolucionários estavam mais próximos de uma ideia romântica de regicídio, acreditando



*O terrorismo era, e é ainda,
essencialmente, uma estratégia de
Estado.*

que a morte de um monarca ou de um presidente vingava os injustiçados sociais ou despoletaria movimentos revolucionários.⁷ As tentativas dos anarquistas, nos anos 30 e 40 do século passado, de assassinar ditadores como Mussolini, Franco e Salazar inserem-se ainda dentro deste espírito «regicida» herdado do século anterior.

Mas isso não era terrorismo, apesar de assim ser chamado pelos Estados; o direito de um povo eliminar os tiranos estava amplamente difundido desde a Revolução Francesa. Pelo contrário, o terrorismo era, e é ainda, essencialmente, uma estratégia de Estado, só em alguns poucos casos aparece como prática de grupos autoritários para-estatais que visavam conquistar o poder; não foi, nunca, um método libertário de acção.

A história moderna do terrorismo é a história das inúmeras guerras, da repressão da Comuna de Paris, da violência indiscriminada contra os trabalhadores por todo o mundo, do uso sistemático da força para conter as revoltas nos territórios coloniais, política que veio até ao nosso tempo (quem esquece o que fizeram Ingleses, Franceses, Belgas, em África e na Ásia em pleno século XX?). Tudo isso sim, corresponde ao verdadeiro sentido etimológico do conceito. Seria necessário também lembrar toda a violência estrutural ligada à exploração dos trabalhadores como prática terrorista quotidiana, que tem sido uma constante histórica deste sistema.

4. No século XX, as chamadas revoluções socialistas e os movimentos de libertação

nacional, que se pretendiam uma alternativa ao capitalismo e colonialismo, adoptaram a estratégia leninista e métodos de guerra revolucionária, onde quase sempre estava presente uma concepção vanguardista e militarista, susceptível de ser analisada criticamente, do ponto de vista libertário, quer quanto aos meios utilizados, quer aos fins que se propunham. Desses movimentos nasceram regimes que vieram a desencadear na Rússia, na China, no Camboja e, mais recentemente, em alguns países de África políticas de terror, mas essas eram já estratégias de Estado ao serviço dos novos grupos dominantes.

Quanto aos inúmeros grupos revolucionários surgidos na década de 60, na América Latina, África e Ásia a partir da ruptura com as teses reformistas dos partidos comunistas decadentes, e que usavam a estratégia da guerra de guerrilhas ou as teorias do foco, também buscavam o apoio popular por isso mesmo priorizavam tácticas que fizessem crescer esse apoio, evitando acções que pudessem ser vistas como terrorismo. Na década seguinte, pelas mesmas razões, no contexto de sociedades de capitalismo maduro, apareceram na Europa outros grupos revolucionários anti-capitalistas, debaixo da ideia genérica de um vanguardismo voluntarista que usou a guerrilha urbana como instrumento de acção política, que apesar da opção pelo confronto espectacular com o Estado, usaram principalmente a violência contra figuras-chaves ou emblemáticas do Estado e do Capital⁸.

No entanto, nessa época alguns grupos neofascistas, principalmente italianos, ligados aos serviços secretos, e grupos para-militares latino-americanos (quem pode esquecer o apoio que tiveram dos norte-americanos?, quem não se lembra da Escola das Américas⁹ o campo de treino terrorista dos EUA?) usaram efectivamente terrorismo, ou seja, atentados indiscriminados e assassinatos

massivos. É verdade que alguns outros grupos, particularmente os ligados à luta palestina usaram também o método da tomada de reféns, que resultaram frequentemente em assassinatos colectivos¹⁰. Mais recentemente, os actos suicidas em Israel contra a população civil e os massacres de camponeses no Peru, por parte do Sendero Luminoso, inserem-se já numa lógica de terror fora da concepção que os grupos e movimentos anti-capitalistas tinham do uso da violência como instrumento revolucionário.

5. Com o definhar da luta anti-capitalista, a partir dos anos 80, esvaziando-se o referencial de uma alternativa ao sistema



Hiroshima, 1945.

social dominante, multiplicaram-se os grupos nacionalistas e religiosos, ligados aos lemas arcaicos de Deus e Pátria, que se caracterizam pelo seu fanatismo e reacção e adoptaram formas extremamente violentas de acção que incluem a tortura e a matança indiscriminada.

Nesse contexto, não é de estranhar a violência dos ataques levados a cabo, em Setembro, contra a capital financeira da globalização. Eles inserem-se nesta linha de actuação e são produto da determinação de um espírito de guerra religiosa, e de um ideal de martírio, que ultrapassa as lineares e racionais estratégias políticas dos grupos anti-

capitalistas que actuaram até aos anos 80.

Estes novos grupos, portadores de uma fé cega, de um fanatismo religioso e de uma crença no absoluto, reintroduzem factores irracionais na luta social, apesar de na sua base estarem injustiças, discriminações e razões legítimas claramente identificáveis. Por essa razão podem ser classificados como reacccionários, pois absolutizam os seus valores e crenças, exigindo a todos uma submissão a valores conservadores que estão nos antípodas da visão laica, racional e universal que os movimentos sociais ocidentais deram à cultura humana.

Não se pode ignorar que uma certa «religiosidade» também esteve presente no movimento operário e socialista mas foi largamente compensado por ideais humanistas universais, pelo espírito crítico e pela racionalidade que fez com que os libertários, como bem recordou Nettleau, soubessem «elevator-se acima do sectarismo, do



Nova Iorque, 2001

fanatismo, da intolerância»¹¹. Esse espírito mais próprio da Igreja ou de grupos políticos dogmáticos hoje retorna através de diferentes seitas cristãs, judaicas, muçulmanas e hindus que iluminadas por verdades eternas pretendem impor aos outros as suas certezas e seus os comportamentos.

O fundamentalismo islâmico é uma das componentes deste movimento de reacção à modernidade, que se opõe ao que ela tem de mais perversa: hedonismo, egocentrismo, injustiça, exclusão social, mas também ao que ela tem de progressista: liberdade, autonomia, cepticismo, individualidade, que na nossa cultura se encarna na tradição dissidente e revolucionária que vem das revoluções camponesas e plebeias, à Revolução Inglesa, Francesa, Comuna de Paris, Revolução Russa e Espanhola. As acções de 11 de Setembro são a mais espectacular e destrutivas das reacções já ocorridas contra o Império que encarna todo o mal que o Ocidente impôs aos diferentes povos e culturas. Mas esse acto de guerra contra o Poder imperial não hesitou em usar milhares de vítimas civis como meio de vindicta ou intimidação, na velha lógica de todos os exércitos da história.

O que se vai seguir é imprevisível, embora a guerra já iniciada tenha como resultado óbvio as inevitáveis vítimas inocentes, que nem a tecnologia, nem o interesse político numa acção «limpa», podem evitar. Mas, em paralelo, vai-se intensificar o controlo social, a repressão, a vigilância e a redução de direitos, uma frente de ataque que os Estados estão a abrir e que, previsivelmente, é para durar. A ampliação do consenso social e do conformismo serão outras das consequências dos atentados, criando-se até um clima favorável a políticas racistas e xenófobas, onde tudo o que é diferente é suspeito. Mas o resultado mais importante deve ser uma redefinição geoestratégica que vai na direcção de um governo mundial de facto, controlado pelos G8, que passará a ditar as regras para todos os povos, esvaziando-se o

O fundamentalismo islâmico é uma das componentes deste movimento de reacção à modernidade.

que ainda restava da tradição jurídica e diplomática da época dos Estados Nações, é a nova forma política do Capitalismo Mundial Integrado. A grande aliança que se está constituindo reúne as democracias representativas, Estados autoritários, ditaduras e governos fantoches todos na grande frente contra o fantasma do islamismo radical, dando-nos uma imagem clara do verdadeiro motivo dessa congregação: reforçar o *status quo*.

Os Estados na sua ofensiva contra os direitos que se consolidaram, principalmente a partir do final do século XIX, pretendem o retorno da pena de morte, das extradições administrativas, das entradas nocturnas nas casas, do acompanhamento policial do quotidiano dos cidadãos etc., etc., querem redefinir a sociedade contemporânea através de um novo sistema de controle social autoritário. Um cenário que até há pouco era impensável e indesejável, mas que hoje, face ao discurso da «segurança», pode-se tornar a grande ilusão para conquistar a tranquilidade perdida. O Estado neo-liberal das últimas décadas, retrocede, ante um novo desenho de políticas para as delegações do novo Estado Mundial, que pretende reforçar a sua componente repressiva e militarista, com inevitáveis consequências no seu próprio papel económico¹². A reorganização dos aparelhos de informações, interligando-os e coordenando-os internacionalmente, o retorno dos exércitos a missões de vigilância e controlo internos, sob os auspícios dos Estados Unidos – que são o grande

administrador executivo do capitalismo multinacional, sem rosto nem fronteiras –, representam uma ameaça generalizada ao espaço de liberdade conquistado pelas lutas sociais passadas¹³.

Prefigura-se, assim, um novo mundo que nada vai ficar a dever às ficções de Huxley e Orwell, onde os cidadãos e os movimentos sociais terão o seu espaço de autonomia e de intervenção ainda mais reduzido. Novos movimentos que vinham crescendo nos últimos anos, como o que se opunha ao processo perverso da globalização, podem sofrer um rude golpe, quer pela repressão, quer pela desmotivação criada neste novo clima de confusão e intimidação.

O que já tinha começado a acontecer nos anos 80 em consequência da luta armada anti-capitalista na Europa, particularmente na Alemanha, Itália e Espanha, onde se «desencadeou um novo tipo de guerra civil não apenas através de meios militares e policiais, de legislação de excepção, mas igualmente através de meios de guerra psicológica e informática e através de estratégias políticas e culturais adequadas»¹⁴, universalizou-se agora a partir de uma argumentação e legitimação idêntica. No entanto, essas medidas já não são apresentadas como conjunturais e excepcionais, mas como políticas estruturantes de um novo tipo de Estado, alicerçado na segurança e não em direitos e na liberdade como se dizia até aqui.

Mas a situação social adquiriu uma dramaticidade espectacular e tornou-se de tal forma imprevisível que acções, como as do 11 Setembro, a repetir-se, o que todos analistas apontam como provável, só poderão aumentar o clima de histeria e de repressão, numa espiral que ninguém sabe onde poderá levará.

6. Qualquer análise com alguma lucidez, mesmo querendo evitar o pessimismo catastrófico, tem que concluir que nos esperam tempos difíceis onde não se visualiza a possibilidade de movimentos sociais imponem mudanças sociais profundas que o mundo exige para liquidar este sistema que se alimenta da fome, miséria, exploração dos povos, criando o desespero e a raiva que podem alimentar todo o tipo de reacções até as mais intoleráveis que pretendem o regresso a formas fascizantes de poder, Estados teocráticos, controlo religioso sobre a sociedade e nacionalismos autoritários, não apontando qualquer saída positiva para os grandes dilemas vividos pela humanidade ante o capitalismo e a modernidade.

Só a reconstituição de uma alternativa universal ao sistema capitalista, dentro da tradição internacionalista do socialismo libertário, poderia canalizar positivamente a raiva, o desespero, a indignação e a esperança dos povos e dos grupos sociais dominados e excluídos. Se isso não acontecer, a anomia e desagregação social irão difundir-se pela ampliação da criminalidade urbana e em actos sangrentos como os deste Setembro.

O caminho que resta aos libertários neste momento é evitar o discurso maniqueísta, e redescobrir na história da luta social as suas raízes revolucionárias e universalistas, preparando-se para uma resistência prolongada onde o único objectivo possível para as minorias inconformadas parece ser reconstituir espaços colectivos de reflexão e acção, sabendo que hoje se trata mais de viver e resistir, como uma tribo nómada num mundo estranho, do que aguardar algum amanhã radioso como aquele que sonhavam os trabalhadores revolucionários e internacionalistas do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

1 Calculam-se entre 300 e 400 mil o total dos mortos, até 1995, resultantes das duas bombas atômicas lançadas sobre o Japão.

2 Mesmo que a sombra de Netchaiev, ou seja do desvio terrorista, nunca tenha estado ausente dos grupos e movimentos revolucionários.

3 *Ravachol e os Anarquistas*. Jean Maitron. Lisboa: Antígona, 1981.

4 Nesse ambiente foi comum surgirem jornais e manuais que propagavam a química como instrumento de mudança social!

5 *Socialismo Libertário ou Anarchismo*. Silva Mendes. Lisboa: 1896.

6 *Ravachol e os Anarquistas*. Jean Maitron. Lisboa: Antígona, 1981.

7 Em outubro, num seminário em Espanha sobre *Fanatismo da Identidade*, o conhecido historiador da guerra civil Hugo Thomas comparou os anarquistas ibéricos aos taliban, demonstrando que um académico pode pesquisar exaustivamente sobre o anarquismo sem jamais o entender.

8 Hoje está amplamente documentado as relações estreitas que alguns grupos armados dessa época como o RAF (Fracção do Exército Vermelho) da Alemanha Federal, tinham com os serviços secretos dos países de Leste, principalmente a RDA, que procuraram instrumentalizar esses grupos de guerrilha

urbana ao serviço dos seus interesses geopolíticos.

9 A *Escola das Américas* que funcionou desde os anos 50 no Panamá e depois na Geórgia é uma escola militar para oficiais latino-americanos, acusada de dar treino de tortura e ser responsável pela formação da maioria dos militares envolvidos na violação de direitos humanos nesse continente. Depois de uma campanha internacional de denúncia foi fechada, mas reabriu em 2001 com novo nome.

10 É o caso de grupos como a FPLP, dirigida por Georges Habash e Waddi Haddad, que desenvolveram uma estratégia de actuação internacional com sequestro de aviões e tomada de reféns, tendo ocorrido frequentemente mortes de civis.

11 *La Anarquia Atraves de los Tiempos*. Max Nettlau. Barcelona: Editorial Antalbe, 1979.

12 A discussão nos EUA sobre a necessidade de o Estado passar a controlar directamente os aeroportos por razões de segurança ou financiar os investimentos das empresas aéreas é sintomático das mudanças no discurso liberal oficial.

13 As declarações oficiais americanas confirmando a retomada dos assassinatos por parte da CIA, e a necessidade de uso da tortura demonstram plenamente como o Estado vai adaptando a sua «legalidade» às necessidades conjunturais.

14 *Os Novos Espaços da Liberdade*. Félix Guattari e Toni Negri. Coimbra: Centelha, 1987.



LIVRARIA UTOPIA

Rua da Regeneração, 22
4000 Porto



Livros, revistas e outras publicações
libertárias.

Principais massacres do século xx

Alguns dados do terrorismo do poder

Ano	Acontecimento	Vítimas	Número estimado de vítimas	Responsáveis
1903	Genocídio arménio	População arménia da Turquia	1 milhão	Estado turco
1905	Repressão na Rússia Czarista (1)	População e opositores	100 mil	Estado czarista
1908	Ocupação da Coreia	População coreana	100 mil	Estado japonês
1910 1940	Intervenções norte-americanas na América Central	População civil	50 mil	EUA
1914 1918	I Guerra Mundial	População e exércitos dos estados envolvidos	8.5 milhões	Estados beligerantes
1920 1930	Repressão leninista-estalinista (2)	População e opositores	10 milhões	Estado soviético e Partido Comunista
1931 1941	Invasão japonesa da China	População e opositores	1 milhão	Estado japonês
1936 1939	Guerra civil espanhola	População e opositores ao golpe militar	700 mil	Nacionalistas com o apoio dos países fascistas
1939 1945	II Guerra Mundial (3)	População e exércitos envolvidos	50 milhões	Alemanha, Itália e Japão e outros Estados beligerantes
1941 1945	Genocídio nazi	Judeus, ciganos e opositores	6 milhões	Estado alemão
1945	Bombardeamento de Hiroshima e Nagasaki (4)	População civil	De 300 a 400 mil	EUA
1945 1974	Repressão colonialista em África dos movimentos independentistas (5)	População civil e grupos nacionalistas	500 mil	França, Bélgica, Espanha, Portugal

Fontes: Livro Negro do Comunismo, Quetzal, 1999;
Livro Negro do Capitalismo, Campo das Letras, 1998.

Qualquer levantamento destes, dada a dimensão dos massacres, serve somente como referência e dele encontram-se ausentes inúmeros outros massacres e genocídios, além da referência aos milhões que morrem permanentemente de fome e doença em resultado das injustiças dos sistemas sociais impostos universalmente.

1-Refere-se só à repressão da Revolução de 1905.

2- Os números referentes a União Soviética e China são extremamente divergentes, porque alguns autores incluem vítimas indirectas dos regimes (ex. fome), seja em consequência de catástrofes naturais seja de políticas económicas que nos casos de regimes capitalistas não são levadas em conta.

3- Vítimas civis e militares, bem como mortos resultantes das deportações e holocausto.

4- Os mortos imediatos foram 150 mil em Hiroshima e 70 mil em Nagasaki. Continuando a morrer pessoas nas décadas seguintes.

5- Exceptuando a guerra da Argélia.



Ano	Acontecimento	Vítimas	Número estimado de vítimas	Responsáveis
1948 1970	Repressão na China	População e oposição	6 milhões	Governo e Partido Comunista
1948 1973	Guerras Israel-países árabes	População e militares	300 mil	Israel e países árabes envolvidos
1948 1980	Repressão na Coreia do Norte	População	1.5 milhões	Governo e Partido Comunista
1956 1962	Repressão da luta pela independência da Argélia	População e grupos nacionalistas	1.2 milhões	França
1956 1975	Guerra do Vietname	População e guerrilheiros	2 milhões	EUA e governo aliado do Vietname do Sul
1960 1980	Governos militares na América Latina	População civil e opositores	150 mil	Governos militares do Brasil, Chile, Peru, Bolívia, Argentina e Uruguai, com apoio directo dos EUA
1965	Massacres na Indonésia	População e grupos armados	1.5 milhões	Estado Indonésio com apoio dos EUA
1975	Repressão no Camboja	População civil	2 milhões	Estado marxista-leninista do Camboja com apoio dos EUA
1978	Massacre da população muçulmana em Srebrenica, ocorreu sob os olhos das tropas da ONU, sem qualquer intervenção.	População civil	7.500 homens e jovens	Estado da Bósnia e Herzegovina com apoio das potências ocidentais. O massacre de 7.500 homens e jovens em Srebrenica, ocorreu sob os olhos das tropas da ONU, sem qualquer intervenção.
1975	Repressão em Timor Lorosae	População e membros da oposição	200 mil	Indonésia com apoio das potências ocidentais
1975 1999	Guerra civil em Angola (7)	Exércitos e população civil	2 milhões	Estado angolano e UNITA

Notas & Comentários

De Toda a Parte

André Kelb

Mais uma época de merda

A democracia ocidental não é mais do que uma aglomeração económica e autoritária de *não-viventes*. Uma tal democracia espectral pertence a determinados indivíduos: os governantes, e não aos governados. Estes, transformados em trabalhadores modernos, desapaosados de si próprios e da vida societária efectiva, estão condenados a circular em nos *cenários* onde o doentio e opressivo sistema político-económico os priva de todas as fantásticas maravilhas da democracia. Assim, uma vez mais, acabamos de chegar, dizem eles, a «uma verdadeira regressão da actividade produtiva». Esta não é apenas mascarada. Ela é acelerada pela acumulação e as sofisticações delirantes do activismo tecnológico, económico e pós-moderno.

Esta situação conduziu a uma espalhafatosa consagração da hierarquização social. Os trabalhadores modernos, na sua grande maioria, não fazem, literalmente, nada. Mas, reconheça-se, não fazer nada é muito cansativo. E, afinal, eles projectam imagens, que não são necessariamente imagens da realidade retiradas do mundo sensível, mas artificios de grande calibre. Debruçados sobre ecrãs deslumbrantes, os trabalhadores modernos preenchem os formulários da vida administrativa ou a contabilidade. Simultaneamente, muitos dos últimos produtores que fabricam, constroem ou elaboram ainda qualquer coisa estão reduzidos à destruição e ao envenenamento (a maior

parte do tempo sem qualquer espécie de vergonha) das condições de vida.

Deste modo, a política e a economia levam-nos a perder o nosso tempo para servirmos os milhares de «progressos» que apregoam podermos livremente usufruir. O esfalfamento dos trabalhadores que nada fazem só serve para fazer perdurar aqueles que controlam e que são os donos do tempo. Todos os dias repetem com indiferença os mesmos gestos. Cada empresa capitalista, denominada liberal, luta por fixar as necessidades que ela inventou para as perpetuar como necessidades dos consumidores ou de outras empresas. A qualidade estandardizada dos produtos é calculada para reproduzir a rede de dependência. Assim, é o toque disfuncional que se torna necessário reparar, mudar, entreter todos os dias. A maior parte dos trabalhadores, a única coisa que fazem é perpetuar a obrigação geral de trabalhar, e os outros fazem-no para pagarem os laboriosos tempos livres aos quais tudo sacrificam.

É, precisamente, esta dependência que produz indivíduos inibidos ou mesmo desesperados, cuja contribuição societária - para utilizar uma expressão do utópico Fourier - é reduzida a nada: o *nada* que a alienação estatal & capitalista pós-moderna obteve no optimismo todo poderoso de mais uma época de merda.

E, de novo, a ameaça com o terror...

Assistimos à transmissão em directo das imagens de destruição do WTC de Nova Iorque e à morte de milhares de vítimas inocentes. Mais uma vez¹, um punhado de terroristas, devidamente controlados por organizações manipuladas por forças ocultas, foram capazes de “criar a atmosfera de caos necessária à presente governação, cada vez mais obscura. E, no *processamento* desses acontecimentos, os «meios de comunicação» revelam-se como uma espécie de directório mental, perfeitamente indispensável às acções no terreno”².

Somente é necessário apresentar vezes sem conta as imagens de terror para proporcionar ao espectador toda a *beleza* de uma grande e forte dinâmica.

A actual «guerra contra o terrorismo internacional»³ não somente tem de encobrir a violência e a hegemonia do Estado, logo da Economia, como também tem de reforçar a sua utilização e ingerência constante. Este mundo não se separa do seu passado obscuro.

Um deus único originou o pensamento único.

Esta guerra, encabeçada pela USA e os seus clientes contra o “terrorismo internacional”, não é uma guerra do *bem* contra o *mal* ou uma *Jihad* encabeçada por um movimento islamita contra o Ocidente que se afunda no consumismo. Na realidade, trata-se de uma luta entre duas ideologias totalitárias que defendem dois totalitarismos: um sistema económico que se apresenta como um só e único modelo de sociedade, fundado sobre um só modelo de desenvolvimento, edificando uma só cultura, uma só civilização e querendo se estender por todo o planeta (inclusive, à custa da sua auto-destruição); e uma religião monoteísta que se apresenta como a única verdadeira,

que deve edificar um só tipo de sociedade e não pára até conquistar toda a humanidade (inclusive, à custa do suicídio dos seus fiéis). Não é uma guerra da civilização contra a barbárie, da liberdade contra o obscurantismo. Também não se trata de uma guerra santa contra o “grande satã” ocidental, mas de uma guerra entre duas hierarquias hegemónicas: uma que submete o ser humano à economia, outra que submete a humanidade a Alá.

Aquilo que o monoteísmo religioso cristão não conseguiu fazer, conquistar o mundo, o *monoteísmo profano* (o real vencedor da «II guerra mundial») está em vias de concretizar. Um novo deus único, o deus dinheiro, rege o mundo inteiro e tem a quase totalidade dos seres humanos sob a sua implacável vontade. Aterroriza e escraviza a humanidade. Contudo, é no monoteísmo religioso que encontramos a origem do pensamento *único*. A crença num deus único produziu uma concepção total, depois totalitária, na actualidade estatal-económica, do indivíduo humano. Ela é, nos países ocidentais, a principal causa da pretensão a detentores da *verdade universal*.

Terminada a bipolarização do mundo entre dois blocos aparentemente concorrentes, os grupos politizados da população negra dos guetos urbanos dos EUA abandonaram o revolucionarismo terceiro-mundista de inspiração marxista para encontrar de novo a *verdade* no islamismo dos «Black Muslims» ou da «Nation of Islam». Quase de imediato assistiu-se, à escala internacional, a uma peculiar substituição do marxismo universalista pelo fundamentalismo islâmico, no papel de ideologia dos grupos ou das nações que se consideram oprimidas pela *Ordem e Norma* mundial, ou pelos Estados Unidos da América. Por via disso, já antes dos ataques de 11 de Setembro, os EUA designaram o terrorismo islâmico internacional como o seu

principal inimigo. O islamismo ou «partido do Islão», ele próprio se define como a vontade de fazer reinar a lei do Islão, não só nas consciências, mas também como lei social e política. Não é autorizada nenhuma organização distinta, capaz de estabelecer relações diferentes entre os indivíduos. Não é permitido nenhum potencial contra-poder, quer ele seja político, cultural, ou, claro, religioso.

A diferença essencial entre o islamismo e as outras formas de totalitarismo moderno que o precederam (por exemplo, o comunismo soviético ou o nacional-socialismo) não é de menosprezar. O totalitarismo islâmico rege tudo menos a Economia. Nesse domínio, os Estados islâmicos contentam-se em assegurar os deveres mínimos do estado moderno, a saber: unidade monetária, controlo do comércio exterior e dos principais recursos financeiros. Não impulsionam um desenvolvimento da economia nacional, actividade essencial e central dos Estados comunistas. Já o fascismo via na organização estatal dessa economia uma condição importante e necessária à realização dos seus objectivos nacionais e sociais.

Assim, quatro fanáticos islamitas armados de facas podem destruir aquilo que consideram ser o símbolo dos EUA. Todavia, as mercadorias continuam a mover-se no mundo e nós a movermo-nos nas mercadorias.

Os milhares de vítimas inocentes novaiorquinas não morreram por acaso, elas servem de argumento ao pequeno grupo que domina o mundo, os responsáveis pela morte de milhões de vítimas da hegemonia estatal-económica ocidental, e, talvez, servirem para assustar e neutralizar as resistências ao domínio.

A forma da *carnificina duradoura*

Como foi oficialmente declarado, esta não é uma guerra contra um exército convencional ou um inimigo visível, disputando-se frente a frente. Nesta guerra o inimigo tanto pode ser

externo como interno. Pode estar localizado num país hostil, como no interior de um país amigo. E a resposta punitiva, iniciada em Outubro, revelou não ter por objectivo inimigos dignos desse nome, mas simples fanáticos, perversos ditadores com pés de barro. Para os meter nos eixos, os bombardeamentos à distância e regulares - pese os «danos colaterais» -, as tropas especiais no terreno em tempo favorável, são suficientes, apoiados pelas «populações libertadas», isto é, os sobreviventes... De seguida, a ingerência humanitária termina o trabalho de liquidação das populações perigosas ou com má fama.

A forma desta guerra é semelhante à que, no passado, foi desenvolvida contra os corsários. Como Osama ben Laden, também os corsários foram inicialmente criados e mantidos por reis de Estados em concorrência com outros reis de outros Estados. Foram os Estados, por exemplo, de Inglaterra e da Holanda, que armaram e sustentaram os corsários que atacaram os primeiros navios e portos comerciais do império marítimo do Estado de Espanha e do Estado de Portugal. Manipulados por reis que cobiçavam as riquezas do *império de além mar*, esses corsários assassinavam, pilhavam, incendiavam, para de seguida desaparecerem no abrigo dos seus senhores. Assim que os *senhores* se apoderaram das fontes de recurso, donos, também eles, de possessões coloniais, os corsários tornaram-se incómodos. Mas já a pirataria se tinha estendido por todo o mundo e os corsários, desligados dos seus antigos senhores, em guerra contra eles e abrigados em pequenas ilhas e enseadas, ganhavam autonomia. Logo, os senhores do mundo uniram-se na, talvez a primeira, coligação contra a pirataria. Juntaram navios de guerra, homens e recursos para travarem uma guerra que se prolongou durante mais de cem anos.

Com a promessa do chefe do exército dos Estados Unidos de que esta guerra «contra o terrorismo internacional» irá estender-se a outros países e não só ao Afeganistão, os cenários desta guerra podem vir a desenrolar-se bem perto da sua residência. Nas pequenas “ilhas e enseadas”, “grutas e cavernas”, inclusivamente, nos aglomerados urbanos da periferia das cidades... Em todo o lugar e por toda parte onde, os novos piratas de pernas de pau, com os olhos de vidro e a cara de maus, se encontrem. Assim, com as intervenções militares e humanitárias que se devem memorizar, agora, no Afeganistão e, no passado, na Sérvia, no Iraque, na Somália,... a carnificina de vítimas inocentes, mulheres e homens, crianças e idosos, promete ser, pois, duradoura.

As liberdades em perigo

Já antes de 11 de Setembro, os Estados democráticos, auxiliados pelos seus empregados mediáticos, sustentavam uma manipulação de massas difusa que lhes permitia banir toda a capacidade crítica, identificando-a como um crime de lesa-democracia. Agora, uma «greve selvagem», uma revolta não controlada, um *pensamento fora do penico...*, estão em vias de serem considerados actos de terrorismo!

Subtraem a essa crítica todos os elementos reais (ocultam tanto as ruínas como os *efeitos colaterais* das suas *bombas cirúrgicas*, abandonam no sítio x um projecto nocivo massivamente recusado para, assim que a cólera esteja esquecida, o imporem algures e, através dos seus empregados mediáticos, escamoteiam o *lado inimigo* para privilegiarem o seu lado, que consideram o único possível). E, claro, no ecrã todas as questões são engolidas pelos monólogos dos especialistas. Se a democracia ocidental é capaz de compensar os factores de crise e de diluir as suas incoerências

no sentimento público, quantas decisões, apresentadas por democratas como vitais e salutares, tiveram, como resultado, ditaduras imprevisas, embora previsíveis?

1 Ver nº3 da *Utopia*, a propósito dos atentados terroristas contra civis ocorridos em Paris, no início dos anos noventa.

2 Ibidem.

3 Como se o horror fosse uma aparição irracional vinda das profundezas da galáxia, como querem fazer-nos crer os ideólogos do Estado. Não é por acaso que os fiéis do «terrorismo internacional» são de países árabes muçulmanos: colonizados, humilhados, frustrados, explorados, há séculos manipulados por governos ocidentais ocupados em fazer prevalecer os seus próprios interesses, económicos, estratégicos, geográficos, políticos.

Exposição fotográfica sobre Edgar Rodrigues



Biblioteca Museu da Resistência e
República

26 de Abril a 10 de Maio de 2002

Livraria Ler Devagar

11 de Maio a 18 de Maio de 2002

«O objectivo é o de difundir terror»

***Entrevista com Jaques Fournet, antigo director da DST**

Como antigo profissional dos serviços de informação foi surpreendido pela amplitude do ataque terrorista?

Francamente sim. Não pelo facto que tenha havido actos de terrorismo e ainda menos que incidam sobre os Estados Unidos. Com os precedentes ataques anti-americanos (o World Trade Center, o Destroyer no Oceano Índico, as embaixadas), houve uma subida em potência progressiva. A primeira surpresa, é a utilização de aviões de linha para se abaterem numa cidade. Há dez anos, aquando da cimeira de l'Arche de la Défence, tinha-se pensado em ataques suicidas por via aérea mas com um pequeno avião do tipo Piper ou Cessna. Mas a verdadeira surpresa, é que tenha havido quatro e talvez agora seis vectores potenciais para cometer este ataque. Uma tal coordenação, uma tal preparação com cursos de pilotagem, o facto que, numa vintena de pessoas que subiram a bordo dos aparelhos, todas tenham aceitado ir até ao fim e que não tenha havido dissensões, sim é uma surpresa. A precisão dos ataques também me espantou.

É forçoso constatar a falência do FBI e da CIA...

Será preciso ver se os serviços puderam ser alertados por uns e outros, mas também se as pessoas que prepararam a operação eram dormentes. O papel dos agentes dormentes é justamente o de não serem

detectados e depois agir quando chega o momento. Dito isto, evocam-se cinquenta pessoas que não foram detectadas, é muito. Mas o terrorismo é uma ameaça permanente. É preciso não abrandar. Há períodos de crise, períodos mais serenos, mas é preciso meter na cabeça que desde há vinte anos, e por muitos anos ainda, infelizmente, o terrorismo é uma ameaça permanente. As democracias devem saber o que querem. Lutar contra o terrorismo necessita métodos musculados, uma prática do segredo na acção e a actividade dos serviços de informação. Muito concretamente, isto que dizer fichas, escutas. Ora, nas nossas democracias, desde há vinte anos, esses são domínios muito sensíveis, em que a opinião pública não aceita tudo. Será também preciso reflectir sobre esse aspecto das coisas.

O que se pode fazer contra pessoas tão determinadas?

Trabalho de polícia ou de informação clássica, quer dizer infiltrar os grupos, ter um bom conhecimento dos meios extremistas, e não digo somente islâmicos, fazer manipulação e talvez uma maior coordenação à escala europeia e mundial. Mas a dificuldade reside no facto de os grupos potencialmente terroristas, as seitas potencialmente terroristas, se terem diversificado. São menos conhecidos, muito mais internacionalizados.

Isso tem por consequência uma ameaça de um tipo novo...

Com a mundialização e a ascensão dos integristas, há efectivamente uma modificação da própria natureza da ameaça. Vivi os últimos sobressaltos da época em que se sabia quem eram os terroristas potenciais: Action Directe, as células combatentes da ETA ou do IRA na Europa; Abou Nidal, Habbache, Djibril ou Carlos no Médio-Oriente. Além disso, esses terroristas reivindicavam as suas acções. Como ouvi dizer esta manhã, de ora avante não se reivindica e não se exige nada mas faz-se terrorismo.

Qual é o sentido desse terrorismo?

Na nossa cultura ocidental, é uma forma absurda e é talvez a isso que é preciso preparar-se. Dantes, colocávamo-nos sempre a pergunta de saber de onde vêm os terroristas, para quem trabalham, quais são os termos da negociação. De ora avante, o objectivo é o de difundir terror numa perspectiva ideológica sublimada. Essa gente pensa que ao ferir se enfraquece e se exalta as suas próprias crenças, as suas próprias convicções.

É o nosso modelo que põem em causa?

Creio que as nossas democracias são contestadas nalguns sítios, que o nosso modelo, que cremos universal ou que queríamos universal, não é considerado como tal em todo o lado. É preciso reflectir à maneira de limitar os estragos mas, o nosso modelo, é o nosso, aquele que nos convém. Dito isto, podemos-nos colocar a pergunta de saber em que medida ele é universalmente aceite e, se não o é, perguntarmo-nos quais as acções, de natureza diplomática, relacional, se devem tomar para evitar a exacerbação das paixões. Não basta dizer que

o Ocidente está confrontado com o obscurantismo.

O que pensa da pista Ben Laden?

Aparentemente, vistas as pessoas presas, a pista islâmica parece bastante evidente hoje. Mas pode muito bem descobrir-se, como noutros assuntos que conheci, uma cabeça a quem se atribuem muitas coisas e depois uma nebulosa que gira à volta. Ben Laden é provavelmente o símbolo mas pode haver também outras pessoas que tomaram a iniciativa.

Com esses grupos, podemos de ora avante contar com tudo?

Não vimos tudo. Há o bacteriológico, o biológico, até o nuclear. Assistimos a uma escalada para o horror e tenho medo que essa forma de terrorismo apareça nos anos vindouros. É a razão pela qual é preciso, entre outras coisas, ter uma política anti-proliferação muito forte.

*Entrevista feita por Ludovic Blecher do Libération com Jaques Fournet, director da *Direction de la Surveillance du Territoire* (DST), serviços de informação franceses, de 1990 a 1993, sob a presidência de François Mitterrand.

Tradução: José Janela



Misérias da punição

Edson Passetti

Os anarquistas foram direto ao assunto. Uma sociedade livre só existe se houver uma educação libertária. Outros costumes, relações amorosas, propriedades, governos de si. Proudhon alertava que o socialismo somente existiria com base numa estética, uma ética federalizante para uma economia mutual. É impossível pensar o novo, sem inventar costumes que se refazem pela educação.

Educar não é sinônimo de instrução, escola, conhecimento científico organizado pelos cientistas. Não é um projeto a ser levado a cabo por esclarecidos ou indivíduos capazes de apreender essências camufladas de aparências. Educar libertariamente é uma experiência de vida que se realiza sem apartar-se da política. Não é um jardim de delícias, uma sociedade secreta conspiratória, um aflitivo conjunto que abarca afinidades. Os anarquistas tem suas afinidades porque são singulares; suas propostas são diversas na luta contra as hierarquias, coexistem sem a obrigatoriedade da tolerância. Os anarquismos não pretendem paz eterna no futuro como utopia. Se queres sonhar? Sonhe. Mas antes de mais nada o que vale é fazer a vida no presente.

A educação anarquista antes de qualquer coisa está associada à abolição do castigo. William Godwin foi o primeiro a dedicar-se ao tema. Etienne de la Boétie já dizia que precisávamos inventar outros costumes. Em vez de amar o governante, devíamos

estabelecer vínculos de amizade. O conhecimento científico não é propriedade dos cientistas, dizia Bakunin; é apenas uma forma de saber que deve ser vulgarizada e estar em sintonia com outras maneiras de saber: horizontalização de conhecimentos. Max Stirner, para quem só existia o presente, revirou a religião, a ciência e o humanismo pelo avesso, somente para afirmar sua desconfiança nas utopias

e certezas quanto à diversidade surpreendente que a criança lança, por si só um agente desconcertante dos limites, da grandeza dos escritos e do palavreiro em nome da liberdade. Abolir o castigo é um ato contra a autoridade centralizada, a soberania de adultos, a ilusão da irmandade e da fraternidade ao mesmo tempo. Ser egoísta é ser proprietário de sua liberdade. Esta só pode existir quando UM se associar a outro egoísta diferente por meio do qual pensa, atua, se convulsiona e permanece livre para ficar e sair. A associação de egoístas pela liberdade sabe que tem um objeto pelo qual combate, realizando batalhas que nada se assemelham a guerras. As guerras são para os Estados, assim como as revoluções que se pretendem universais. Contra a transcendência, a imanência; contra os criadores, os inventores, contra os adultos, crianças e jovens; contra a pretensão dos esclarecidos, a dúvida. Vida!

Godwin foi o primeiro a mostrar a insuportável introjeção da punição nos

*Educar libertariamente é
uma experiência de vida.*

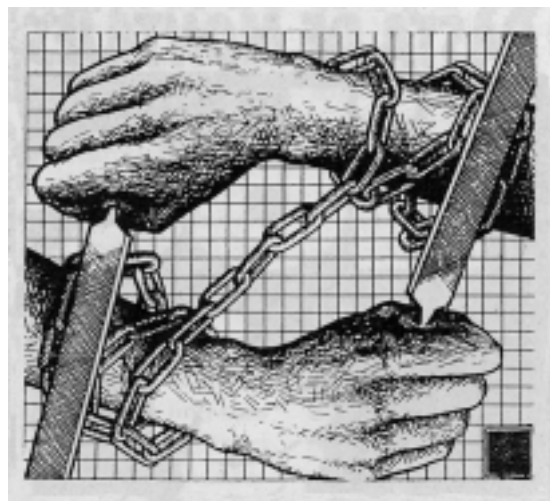
nossos costumes. A nova forma da vingança de sangue, agora como forma abstrata fundada no direito, cujos ápices se encontram, simultaneamente, na educação de crianças, na justiça penal e na permanência do Estado. Relatos como os de Bakunin e Kropotkin sobre a vida nas prisões não só devem ser inesquecíveis aos anarquistas como sistematizam análises contundentes sobre os efeitos das vinganças. Não era à toa que Proudhon, assim como Godwin o fizera anteriormente, e Stirner incisivamente afirmou, as revoluções são restaurações de autoridades centralizadoras. Eles não eram e nunca pretenderam instituir religiões. A ajuda mútua em nada se assemelha à caridade, ao comunismo, ao mais belo dos espíritos.

Seria inócua e autoritária uma pergunta sobre o que fazer com crianças. Sabemos que a maneira pela qual os costumes se reafirmam modernamente está na continuidade da soberania levada a cabo pelos súditos. A sociabilidade autoritária que se instituiu criou uma verdade que se pretende inquestionável: em algum momento cada indivíduo de direito é um soberano. Pais e mães com os filhos, marido sobre a **esposa**, professor com os alunos, líder com seus seguidores, carcereiro sobre presos, chefe e os subordinados, representantes sobre os representados, governos e seus súditos, são algumas das múltiplas maneiras pelas quais, pelo menos uma vez ao dia, cada um se vê como centro do poder. São maneiras de sustentar a autoridade dos diversos governos da sociedade e do Estado. Poder pastoral e poder de Estado se retroalimentam infinitesimalmente. Por isso, todo governo é tirânico: da monarquia à democracia e ao comunismo, da família patriarcal à família *desestruturada*.

Castigar é a maneira que a criança deve aprender limites, a afirmação da legitimidade

do Estado. Ela deve seguir seus pais, por adesão, omissão, ameaça pelo medo ou sob o uso da força. Ela não deve ser mais que imagem no espelho. Quando muito tolera-se que na vida adulta afirme formas mais brandas de exercício da autoridade, quando ascender à condição de reprodutor legítimo e legal da espécie. Eis um belo exemplo da confirmação da imperfeição democrática, seu corolário, o melhor dos regimes ainda que imperfeito, sob o manto da perfeição de Deus ou da utopia.

Os castigos institucionais culminam na justiça penal e na prisão. Para adultos e para crianças e jovens. Para crianças, jovens e adultos preferencialmente das camadas pobres, habitantes de periferias, que fornecem simultaneamente os construtores de prisões, os policiais, os soldados e os bandidos. Por este lado são sempre vistos como *classes perigosas*. Vivem a sociabilidade autoritária no limite da ruptura e da conservação. Para eles estão destinados o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Apanham de pais, padrastos, policiais, chefes de gangues, outros prisioneiros, carcereiros, e estão disponíveis a investimentos científicos que vão da educação pública (leia-se estatal) à reeducação correcional.



A abolição do castigo é um argumento libertário histórico.

Estão ameaçados por todos e intimidados, livres ou aprisionados. Espera-se deles a omissão ou o consentimento ao líder: a espera do messias. São educados para ser rebanho.

O que um anarquista sente diante da prisão de jovens e adultos? Será que eles devem ter seus comportamentos corrigidos? São uma ameaça ao cidadão? Não passam dos efeitos do determinismo econômico? Estão definitivamente perdidos? O socialismo autoritário, diante dos crimes contra a propriedade e o indivíduo da sociedade burguesa, nada mais fez que criar os crimes ideológicos. Associou prisão com alienação de outra maneira. O neoliberalismo, investe nos considerados corpos improdutivos com política de tolerância zero. Reconhece, definitivamente, que as prisões não integram ou reeducam e, portanto, elas devem ser de confinamento para a morte. Ela busca punir ostensivamente qualquer infração e nisto encontra produtividade; difunde acabar com impunidades com mais punições.

A atualidade de Godwin, Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Mahkno, e, principalmente Stirner, está em se perguntar sobre o castigo, a vingança e as prisões, estes terminais de poder confirmadores da imagem do medo do soberano para os súditos. Não é compreensível até para um leigo que os anarquistas não se posicionem afirmativamente ao lado do abolicionismo penal. Não se trata de afirmar a liberdade dos anarquismos em si, a abolição do castigo é um argumento libertário histórico.

Abolir a punição é o ato libertário da educação, a preparação para a potencialização de talentos, para associações federalistas e mutualistas, para o desassossego. Tolerar ou se omitir diante da prisão para jovens, no Brasil pelo menos, é uma atitude

burguesa camuflada de palavrório utopista. As utopias consolam, disse com clareza um filósofo no final do século passado.

O abolicionismo penal propõe o fim da aplicação universal da lei pela análise de situações-problema, de cada infração com seu ator e vítima, a partir de uma conciliação possível como condição prévia. Sem comando de juizes, promotores e advogados, os sequestradores de vontades, os representantes da ignorância e sua economia das penas. Uma tomada de decisão horizontalizada no interior da localidade onde ocorreu o acontecimento, alheio à delegacia. Trata-se de uma proposta possível (e lembro, de passagem, quando Malatesta, no *Ordine Nuovo*, escrevia, defendendo a liberação das drogas como uma proposta que jamais seria aceita pelo Estado) para HOJE, no presente. Investir em acabar com as prisões para jovens é algo possível, tanto quanto educar a si próprio e filhos com base numa sociabilidade libertária, avessa aos castigos, à parafernália psicanalista e pedagógica que justificam fronteiras e punições. É preciso coragem para sair da confortável posição de sabedor a respeito do melhor, do certo e do grande *bem* para todos. Não há poder que não seja totalitário e individualizante ao mesmo tempo!

O castigo é parte da miséria da existência. Não se inventa costumes novos sem crianças livres, sem pensamento livre de religião, dos donos da ciência, dos humanistas de plantão. Nos anarquismos há propostas individualistas e coletivistas que coexistem e, em ambas, não se tolera o castigo. Antonin Artaud, disse certa vez que a sociedade não tolera a loucura porque ela enuncia verdades insuportáveis. Será que os anarquistas podem fazer mais do que falar em pedagogia libertária e escolas?



A história dos anarquismos não é só melancolia e utopia, não é só agitar as ruas e suas associações mobilizando contra o Estado. Ademais, isso é mais que sabido. O abolicionismo penal é uma luta contra a sociedade a partir do momento que cada um abolir a punição dentro de si. Não se trata de dar a outra face, isso se realiza por outras vias a qualquer instante. É um estilo de vida, uma estética da existência.

Não pretendo mais voltar aos grandes pensadores do Anarquismo. Só me interessa, agora, constatar como uma coisa menor é intensa. Os

anarquistas são antes de qualquer coisa inventores de minoridades. Adeus Kant, Marx e utopistas defensores da *melhor* sociedade.

Eu vivo hoje, o jovem que está na Febem sabe disso e se rebela contra ela. A grande maioria das

crianças saem para as escolas para aprender a obedecer e se tornar trabalhador (se houver emprego). Voltam para casa para o regime do soberano, imagens no

espelho de uma jovialidade perdida. Os anarquismos não podem ser, apenas, vinganças da revolta.

O castigo é parte da miséria da existência.

Agosto de 2001





Elegia 1983

Carlos Drummond de Andrade

(1902-1987)

Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,
onde as formas e as ações não encerram nenhum exemplo.
Praticas laboriosamente os gestos universais,
sentes calor e frio, falta dinheiro, fome e desejo sexual.

Heróis enchem os parques da cidade em que te arrastas,
e preconizam a virtude, a renúncia, o sangue-frio, a concepção,
À noite, se neblina, abrem guarda-chuvas de bronze
ou se recolhem aos volumes de sinistras bibliotecas.

Amas a noite pelo poder de aniquilamento que encerra
e sabes que, dormindo, os problemas te dispersam de morrer.
Mas o terrível despertar prova a existência da Grande Máquina
e te repõe, pequenino, em face de indecifráveis palmeiras.

Caminhas entre mortos e com eles conversas
sobre coisas do tempo futuro e negócios do espírito.
A literatura estragou tuas melhores horas de amor.
Ao telefone perdeste muito, muitíssimo tempo de semear.

Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota
e adiar para outro século a felicidade coletiva.
Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição
porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan.

Prisão:



Negócio, corrupção & morte

*“ A prisão é indispensável à
manutenção da Ordem porque a
Ordem mantém a prisão.” **

Apesar de nestes últimos anos, pouco a pouco, existir mais gente que ensaia denunciar e tornar público que dentro das prisões portuguesas existe a morte, cá para fora sai pouca informação sobre este negro assunto. E, Portugal é de toda a Europa o país onde morrem mais pessoas nas cadeias. A morte na prisão, violenta e trágica ou acidental e esperada, paira sobre a pessoa detida no local de encarceramento a avisar que a palavra reiserção só serve para enganar alunos cegos e surdos (47% dos presos nas cadeias do Estado português são reincidentes).

Muitos indivíduos reclusos não morrem nem surpreendentemente, nem de maneira imprevista, mas em bastante ocasiões, são mortes anunciadas de antemão.

As causas de morte são:

1) A Sida;

2) A overdose, apesar de “oficialmente” na prisão não existir droga, isto é, produtos proibidos pelo Estado;

3) A negligência médica: Em muitas ocasiões os guardas prisionais não respondem aos pedidos de auxílio feitos pelos detidos, ou não se encontram nos locais onde ocorrem os factos. Assim, por ausência

de socorro, morrem pessoas com ferimentos graves auto-infigidos ou provocados por agressão, e morrem pessoas com crises agudas de doenças como ataques de coração, crises asmáticas, etc;

4) Casos de suicídio produzidos por alterações psicológicas de que sofrem algumas pessoas que se encontram presas. Mas, alguns destes suicídios escondem assassinatos, assim como suicídios provocados pelas insuportáveis condições de tensão existentes na prisão;

5) Casos de maus tratos (torturas) físicos e psicológicos.

Ultimamente sucessivas mortes trágicas ocorrem nas prissões portuguesas. Presos assassinados de forma violentíssima, como foi o caso, no ano passado dia 2 de Outubro, de Augusto Morgado Fernandes e de seu companheiro de cela, António Elísio Oliveira, no interior da prisão de Vale de Judeus. Espantado? Então leia a entrevista de Alte Pinho da ACED, associação que tem denunciado ilegalidades, injustiças, arbitrariedades e corrupção existentes nos estabelecimentos prisionais do Estado português.

*“Manifesnto Abolicionista” in Maldição nº1, 1986

Utopia* - Foram assassinados dois indivíduos reclusos na Prisão de Vale de Judeus, no dia 2 de Outubro de 2001. Como foi possível, segundo a ACED - SOS Prisões, aparecerem assassinados estes dois cidadãos no interior do Estabelecimento Prisional do Estado?

Alte Pinho – Nós temos vindo a caracterizar as prisões portuguesas como campos de extermínio. Aliás, convém referir que Portugal é o país da Europa, não só da U.E., que regista o maior número de obituários nas prisões. Concretamente, estes dois crimes, dois assassinatos, decorrem da organização, implantação e estruturação no terreno de uma associação de malfeitores composta por funcionários e guardas prisionais. Para nós é claro que uma das vítimas, Augusto Morgado Fernandes, membro da nossa associação, era o alvo principal. O azar de António Elísio Oliveira Dias foi estar no sítio e na hora errada. Na morte, o António Elísio teve uma atitude de grande dignidade que, por ela própria, podia redimir todo o seu passado, nem sempre feliz.

Ut. – Como assim?

A. P. – Ao que sabemos o António Elísio ofereceu o seu corpo para proteger o Augusto Fernandes. Devo dizer que estas mortes, ao contrário do que circula em meios policiais e foi veiculado pela comunicação social, não decorre, na perspectiva do móbil do crime, de qualquer acção de roubo, porque é absolutamente inconcebível que dois cidadãos sejam torturados. Nós sabemos que um deles tinha os dedos queimados e que foi alvo de 19 facadas, degolação e esmagamento do crânio. Nada disso indica que o móbil do crime fosse o simples roubo. Obviamente que o objectivo foi calar o Augusto e calar a testemunha que era o seu companheiro de cela, o António Elísio.

Ut. – E que foi bastante maltratado...

A. P. – Pela informação de que dispomos, o António Elísio ficou muito mais maltratado do que o Augusto Fernandes. Precisamente porque, num gesto de solidariedade e de entrega decorrente do facto do Augusto ser muito popular no seio dos reclusos, ofereceu o seu corpo para o defender.

Ut. – Tudo indica, então, que o Augusto se preparava para fazer uma queixa crime e foi morto para ficar calado. Qual era a matéria dessa queixa?

**CRONOLOGIA DOS
ÚLTIMOS MESES**

Abril – Um grupo de presos entra em greve de fome em protesto contra a aplicação arbitrária da pena de prisão preventiva (Portugal é o país do mundo, em relação à quantidade de habitantes, com o maior número de presos preventivos, 5.000). Durante este protesto sucederam-se tumultos no refeitório.

Julho – Um recluso, considerado um dos chefes do «gang do Multibanco» é assassinado dentro da prisão.

Setembro – Um recluso de nacionalidade afegã é assassinado por um preso português à facada.

Outubro – Dois reclusos são violentamente esfaqueados e decapitados. Os cadáveres são encontrados com sinais de tortura e os presos acusam os guardas prisionais. A Procuradoria-Geral da República mandou instaurar um inquérito pondo a Polícia Judiciária no terreno. Forçados ao regime da segurança máxima, alguns reclusos incendeiam as celas e amotinam-se.

Novembro – É descoberto um plano de fuga através de dois túneis, cuja construção já ia adiantada. Presos dizem que os mapas foram vendidos pelos guardas. No espaço de uma semana, três reclusos enforcam-se. Um estava em Vale de Judeus. Direcção da Prisão é substituída.

Janeiro – Um recluso de 26 anos é esfaqueado por outro recluso num possível ajuste de contas por droga. Um recluso homossexual de 24 anos suicidou-se na prisão do Linhó.

A. P. – Tinha a ver com o tráfico de droga, negócios ilícitos envolvendo tabaco e telemóveis.

Ut. – Podes explicitar melhor?

A. P. – O esquema é amplo e vasto. Caracteriza-se pelo seguinte: existem guardas prisionais, nomeadamente o guarda Caldeira que introduzia, pensamos que neste momento não o fará porque, obviamente, estará sob observação policial, mas que introduzia droga dentro do Estabelecimento Prisional, guardando-a no seu cacife pessoal. De seguida, entregava-a a um delator, colaboracionista da cadeia, chamado Luís Bocas. Este, por sua vez, distribuía a droga por todos os pavilhões da cadeia. Esta é uma face da questão. Outra, é que o mesmo guarda, o Caldeira, dedicava-se a vender telemóveis, numa cotação de mercado que variava entre os 200 e os 300 mil escudos. É interessante verificar que a ilicitude do negócio, não só dentro das cadeias, como cá fora, decorre da própria lógica capitalista, da acumulação de mais-valias e da exploração do trabalho assalariado. O telemóvel que podia custar 12 contos, era vendido a 200 ou 300 contos. E com uma perversidade ainda maior: o referido guarda vendia o telemóvel por 200 ou 300 contos a um determinado recluso, depois, mandava os seus colegas, também guardas, fazer uma revista à cela para apreender o telemóvel. Imediatamente, voltava a ser vendido mais uma, duas, ou três vezes. Assim, um único telemóvel, no valor de 12 contos, podia render a quantia de 900 mil escudos.

Ut. – São essas denúncias que o Augusto Fernandes se preparava para fazer quando foi morto?

A. P. – A manifestação de que o Augusto

Fernandes estaria disposto a depor foi feita à Provedoria de Justiça através de um fax, absolutamente comprovável, assinado por mim em nome da ACED.



Fotografia gentilmente cedida pela ACED

Ut. – Quanto tempo antes dele ter sido assassinado?

A. P. – Este fax, por mim subscrito, foi enviado um mês e meio antes. Nós não caracterizávamos a natureza da denúncia, mas declarávamos que o cidadão Augusto Morgado Fernandes estava disposto a fazer uma denúncia e que no nosso ponto de vista era urgente que uma delegação da Provedoria da Justiça o visitasse. Bom, a este pedido, a Provedoria não respondeu. Por consequência, ela também é, não por colaboração, mas por omissão, cúmplice destes assassinatos. Era importante saber como é que essa associação criminosa que dirige Vale de Judeus teve conhecimento desse nosso pedido à Provedoria de Justiça.

Ut. – Antes de ontem, dia 10 de Outubro, surgiu nos órgãos de comunicação de massas, uma planta da prisão de Vale de Judeus que, dizem, serviu para a construção do túnel, recentemente descoberto, por onde os reclusos planeavam escapar.

A. P. – Não nos parece crucial que a planta só por si valesse as quantias implicadas e que andariam entre os vinte e trinta mil milhões de escudos. Pelo conhecimento que tenho da situação, até porque também já estive na prisão, uma das preocupações principais do preso, principalmente, se ele tem uma leitura anti-sistema dos fenómenos, é arquitectar um plano de fuga. Mas, a planta, só por si, não valia a quantia referida, porque a sua utilidade e a sua eficácia seriam absolutamente relativas. Mas, digamos que, essa quantia, já pagaria o silêncio e a cumplicidade dos guardas prisionais na preparação do plano de fuga.

Ut. – Existem, então, guardas envolvidos no plano de fuga recentemente descoberto?

A. P. – Dentro de uma prisão pode-se meter quase tudo. O que não se pode lá meter é uma mulher para satisfação sexual do recluso. É muito difícil camuflar a entrada de uma mulher dentro da cadeia. Mas, desde a droga ao armamento, passando por outros objectos ou utensílios que possuam um eventual interesse para um determinado detido, tudo é possível porque os guardas prisionais têm um preço. Esse preço decorre do facto dos salários serem baixos, e, também, do facto dos guardas prisionais, na sua maioria, serem pessoas que, do ponto de vista psíquico, estão perturbadas. Não acredito que uma pessoa normal, no uso perfeito das suas faculdades mentais, possa voluntariamente se oferecer para fechar outros seres humanos.

Ut. – Voltando ao assassinato de Augusto Fernandes e António Elísio. Achas que a

À procura de paixão

Homenagem a Augusto Morgado Fernandes, assassinado em Vale dos Judeus.

A cela do Augusto tem sangue na parede. Se ele pudesse ver imaginaria toda uma tela cheia de sentidos evidentes e obscuros à volta das manchas de sangue. Inspirado por Deus, que aprendeu a amar para poder amar-se a si mesmo e aos outros seres humanos, não creio que fosse tão longe na sua imaginação quanto aquilo que os meus próprios olhos vêem, sem nunca terem entrado na prisão: mais de 24 horas depois da morte lhe ter entrado pelo corpo dentro, à força, o sangue na parede continua a escorrer, grosso, quente, lento. Lentíssimo.

Aposto que muitos investigadores de profissão, com uma lupa mesmo em cima do sangue, não quereriam ver aquilo que está a acontecer, porque eu vejo. Nem que fossem fervorosos religiosos e tivessem em casa relíquias sagradas !!!...

Como eles poderiam saber que noutras paredes, de chãos forrados de alcatifas de cor vermelha ou avermelhada, há quem limpe as mãos até fazer sangue, pensando freneticamente em desculpas que nada adiantam mais.

Só o artista que há em cada um de nós poderia perceber esta causalidade extraordinária: enquanto de um lado gente de sociedade e defensora dos direitos humanos grafados em papel de tratados internacionais limpa as mãos à parede, do outro lado da parede, que nem parece a mesma, uma fonte de sangue novo é oferecida aos deuses, por meio de sacrifícios que nos repugnam nas culturas pré-colombianas e nos são praticamente indiferentes na nossa própria vida.

O Augusto foi um homem. Amou a vida quando ela lhe fugiu e fez feliz até doer a mulher com que se escolheram amar a eternidade. O Augusto tornou-se um artista e um artesão. Certamente não um moralista. Mas quando experimentou limpar as mãos à parede sentiu que o seu sangue passava para o outro lado e escolheu ficar com ele. Todo. Glóbulos brancos, vermelhos e o mais que estivesse no meio deles, como fazia com o amor pela mulher com quem quis trocar o nome para melhor afundar nela o seu prazer de viver a vida.

Não te vamos esquecer, Augusto, porque queremos ter-te entre nós.

António Pedro Dores, sociólogo
Presidente ACED
03-10-2001

justificação da polícia sobre o móbil do crime foi pressionada pelo poder político com o objectivo de apaziguar a opinião pública?

A. P. – Nós aventamos essa possibilidade. E, desde já, devo dizer que não temos nenhuma dúvida. Houve, há e continuará a haver pressão política no sentido de condicionar a investigação. Mas, independentemente da acção policial, admitimos a possibilidade académica de existirem polícias sérios que não se sujeitam a pressões. Daí, admitirmos a possibilidade de o comunicado da Polícia Judiciária não ser mais do que cortina de fumo tendente, digamos, utilizando uma expressão popular, a não “espantar a passarada”. Aquilo que sabemos é que a investigação continua e também ao que deduzimos, terá por alvo não só o apuramento da verdade em relação a estes crimes, mas visará ir mais longe, apurando da veracidade ou não da existência de uma associação criminosa que utiliza a autoridade do estado para a prática de crimes e a violação da lei. Agora, o que é importante para nós referir é o seguinte: a ACED, com os parcos meios de que dispõe, promoveu e está a promover uma investigação autónoma, importante, porque quer denunciar os autores morais e materiais do crime. Foi possível à ACED, na revelação dos autores do crime, chegar mais cedo do que a polícia. Com isto não quero dizer que a polícia não é importante ou que ela não tenha força de vontade, mas, decorre de uma circunstância muito simples, é que um detido olha para a polícia como inimigo e olha para nós como amigos que estão do seu lado. É muito mais fácil, em alguns aspectos, para nós recolher depoimentos e declarações de detidos.

MOTIM NA PRISÃO DE SINTRA*

Sintra, 13/11/2001

(...) Por aqui o “bicho” está pegando, hoje, terça-feira, houve o maior motim que alguma vez já vi. Com balas de borrachas, gás lacrimogénio, porrada com bastões em toda a gente, um grande incêndio e, inclusive, guardas prisionais feridos nos confrontos corpo a corpo com alguns reclusos.

Tudo isso por causa da grande rusga de ontem, 12/11/01. Nunca, também, tinha visto uma rusga igual. Até a comida foi confiscada. Garrações de água cheios e lacrados, comprados no bar da prisão, foram levados. Rádios, tevês, corta-unhas, bonés, luvas, cadeados, mesas, piri-piri, leite em pacotes, frutas, lençóis, mantas, vasos com flores, foram confiscados após terem virado as celas de cabeça para baixo com a ajuda de cães.

Neste momento estou na minha cela, também não escapei e levei umas porradas com o bastão. Não foi grave, mas houve quem ficasse ferido com gravidade. Acredito que hoje já ninguém é aberto. A comida do almoço foi entregue nas celas e fora destas só se encontram alguns faxinas para arrumarem a bagunça. Os bombeiros e as ambulâncias já partiram. Penso que, como medida de segurança, alguns presos estão sendo transferidos para outros Estabelecimentos Prisionais.

Embora neste momento esteja tudo calmo, as bastonadas produziram efeito e estão todos dormindo um soninho tranquilo, isto tudo ainda vai dar pano para mangas.

(...) são 20:30, decorreram oito horas. Falei com um amigo meu que é faxina, contou que um amigo, que estava em regime 111, foi agredido violentamente dentro da cela e levado de urgência para o hospital. Também contou que outros presos foram perseguidos e agredidos já dentro das celas, e, os pavilhões estão totalmente destruídos, os vidros partidos e tudo queimado. (...)

***Extracto da carta de um recluso.**

Ut. – A ACED é a associação de reclusos que...

A. P. – A ACED não é uma associação de reclusos, é a única associação que intervém na área prisional.

Ut. – Como surgiu?

A. P. – Surgiu num contexto, muito particular, de lutas no interior das prisões. Foi fundada no dia 4 de Abril de 1997. Ela é o reflexo de lutas sociais com uma componente muito ideológica e militante, e que tem expressões evidentes nas lutas pela amnistia de 1994 e pela demissão do, à época, director-geral das prisões, Fernando Duarte, e decorre, perdoe-se o pleonismo, da necessidade que o movimento de combate dos detidos contra o sistema prisional sentiu a importância de criar no exterior uma estrutura de suporte político e organizacional às reivindicações reclamadas pelos reclusos.

Ut. – A ACED tem sócios que são reclusos...

A. P. – A ACED tem sócios que são reclusos, mas, a maior parte dos seus membros não são reclusos. Reclusos, ex-reclusos, professores, familiares e amigos, intelectuais e muitos ex-funcionários dos serviços prisionais pertencem à nossa associação.

Ut. – Nas prisões, depois dos últimos acontecimentos, foram ditas novas leis de segurança, não é assim?

A. P. – O ministro recentemente, em conferência de imprensa, anunciou novas medidas de segurança, mas sobre elas não levantou muito o véu, refugiando-se no carácter sigiloso das mesmas. No entanto, foi adiantando que essas novas medidas visavam defender a integridade dos reclusos. No nosso entender,

essas medidas estão viradas contra os detidos, logo, coarctando direitos já garantidos. Direitos esses que decorrem da sensibilidade pontual das autoridades em determinados momentos, mas também, de direitos que advém das lutas sociais travadas no interior das prisões. A expressão prática dessas medidas, por exemplo, no Vale de Judeus, os presos inactivos, isto é, aqueles que não trabalham, estão alojados, neste momento, na Ala D do Estabelecimento Prisional e verifica-se que estão 24 horas por dia fechados na cela, ou seja, não vão tomar banho, não vão despejar os baldes higiénicos, não podem contactar a família e por aí fora.

Ut. – Fala-se agora em introduzir o vidro separador nos palratórios.

A. P. – Nós pensamos, do ponto de vista civilizacional, isso é um retrocesso incrível. No momento em que na Europa do Norte se debatem e aplicam medidas flexíveis de penas, no sentido de anulação dos efeitos perversos que advém das medidas de prisão efectiva. Nós pensamos que Portugal tem tradições, nomeadamente, a abolição da escravatura e da pena de morte, e está agora a caminhar num percurso de retrocesso desses importantes valores civilizacionais. Isto acontece, por um lado, por causa da histeria securitária promovida pela direita e acolitada pelo Partido Socialista, apesar de ter uma roupagem democrática e de defesa dos direitos humanos. E também decorre da importação para os países periféricos, nomeadamente do sul da Europa, da importação do sistema penal americana. Gostava de salientar que do ponto de vista de criação de emprego e da economia, o segundo maior fornecedor de trabalho nos E.U.A. é o sistema prisional.

Ut. – Vocês falam de justiça restitutiva, o que é querem dizer com isso?

A. P. – A nossa máquina judicial e o conceito de justiça fundamentado na civilização judaico-cristã e na cultura jurídica romana manifesta-se falível. O nosso sistema judicial não só não acautela os interesses da vítima como não aposta no necessário caminho da dignificação do agressor e da sua integração social, portanto, pensamos que há que reformular o conceito de justiça e que o conceito de punição subjacente à prática judicial deve ser abolido. A justiça que temos está ao serviço dos ricos e dos poderosos, naturalmente, ao contrário do que dizem, a justiça funciona. Funciona para os negros, para os tóxico-dependentes, para os ciganos, para os trabalhadores. No fundo, funciona para as pessoas que pertencem à classe dominada e está, objectivamente, ao serviço da classe dominante. Aquilo que seria suposto as prisões resolverem, a História diz-nos que não resolveu, em absoluto, nada. Portanto, a falência das prisões é visível.

*Entrevista realizada por José Tavares.



**DA ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE À
ABOLIÇÃO DA PRISÃO**

*«Realizar este progresso é dar um grande passo na civilização.
Desde hoje, Portugal está à cabeça da Europa.*

Vós portugueses, não cessastes de ser navegadores intrépidos.

Vós

*ides à frente, outrora no Oceano, hoje na verdade. Proclamar
princípios é mais belo ainda do que descobrir outros mundos.*

Eu grito: glória a Portugal!»

Há cento e trinta e quatro anos, foi promulgada a lei que no seu artigo primeiro abolia a pena de morte (1 de Julho de 1867). A sua proclamação representou o triunfo das ideias liberais que na altura predominavam, mas influenciadas pelos novos conceitos do direito penal e pelas doutrinas positivista e socialista da época em matéria criminal.

Desde então as reformas sucederam-se, os penalistas puseram de parte o conceito de pena de segurança, ou repressiva, que era o meio de expiação dos crimes imposto aos criminosos, para o substituir pelo de pena de reforma, como simples meio de isolar o delinquente para o readaptar ao meio social.

Portugal, o primeiro país do mundo a abolir a pena de morte, onde, até à data, prevaleceu a “suavidade dos costumes”, assinou (a mão da classe política), em nome dos “direitos humanos”, a adesão ao Tribunal Penal Internacional que aplica a pena de morte e a prisão perpétua.

Argumentam que assim poderão julgar Pinochet, Milosevic, etc., mas, porque não julgam eles os cúmplices democratas desses senhores? Porque pensam eles que a pena de morte e a prisão perpétua é o correctivo eficaz para este tipo de criminoso?

Porém, existe ainda outro problema que necessita de ser encarado de frente e resolvido: as ilegalidades, injustiças, arbitrariedades e a corrupção existentes nas cadeias do Estado português; a desigualdade dos meios de defesa provinda das desigualdades sociais e que dá origem a diferentes penas para crimes idênticos ou menores; a prisão como escola de vícios e de imoralidades; a condenação eterna à exclusão e à marginalidade do condenado, depois deste ter cumprido pena e saído do encarceramento. Os resultados obtidos com a Prisão, onde, de fundamental, nada mudou, levam-nos a considerar muito mais importante o combate e a destruição das causas que levam os indivíduos ao crime do que tornar o *criminoso* pior do que ele era antes de ser encarcerado.

Embora haja sempre quem queira retroceder à pena de morte, aos tempos da forca, da guilhotina, do garrote, da deportação, da indeterminação da pena, etc. É urgente que surjam mulheres e homens capazes de se baterem pela abolição das casas onde se encarceram seres-humanos, tão cruéis, retrógradas e perigosas como sempre foram.

J.T.

Juan Gómez Casas

A vida de um anarquista



La Campana, semanário de informação e pensamento anarquista de Pontevedra, divulgou no passado dia 15 de Outubro de 2001, um *dossier* dedicado a Juan Gómez Casas (JGC), desaparecido no dia 28 de Agosto de 2001. Apesar da controvérsia que a sua obra suscitou, JGC permaneceu anarquista até ao fim dos seus dias. Como tal, considerámos importante publicar um resumo da biografia de um Homem que tanto contributo deu para a difusão e prática da anarquia.

JGC nasceu em 1921 em Bordéus, no seio de uma família de emigrantes que regressaram a Espanha em 1931, para se fixarem em Madrid. Uma vez em Madrid, o pai, pintor da construção, filiou-se na Confederação Nacional do Trabalho (CNT) enquanto a mãe ia trabalhar em casa de ricos.

Durante o biénio negro da República, quando as direitas se aliaram ao poder e adoptaram políticas fascizantes, o pai foi condenado a cinco meses de prisão por tentar uma acção de sindicalização nas empresas que à data construíam a cidade universitária.

O jovem JGC acompanhava o seu pai aos locais da CNT, assim como às reuniões que semanalmente tinham lugar no Ateneu Libertário do Poente em Toledo, onde se debatiam todos os temas sociais e filosóficos.

Ao estalar a guerra civil, e com apenas quinze anos, ingressou nas Juventudes Libertárias (JJLL) e no Sindicato de Ofícios Vários da CNT, secção das Indústrias Químicas. Em 1938, com 17 anos, foi nomeado, pelos seus companheiros, secretário das JJLL do bairro do Retiro.

Quando Madrid caiu nas mãos dos fascistas, JGC tentou, com outros seis jovens libertários, sair do país, mas foi detido e encarcerado em campos de concentração (Almendros e Albatera). Como era menor, foi libertado e enviado com muitos outros refugiados para Madrid.

Algumas semanas mais tarde, começou a trabalhar como pintor com o pai e pouco depois já integrava as organizações anarquistas clandestinas que tentavam reorganizar-se. Foi uma época terrível, época em que aos militantes antifranquistas se



deparava o paredão para fuzilamento ou eram condenados a largas penas de prisão à mínima suspeita das autoridades de estarem envolvidos em acções subversivas.

Em 1939, recém terminada a guerra civil, surge o primeiro Comité Nacional da CNT no *interior* que irá ter graves problemas com o Conselho do Movimento Libertário no *exílio* (que integrava representantes da CNT, FAI e JJ.LL).

As detenções e fuzilamentos de Pallarols (membro do Comité da CNT *interior*) e seus companheiros não travaram a reorganização desta, que designa um novo comité, o qual também será vítima de repressão.

Nos dez anos que vão de 1939 a 1949 caíram, sob o terror fascista, cerca de 19 Comités Nacionais da CNT *interior*, cujos membros, muitos deles, foram fuzilados e outros condenados a longas penas de prisão.

Importantes militantes da CNT que se encontravam em França criticavam o

Conselho do Movimento Libertário no *exílio* pela sua escassa ajuda aos anarquistas que tinham sido presos em Espanha e que sofriam uma repressão terrível. Muitos libertários espanhóis juntaram-se à Resistência Francesa contra os nazis, e não foram poucos os que acabaram em campos de concentração ou foram entregues pelos alemães a Franco para serem fuzilados.

Entretanto, que decidiu o jovem JGC? Ele mesmo conta que optou pelas teses maioritárias entre os militantes no *exílio* e, em consequência, abandonou os seus cargos na CNT e na JJ.LL, para se integrar num grupo da FAI. “*Situámo-nos (alguns jovens) contra o colaboracionismo político (...). Eu era na altura secretário do comité regional da JJ.LL do Centro e membro do comité regional da CNT. Houve um choque de posições e abandonei os cargos para constituir, com um grupo de jovens e outro grupo de elementos específicos, o Movimento Libertário FAI-FIJJL (Federação Anarquista Ibérica - Federação Ibérica de Juventudes Libertárias), cuja orientação era similar à que vinham mantendo os companheiros do exílio (...).*”

A actividade do novo grupo foi muito intensa, conduzindo a uma grande expansão dos núcleos anarquistas de Madrid. “*Montámos (...) os órgãos de comunicação nacionais do Movimento da FAI-FIJJL, isto é, Terra e Liberdade e Juventude Livre.*”

Em 1948, JGC foi preso pela polícia, depois de assistir a um Congresso do Movimento Libertário – CNT *exílio*, celebrado em Toulouse. A sua prisão significou, claro está, o desmantelamento da imprensa clandestina e da edição de *Terra e Liberdade e Juventude Livre*.

Quando estava preso há um ano na prisão de Ocaña (Toledo), um tribunal militar condenou-o a trinta anos de prisão. Os próximos 15 anos passá-los-á nas prisões de Ocaña, San Miguel dos Reis (Valência) e

Burgos. Em 1957 tenta fugir na companhia do também anarquista Juan Busquets e de um preso comum de nome Sebastián. O azar fez com que fossem apanhados na fuga. *“Apanharam-me quando estava a descer pela corda. Ali vi a morte muito perto de mim outra vez. Deram-me uma descomunal tarefa. Quando estava quase morto no solo os guarda civis armaram os fuzis para me matar. Quem me salvou foi um sargento que os conteve. Nunca vi tanta animosidade nem tanto ódio como naqueles olhos.”*

Estará preso até 1962, ano em que os franquistas assassinaram os jovens libertários Francisco Granados e Joaquim Delgado.

JGC que havia aprendido inglês, alemão e russo na prisão e que tinha escrito os *Cuentos Carcelarios*, dispôs-se a embrenhar-se de novo numa Espanha que começava a mudar a grande ritmo, apesar da sinistra resistência que oferecia o franquismo.

Um anos antes dele sair da prisão, a CNT exílio havia celebrado (26 de Agosto de 1961), em Limoges, um Congresso, que deveria pôr fim à cisão e promover a reorganização clandestina da CNT em Espanha.

Como resultado do Congresso de Limoges, constituiu-se, em Outubro de 1962, na Catalunha, a Aliança Sindical Operária (ASO), com a adesão da UGT, CNT e SOCC da Catalunha, que será referendada em Madrid com carácter nacional pouco depois. Esta ASO, logo activa e sindicalmente eficaz, pelo menos na Catalunha, representará o último esforço importante para incorporar a CNT nas novas lutas que se avizinhavam aos trabalhadores espanhóis.

As tensões entre CNT interior e o exílio não acabaram, tendo-se mesmo agravado, sobretudo desde o momento em que o sector do exílio que, por dominar os Comitês se pensava maioritário (nesta altura era impossível determinar a realidade militante nas Federações Locais do exílio), considerou

inoportuna a existência de um Comité nacional de Espanha, com a tese de que *“só havia núcleos à escala provincial como máximo e que estes se relacionavam entre si através do Secretariado Intercontinental (SI) do exílio”*.

Este tempo viveu-o JGC em Valência, para onde se havia mudado após sair da prisão. Permanecerá nesta cidade 4 anos antes de regressar definitivamente a Madrid. Este foi um período de retracção e observação, prévio à intensa actividade que desenvolverá a partir de 1966 até mais ou menos 1985.

Entre Abril e Junho de 1962 estalaram, na bacia mineira asturiana, uma série de greves de grande envergadura, apoiadas por mais de 70.000 trabalhadores, que se saldaram com *“duzentos feridos, vários deportados e muitos mineiros mobilizados e enviados para África”*. Foi nas Astúrias que, nesse ano, surgiram as primeiras experiências de comitês laborais (as inéditas comissões operárias). Bem depressa o conflito asturiano se estendeu ao País Basco, Catalunha e, em menor escala, Andaluzia, Madrid, Santander, etc.

Os conflitos de 1962 e também de 1963 demonstraram, uma vez mais, que a capacidade de os trabalhadores se organizarem não se tinha perdido, apesar da repressão durante décadas da ditadura às organizações operárias.

Ao chegar a Madrid em 1966, JGC relacionou-se com antigos militantes da CNT que, como ele, tinham sofrido muitas condenações e vivido as mais duras vicissitudes.

Recorda ele que: *“(...) Voltou a colocar-se o dilema organizativo: o dilema de assumir todas as consequências da reorganização da CNT ou assumir mais uma articulação descentralizada, e por sua vez multicéfala, que impedisse novos desmantelamentos traumáticos... Considerava-se que a tentativa de reorganização fora de tempo poderia originar o derrube definitivo do movimento e preferia-*

se a organização por grupos. De acordo com este ponto de vista, os companheiros e eu constituímos em Madrid o grupo Anselmo Lorenzo por volta de 1967”. Com nuances, esta era também a opinião defendida pela maioria dos militantes do exílio.

As lutas estudantis de 1967 e 1968 em Espanha, assim como a de Maio de 68 em França, impulsionaram novas atitudes e concepções sociais revolucionárias. Perante a surpresa de muitos, a revolta daqueles anos incorporou na sua prática subversiva, teses e métodos que haviam sido defendidos pelo movimento anarquista muitos anos atrás. Isto acontecia quando o Anarquismo tinha perdido na Europa e nas Américas influência no movimento operário e apenas representava uma pequena força testemunhal.

Em 1967 ou 1968, JGC entrou em relação com a editora ZYX, impulsionada por militantes da *Hermandad Obrera de Acción*

Católica, editora que publicará, em 1968, a sua obra fundamental e que viria a ter um papel importante na formação anarquista das novas gerações. Trata-se da *História do Anarcosindicalismo Espanhol*. Foi esta obra, mais que nenhuma outra, que revelou a alguns jovens, que assumiam a luta contra a ditadura, a importância de uma organização, a CNT espanhola, e de uma prática social, o anarcosindicalismo, que haviam levado a revolução mais longe do que se tinha alcançado em qualquer outro lugar. É neste notável eco que radica o significado histórico deste seu livro. Em anos sucessivos, JGC publicará outros livros, mas nenhum alcançará a repercussão atingida pela *História do Anarcosindicalismo Espanhol*.

No seguimento dos acontecimentos de Maio de 68 em França (e da intensa movimentação estudantil dessa Primavera em Espanha), o Grupo Anselmo Lorenzo elaborou um Manifesto Libertário – *Problemas presentes e futuros do sindicalismo revolucionário em Espanha*, que seria publicado no ano seguinte em Paris. Tratava-se de um texto mais estratégico que doutrinário, ainda que incorporasse uma visão peculiar da Nova Esquerda - representada, entre outros, por Marcuse e seus discípulos dos meios estudantis. Em Espanha, este Manifesto Libertário passou quase despercebido.

Por outro lado, uma minoria no exílio em França, descontente com o “imobilismo dogmático que dominava o SI e os comités da CNT no exílio, muitos deles de Federações Locais fictícias” decidiu agrupar-se em torno da revista *Frente Libertária*.

JGC e o Grupo Anselmo Lorenzo mantinham entretanto fortes ligações com a fracção do Secretariado Permanente. Em 1971 publicaram, em França, dois novos textos de orientação nitidamente sindicalista: *Espanha 1970: Porvir do sindicalismo*



revolucionário e *Questões do sindicalismo: a lei sindical e as eleições sindicais*, que surgem no momento em que o sindicalismo oficial espanhol punha em marcha a campanha para eleições sindicais e delegados de empresa. O decisivo naquelas eleições foi a postura adoptada pelos distintos grupos sindicais. JGC propunha a não participação, considerando que “*havia chegado o momento favorável para lutar contra o sindicalismo vertical*”. Pelo contrário, as Comissões Operárias (CC.OO), nesse momento já absolutamente controladas pelo Partido Comunista Espanhol (PCE), decidiram participar e aumentar a sua estratégia de infiltração no sindicalismo franquista, com vista a impor, após a queda da ditadura, uma Central Sindical única. Embora em Portugal o Partido Comunista Português (PCP) quase tenha conseguido isso, o mesmo não aconteceu em Espanha, pela oposição dos socialistas que não queriam prescindir da UGT na democracia que se avizinhava. Contudo, o êxito desta estratégia comunista fez-se notar na forte expansão das CC.OO, mas também na burocratização reformista de muitos dos seus dirigentes, que logo fizeram estragos no movimento sindical.

Entre 1970 e 1975, ano da morte do ditador Franco, JGC desenvolveu um profundo trabalho, participando em conferências e encontros onde se debatiam o sindicalismo e o anarquismo e redigindo inúmeros textos de história libertária e sindical. Ao contrário, a CNT permanecia parada, sendo a sua estrutura formal em todo o país mais uma atonia burocrática que uma realidade militante. A realização, em Abril de 1973, de uma Conferência da CNT com o objectivo de preparar um futuro congresso, terá como único e pobre resultado a efémera publicação de dois boletins de discussão interna e a revista *Acção Anarco-sindicalista*.

Para JGC, nesta altura, “*o nosso desígnio era contribuir para a criação de um clima que tornasse possível um reagrupamento multiforme e omnipresente em todos os sectores, com base em grupos responsáveis por levar as ideias força e a visão anarcosindicalista aos mais díspares lugares, sem oferecer um corpo único acéfalo, mas susceptível de recobrar de imediato as formas organizativas normais, numa situação de garantias e normalidade*” que não tardaram em chegar.

As cordiais relações que o Grupo Anselmo Lorenzo manteve a todo o momento com a CNT oficial do exílio e, sobretudo, a intervenção de JGC no suplemento dedicado ao Movimento Libertário Espanhol por *Cadernos de Ruedo Ibérico* (1974), daria a muitos a ideia de que ele era partidário convicto e orgânico da parelha Montseny-Esgleas, mesmo que a sua personalidade mais aberta, o seu carácter cordial e o trato franco dissimulassem a sua participação no censurável bloco. Nesse texto, JGC sai em defesa da FAI, afirmando que “*o ataque à FAI como entidade supostamente manipuladora da CNT, no fundo não era senão o ataque consciente à acção da CNT, ao seu anarquismo e anti-governamentalismo*”.

Em 1975 o regime franquista estava em plena decomposição. Foi em Abril desse mesmo ano que várias pessoas decidiram editar a revista *Sindicalismo* como órgão de expressão próprio e fórum aberto a tendências distintas, que tinham em comum a sua oposição ao sindicalismo vertical e à ditadura franquista. Entre os seus objectivos estratégicos mais importantes, salientava-se o combater a unicidade sindical (a central sindical única de filiação obrigatória) que o PCP havia conseguido pôr em prática em Portugal e que, em Espanha, o PCE e as CC.OO também tentavam. Entre os promotores de *Sindicalismo* encontravam-se JGC e muitos outros.

À data da morte do ditador, em Novembro

de 1975, existiam já grupos anarco-sindicalistas organizados e núcleos militantes anarquistas de todo o tipo dispersos pela Península. Foi o momento de relançamento da CNT, à margem da inanimada CNT oficial.

A primeira reorganização da CNT dá-se em 1975, nas Astúrias. Seguiu-se Madrid, em Dezembro desse ano, onde se realizou uma assembleia com mais de 200 participantes. Em Fevereiro de 1976, realizou-se uma assembleia num bairro de Barcelona a que foram mais de 600 pessoas e na qual chegaram a um acordo muitos grupos, para além das três CNT que afirmavam existir nesse momento, com os seus respectivos comités na Catalunha (respectivamente os ligados à *Frente Libertária*, o Secretariado Intercontinental e a CNT-Interior). Em todas as assembleias acordou-se o relançamento imediato da CNT, tanto a nível local como nacional.

JGC que esteve presente nas assembleias de Madrid e Barcelona, constituiu em Janeiro de 1976, juntamente com outros companheiros, o sindicato de Artes Gráficas de Madrid. Como na capital surgissem novos sindicatos, cria-se uma Federação Local e um Comité Regional do Centro, que assume momentaneamente funções de coordenação nacional.

Era um facto que cada semana se uniam mais grupos e mais militantes à CNT assim reconstruída.

Em Julho de 1976, procedeu-se à nomeação em Madrid do Comité da Região Centro, resultando eleito JGC como Secretário Geral e, entre outros, José Bondía e Nicolas Chozas, como membros do Secretariado Permanente.

Também em Julho se celebra o Primeiro Pleno de Regionais da CNT reconstruída, alcançando-se um certo consenso no ponto

“*Relações com o exílio*”, sobre a base da incorporação gradual do exílio no interior. Encarrega-se a Federação Local de Madrid da nomeação das Secretarias do Comité Nacional, incluindo a Secretaria Geral. Para este último cargo será eleito JGC, que se tornava assim o primeiro Secretário Geral da CNT reconstruída. Outros membros do *Grupo Anselmo Lorenzo*, como José Bondía, Angel Regalado, José Elizalde e Pedro Barrio também foram eleitos para outras tantas secretarias do Secretariado permanente. Este Comité Nacional estará em vigor desde Setembro de 1976 até Abril de 1978, quando se muda para Barcelona.

Mas a situação na CNT estava longe de ser satisfatória. Na visão de JGC, pululavam pela CNT numerosos grupos de várias tendências, que acabariam por bloquear a vida orgânica confederal e seriam determinantes na ruptura da CNT que se dará quase 4 anos mais tarde, por ocasião do seu V Congresso.

Contra o parecer de muitos outros militantes da CNT, também nesta ocasião considerará JGC a actuação do *exílio* como *faista e esgleista*, um factor fundamental dessa impotência e imobilismo. “*O exílio – escreverá – jamais influenciou directamente nas decisões orgânicas, primeiro porque nós não o permitimos, segundo porque eles não o tentaram... Não obstante, é um facto que ambos os grupos tinham os seus próprios partidários no interior e estes não deixaram de trazer para Espanha o contencioso que os separava em França, pelo que contribuíram para poluir a atmosfera da própria organização e trazer problemas suplementares, sem os quais se teria respirado melhor.*”

Apesar de tudo, em começos de 1977, o crescimento da CNT parecia imparável, assim como a intervenção da organização em numerosos conflitos laborais. A realização de um encontro a 27 de Março, na praça de

touros de San Sebastián dos Reis, onde se reuniram mais de 30.000 pessoas, teve uma enorme repercussão, francamente positiva. Muitas pessoas chegaram a pensar que a CNT retomava o protagonismo perdido. A participação da CNT em conflitos e greves continuou a bom ritmo, o que favoreceu a ampliação da militância, com activistas sindicais cada vez melhor formados.

A 7 de Maio de 1977, seguindo os acordos da organização, JGC apresentou os estatutos da CNT para a sua legalização. O encontro da praça de touros de Valência no mês de Maio, no qual ele foi orador, superou as 40.000 pessoas. Em Jáen assistiram mais de 4.000. O encontro do parque Montjuich, em Barcelona, em Julho, concentrou mais de 100.000 pessoas.

Em muitos casos, o exibicionismo motivou uma fraseologia revolucionária trivial, fora de contexto e com argumentos frívolos. O anarquismo enfrentava a caricatura que o poder impunha e em alguns casos rechaçou-a com a contundência necessária que lhe era própria.

Embora não por estas razões, mas talvez pelas tensões que seguramente não deixavam de lhe chegar, JGC apresentou a sua demissão de Secretário Geral. A demissão era normativa, mas também irrevogável, devendo a CNT decidir este assunto no Pleno Nacional das Regionais, previsto para 3 e 4 de Setembro desse mesmo ano de 1977.

O Pleno aceitou a sua demissão, encarregando a FL de Madrid da eleição do novo secretariado, o que foi feito no meio de muitas desavenças e tricas. Diferentes grupos e muitos militantes abandonaram a CNT,

proclamando as mais graves denúncias de burocracia e politiquice.

Embora a CNT tenha reagido energicamente contra todas estas acusações e violências oficiais, a estratégia do poder obteve os seus frutos, debilitando o sindicato ante a opinião pública. JGC ficou em funções até ao Pleno Nacional de Regionais, que teve lugar em Abril de 1978, onde se acordou nomear como Secretário Geral da CNT Enrique Marcos. Este acordo terá importantes repercussões na organização, culminando, do pior modo, ano e meio mais tarde, no conflitual V Congresso da CNT.

JGC manterá a sua actividade militante no sindicato de Artes Gráficas da FL de Madrid.

Nos anos seguintes e até à celebração do chamado Congresso de Unificação de 1984, JGC militará na CNT-AIT. Segundo as suas próprias observações, confiou plenamente que os acordos obtidos no V Congresso significariam um impulso para a actividade sindical da CNT e ampliariam a sua presença no mundo do trabalho. Manteve esta convicção, pese embora tudo indicasse que a CNT-AIT perdia força e não conseguia superar a crise vivida.

Biografia adaptada do texto editado por
La Campana, 15 Outubro 2001.

Tradução de Guadalupe Subtil



Duas vidas que se foram

Maria Magos Jorge

“Falta à sociedade moderna recuperar o sentido participativo da *polis* ateniense”, escreveu a São num dos seus últimos textos, em que continuava o combate contra a degradação dos conceitos de cidadania, de democracia, mesmo de política, que considerava ser uma das piores características dos nossos tempos. Foi este, afinal, o seu combate de sempre, pela igualdade de privilégios e de direitos entre todos os seres humanos, pela abertura de cada um, a si mesmo e aos outros, por uma vida mais equilibrada, mais harmónica, mais solidária.

Recordamos aqui algumas etapas da luta desta mulher suave, que procurava continuamente formas de intervenção e de participação activa, de ganhar caminho para essa sociedade longínqua mas desejada de seres iguais e livres: directora d’ *A Batalha* entre 1992 e 1996, foi uma das organizadoras, e principais activistas, da Conferência Internacional sobre Municipalismo Libertário, realizada em Lisboa em Agosto de 1998, também foi apoiante da candidatura do Bloco de Esquerda às eleições para o parlamento europeu. Movia-a uma urgência que se percebeu mais tarde, mas que já expressava no mesmo escrito citado: “... tentemos (...) encontrar a saída do labirinto. E façamo-lo com carácter de urgência, antes que o minotauro — que sempre existe dentro e fora de nós — nos tope e nos devore, como a tantos devorou já.”

O minotauro que existia dentro da São apanhou-a no passado dia 17 de Março de

2001, aos 47 anos, quando ela entendeu deixar uma vida intensa, de exaltações e tempos parados, de busca e de tentativa. As suas últimas participações políticas activas envolveram-na em situações polémicas, de aproximação a propostas teóricas e de acção sobre as quais os libertários manifestam dúvidas e oposições. Mas, afinal, a São foi, na sua dimensão individual, parte integrante de discussões cada vez mais presentes, e prementes, sobre a natureza do Estado contemporâneo, e portanto sobre o combate anarquista anti-estatista, ou sobre a adopção de estratégias reformistas e possibilistas de intervenção política.

Deixou-nos também esse testemunho incómodo, ao mesmo tempo que a sua lembrança.

Moisés da Silva Ramos

Os atrasos e dificuldades na saída do último número da *Utopia* não permitiram, lamentavelmente, que registássemos nas nossas páginas a morte do Moisés, ocorrida já em finais de 2000, um “sonhador com os pés na terra”, como lhe chamou o João Freire no nº 17 do *Singularidades*. Nesse texto, ou no que *A Batalha*, a sua querida *Batalha*, publicou sobre a sua vida encontrarão os interessados os principais factos sobre o Moisés, e testemunhos apaixonados de quem com ele percorreu parte da existência.

Aqui, além do registo da sua morte e da nossa homenagem à sua vida, pouco mais cabe acrescentar. Todos o conhecíamos, provavelmente todos nos cruzámos com ele num ou noutro episódio das nossas

actividades libertárias, ou com ele esboçamos trocas de opiniões, polémicas, discussões, tal a intensidade da sua presença, a sua capacidade de acção, a sua devoção militante, o seu gosto por aprender e ensinar, com todos e a todos.

Homem da geração que fez a ponte entre os primeiros tempos das organizações anarco-sindicalistas e das Juventudes Libertárias, de que foi militante na clandestinidade ainda nos anos 30, e os esforços de reorganização e de vivência libertária no pós 25 de Abril, atravessou épocas, ideias e experiências que foram marcando a experiência social e a intervenção cívica desses períodos da história recente, desde a militância revolucionária implicada na guerra civil espanhola e no combate à ditadura do Estado Novo, à acção sindical, às teses e experiências cooperativistas e aos esforços de organização do movimento libertário. Na sua figura e na sua acção reflectiam-se esses tempos e essas vivências, que se temperavam num convívio agradável, que se agudizavam na defesa prática das

estratégias que considerava mais adequadas ao fortalecimento do movimento libertário, que se espelhavam numa certa pose de herdeiro de tradições e de testemunho vivo de práticas emblemáticas da história das ideias anarquistas em Portugal.

Também do Moisés nos fica a lembrança, o exemplo e a obra.

Carlos Nuno



ASSINATURAS

Necessitamos de aumentar o número de assinantes. Com um número significativo de assinaturas é possível manter uma actividade editorial regular e simultaneamente encurtar o horizonte temporal da sua periodicidade. Assim sendo, todo o leitor que se queira tornar cúmplice deste projecto, como assinante desta revista Utopia, deve preencher o cupão abaixo (ou escrever uma carta com os dados mencionados) e enviá-los para a nossa morada.

Nome _____

Morada _____

Assinatura anual (2 números) Portugal 9,00 Euros

Estrangeiro 13,00 Euros

Pagamento através de dinheiro, cheque ou vale postal à ordem de **Associação Cultural a Vida**

Apartado 2537

1113 Lisboa Codex - Portugal

Crise Luxuosa

Editora & livraria

A Livraria *Crise Luxuosa* encerrou as portas na Rua do Almada 47/49, uma rua do bairro da Bica (frequentada, sobretudo, por moradores), paralela à rua onde circula o elevador do mesmo nome. A livraria esteve aberta desde Dezembro de 1998.

Dedicou-se, em particular, à divulgação de obras menos divulgadas nos escaparates das livrarias geograficamente melhor situadas, especializando-se na cultura, literatura, arte, alimentação, documentação e pensamento anti-autoritário. Além disso, aproveitando o espaço para a circulação de ideias, apresentação de performances, lançamento de livros, exposição de pintura, de *fanzines*, de artesanato, de desenhos, sessões de poesia, música e vídeo. Local de encontros, de reflexão, a livraria foi também um meio de descontaminação do ambiente circundante, onde se trocaram experiências e se buscaram solidariedades.

Mas se a livraria fechou na Rua do Almada, fornecemos os nossos leitores com um serviço de venda por correio e *E-mail*. E, no início de 2002, com um local na Internet, o navegador pode, para além da livraria, visitar a nossa galeria de arte virtual, a publicação *Coice de Mula*, comentários, e, claro, a editora *Crise Luxuosa*.

A nossa actividade editorial que se caracteriza por uma enorme vontade de viver, não encerrou e vai prosseguir. Recordamos que começámos (em 1984, ano em que abriu a livraria-Bar A Crise, situada na Rua Fernandes Tomás, perto do Arco de

Almedina, em Coimbra) com a revista *Maldição*, «uma publicação destinada à higiene mental».

Continuaremos a editar aquelas obras que julgamos possuírem qualidade literária, reflexiva, crítica e lúdica e que pensamos irem ao encontro dos interesses e necessidades de muitos leitores; a melhorar e, sobretudo, a contribuir para a evolução de todos e de cada um.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a todos aqueles que ao longo destes anos nos têm apoiado com gestos solidários e a presença regular. Continuamos a contar convosco neste projecto renovado. Para aqueles que pela primeira vez tomam conhecimento desta editora-livraria, esperamos que corresponda aos vossos interesses e inquietações. Entre em contacto conosco para receber, com regularidade e gratuitamente, a nossa informação editorial & livreira, assim como o nosso catálogo.

Crise Luxuosa

Apartado 21477

1134 Lisboa codex

criseluxuosa@hotmail.com

Livros & leituras

Uma conjura de saltimbancos.

*“Não fazer nada
é uma actividade interior.”
A.Cossery*

Nesta época eufórica de edição de livros, com vista à sua compra para ofertas e sem quaisquer objectivos de promoção da leitura, reparei que, de Albert Cossery, foram editados mais dois livros, o que muito me apraz uma vez que sempre que compro um livro deste autor, dificilmente o ofereço porque o que gosto mesmo é de devorá-lo. E quando são autores com imaginação, mais ainda sou impelida a lê-los e a oferecer (agora e ao longo do ano) a todos os que sei gostarem de ler.

Mas vamos ao livro de Albert Cossery *“Uma conjura de saltimbancos”*. Foi, para mim, uma delícia lê-lo, muito mais saboroso que um iogurte publicitado na TV, ou do que o tempo perdido nas novas “catedrais de consumo” (centros comerciais). O tempo a lê-lo, esse, escoou-se tão rapidamente que dei por mim a ficar insatisfeita de o ter terminado.

A ideia do livro é simples: porquê perdermos tempo à procura, noutras paragens (estrangeiras), de tantas coisas que estão tão perto de nós, como o lazer/prazer? Como se escreve na contra-capa do livro: *“Todos os países tinham o seu contingente de imbecis, de sacanas e de putas. Era preciso ser um débil mental para acreditar que se passavam coisas importantes noutros lados. A única diversidade era a da linguagem e a única novidade era que os mesmos imbecis,*

sacanas e putas se exprimiam numa língua diferente. Medaht (um dos personagens do livro) recusava-se a absolver a aberração dos que aprendiam toda a espécie de idiomas estrangeiros a fim de penetrar o sentido das mesmas palermices que podiam ouvir na sua terra, sem precisar de se deslocar e gratuitamente. Pela sua parte, nunca se sentira tentado a percorrer o planeta à procura das sensações ditas transcendentais por se situarem em hemisférios distantes. De que servia mudar de continente, aspirar a outros climas, se não se conseguia ver, em primeiro lugar, o que se passava à nossa volta?”



Parece-me existir aqui um ponto de vista de alguém perspicaz e observador de tudo o que o rodeia. Albert Cossery tinha mesmo por costume sair do seu quarto de hotel em Paris apenas depois das agências de emprego terem encerrado. Era pela indolência, lazer, prazer e não pela escravidão do trabalho.

Em síntese, este novo livro de A. Cossery tem como personagens um polícia com a obsessão das conjuras revolucionárias, um informador revoltado, um jovem que vai estudar para o estrangeiro e regressa com um diploma falso (para justificar ao pai as despesas que teve com ele), um actor (na sua vida real) míope, uma saltimbanca ciclista, um rico senhorio canalha, um estudante de veterinária que vem receber uma herança, se perde de amores e acaba assassinado, notabilidades que desaparecem sem deixar rasto, jovens que conspiram, sim, para se divertirem, para não se deixarem esticar pela roda infatigável do hábito e da rotina – tudo isto no quadro de uma cidade de província, onde aparentemente não se passa nada, mas no fundo fervilham os mistérios e as maravilhas.

Como nos diz a editora (Antígona) ou o seu tradutor Ernesto Sampaio, temos neste livro “*Albert Cossery no seu melhor. Usando a imbecilidade dos grandes e poderosos da terra como fonte inesgotável de inspiração, Cossery conjuga a sua capacidade de denúncia radical com uma extraordinária ternura pelos pobres, os miseráveis, os excluídos, criando personagens inesquecíveis, crepitantes de graça, imaginativos, sempre prontos a irromper num riso revolucionário, um riso de alguém que descobriu a face ignóbil e grotesca dos poderosos deste mundo*”. Como disse Henry Miller deste autor, para além de pôr em cena a “*imensa multidão soterrada*” do seu país natal, soube ainda exercer, neste tempo de gente atarefada sem tempo para nada, uma magistral pedagogia da preguiça, da boémia

impenitente e do prazer.

Também eu penso que, por tudo isto, *Uma conjura de saltimbancos* é um livro a ler e a reter, pelo incentivo ao não conformismo, pelo estímulo à imaginação a ter no quotidiano para melhor o enfrentarmos e subvertermos, pelo alerta constante que temos de saber ter presente sempre que algo ou alguém nos pretende alienar. É um hino à inteligência, à nossa capacidade de lutar contra o estabelecido, contra os pré-concebidos de que o que existe *lá fora* é que é bom e o que nos rodeia não presta. Há que saber ler e observar a realidade em que vivemos, pois só tendo essa capacidade de observação somos capazes de intervir no sentido de alterarmos o que não nos agrada. Consciência crítica positiva precisa-se, e este livro é um bom exemplo do que este conceito pode conter. O que se retira de *Uma conjura de saltimbancos* é que todas as formas de denunciarmos a exploração do homem pelo homem são válidas e legítimas e que há melhor do que apenas trabalhar. Gostei e espero que gostem também!

COSSERY, Albert (2001), ***Uma conjura de saltimbancos***, Edições Antígona, 1ª Edição, Outubro de 2001, pags. 252.

Guadalupe Subtil



Uma crítica do trabalho segundo a perspectiva marxista.

De há uns anos a esta parte que se multiplicaram as pesquisas com objectivo de análise aprofundada sobre o que é o trabalho e o que ele se tornou. Mas o trabalho continua a aparecer como uma evidência, parecendo ainda normal caracterizar o homem pelo seu trabalho. Ir trabalhar é para quase todos uma fatalidade quotidiana. E, no entanto, o trabalho merece bem uma definição geral que vá para além da sua evidência imediata. Os seus limites e prejuízos actuais exigem que se procure uma forma de o superar.

O ensaio de Bruno Astarian é único porque tenta dar uma definição de trabalho no que ele tem de essencial, de conceber a partir daí a possibilidade da sua abolição e perspectivar

o que poderia ser a actividade dos homens que dele seriam libertados. *O trabalho e a sua superação* coloca em evidência a natureza historicamente determinada, e logo historicamente ultrapassável, do trabalho. Evidencia o modo de produção capitalista, principalmente no seu fenómeno de crise, como a fase da história que produz as condições de uma libertação que não pode realizar-se senão na mudança completa da relação social.

Por tudo isto, Bruno Astarian aborda neste ensaio questões muito pertinentes actualmente, como a da forma de superar a noção de trabalho tal qual foi concebida. A de conceber quem são os portadores da mudança (o capital ou ainda e sempre quem trabalha).

Desenvolvendo o seu ensaio tema em três partes, Bruno Astarian aborda sucessivamente:

1-Na primeira parte, o trabalho e as classes;

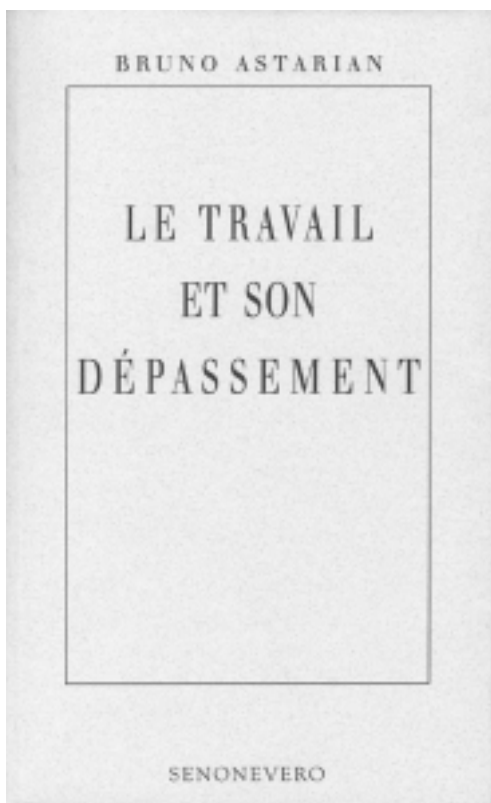
2-Na segunda parte, a história do desenvolvimento das classes e do valor e o modo de produção capitalista;

3-E na terceira parte propõe-se analisar crise e comunismo.

Como o autor adverte na abertura do seu ensaio, ***“o texto comporta em particular uma tentativa da definição de trabalho que, procura ir para além da “actividade geral” dos Manuscritos de 44”***. Ele permite conceber o que poderia ser a actividade dos homens num comunismo que não seja a planificação do programa proletário.

Encontra-se também e sobretudo neste livro, uma reflexão sobre a actividade específica do proletariado na crise capitalista. É talvez este o tema mais fecundo. É, com efeito, em tempo de crise, logo quando se bloqueia a troca da força de trabalho contra o capital, que se encontram os elementos que tornam possível e necessária a passagem ao comunismo.

A crise é o nó onde se articulam a crítica



do movimento capitalista e a projecção da revolução que o próprio proletariado traz em si. A crise é o suporte da teoria comunista em geral. Se há um suporte, o mérito do presente livro é o de sublinhar fortemente este ponto, para dar um quadro de referência aos desenvolvimentos posteriores que serão seguramente necessários.

Todas estes aspectos são debatidos depois de o autor ter sentido necessidade, ao mesmo tempo que descobria Marx e os marxistas, de ir para além das soluções políticas que estes propunham e definir o que torna possível e necessária a dupla supressão de classes. Em simultâneo, procurou dizer na medida do possível, o que era este comunismo que já não consiste na afirmação do trabalho. A partir do momento em que a sociedade, liberta da propriedade e da exploração, não se organiza mais em torno do princípio dos trabalhadores associados, a partir de então não se pode definir o comunismo como planificação ou como um sistema piramidal de concelhos. Que se pode dizer então? O que transportará a contradição entre classes se não é o triunfo de uma sobre a outra?

Diz-nos o autor que a resposta consiste em procurar no próprio trabalho a chave desta problemática. A resultante destas pesquisas efectuadas encontram-se patenteadas no presente ensaio.

Em síntese, este ensaio debruça-se, sobretudo, sobre o tema anti-trabalho. Sendo uma abordagem rigorosa não desmotiva o interesse por uma leitura atenta e, quem sabe, consegue motivar-nos para a perspectiva de novas abordagens sobre as mudanças em curso no que se refere ao trabalho e mesmo à *não essencialidade* do mesmo. Não é já o trabalho que é fundamental, mas antes a sua superação. Como encará-la e pensá-la é o tema principal deste livro.

ASTARIAN, Bruno (2001), **Le Travail et son Dépassement**, Editions Senonevero, 1ª Edição, Maio de 2001, pags. 226

Guadalupe Subtil



Os pressupostos da crítica marxista pós-moderna

O livro de Roland Simon – “Le démocratisme radical”- , recentemente editado pelas Edições Senonevero, é, sem dúvida, um esforço teórico de renovação do marxismo radical que importa sobremaneira sublinhar. De facto, perante as sucessivas descaracterizações e inovações ideológicas do pensamento de Marx, é interessante encontrar um autor que tenta desenvolver a partir do legado da teoria de Marx uma crítica radical das contradições do modo de produção capitalista e das suas formas de exploração pós-modernas.

As concepções marxistas ortodoxas da lei do valor trabalho como produtora exclusiva de mais-valia, assim como as leis de acumulação capitalista e da sua consequência histórica inexorável traduzida na lei da queda tendencial da taxa de lucro e as contradições das relações sociais de produção capitalistas polarizadas na acção e função do capital e do proletariado, são, em última instância para o referido autor, as únicas bases analíticas pertinentes e radicais para se compreender a actual realidade da crise do capitalismo, do Estado, da luta de classes e, inclusive, do próprio proletariado.

Todavia, para poder realizar a crítica da crítica das derivações marxistas pós-moderna, Roland Simon absolutiza as suas análises e consegue elaborar uma “salada russa” metendo num mesmo saco, maoístas, trotskistas, leninistas, estalinistas, castristas, guevaristas, anarco-sindicalistas e comunistas libertários. Esta

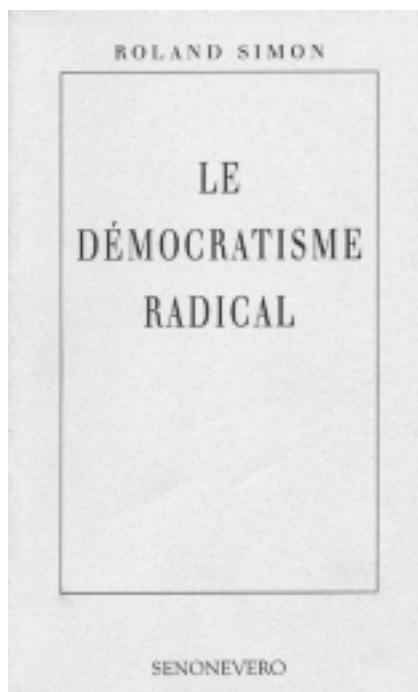
confusão ideológica e teórica parte de dois pressupostos, em certo sentido, inquestionáveis: por um lado, pode-se fazer sempre uma leitura específica da obra de Marx e actualizá-la à luz do pensamento e da ideologia que cada indivíduo pretenda defender, por outro, os equívocos gerados pela globalização têm permitido uma multiplicidade de análises, críticas e acções colectivas em que coexistem ideologias contrastantes.

Este tipo de análise e de ideologia é contraditória e, no mínimo, não corresponde à verdade empírica que nos é demonstrada pela evolução das sociedades contemporâneas. O método que o autor desenvolve mecanicamente ao autonomizar a obra de Marx do marxismo e de todas as suas derivações pós-modernas, como se fosse possível realizar rupturas epistemológicas, ideológicas e societárias de tipo absoluto, é tentar algo que não é teórica e humanamente possível. Em vez de partir do modelo de análise de Marx e tentar compreender se é ainda possível elaborar uma

leitura radical do capitalismo, o autor transforma a realidade deste último num modelo ideológico adaptado aos imperativos da sua pureza marxista e revolucionária. Para esse desígnio serve-se de um inimigo indefensável: o *democratismo radical*.

Neste domínio, as críticas do autor assentam na multiplicidade das formas de organização assentes na *democracia directa* que se reportam à luta contra o actual estágio de evolução do capitalismo de do Estado. Os objectivos e as reivindicações que são visíveis na luta contra a globalização são baseados num *programatismo* contraditório e inconsequente porque se limitam a reformar a condição-função do proletariado no contexto das relações sociais de produção capitalistas. Segundo ao autor, o *programatismo* que alimenta o democratismo radical, na qual se integram alguns partidos e sindicatos de esquerda, grupos esquerdistas, grupos autónomos marxistas, anarco-sindicalistas e libertários, estrutura-se com base numa luta por uma revolução polarizada à volta do mito de uma comunidade operária inexistente. A revolução não seria mais do que o epílogo da afirmação histórica do proletariado, consubstanciado previamente na ditadura do proletariado, nos conselhos operários, num período de transição, num Estado degenerado e na autogestão generalizada, para culminar numa sociedade de produtores associados.

Portanto, para Roland Simon, a crítica do trabalho, do assalariado, do Estado e do capital incrustado nas reivindicações e acções colectivas acima referidas continuam a inscrever-se num ciclo da luta de classes onde persiste o proletariado e as relações sociais de produção que fundamentam a exploração. Assim, diferentemente dos ciclos de luta de classes anteriores, a reprodução da classe operária actual não comporta



nenhuma identidade proletária oposta ao capital. A acção do proletariado, na opinião do autor, enquanto classe é o seu próprio limite. A contradição que gera a luta de classes situa-se ao nível da reprodução da relação entre o capital e o proletariado, e isso para o proletariado no contexto da sua contradição com o capital, implica inexoravelmente a sua extinção. O sentido e as consequências práticas do *democratismo radical* revelar-se-ão contra-revolucionárias e estéreis. Não obstante serem apoiadas por movimentos sociais baseadas na crítica ao trabalho assalariado e ao Estado e reivindicarem uma cidadania plena para todos os cidadãos, para o autor, continuam a revelar-se como sustentáculos da reprodução da sociedade actual.

O “purismo da teoria e da acção” do autor face à crítica radical que é feita ao *democratismo radical* é determinado pela seguinte afirmação: “Quer seja na coordenação dos ferroviários em 1986, quer nas greves de Dezembro de 1995, na luta dos “sem-papéis” ou dos desempregados, na medida em que nos situamos ao nível da identidade da sua dinâmica e do seu limite, não somos exteriores a essa luta, nós somos a sua existência, o seu ponto limite, razão pela a qual a participação e a crítica são idênticas” (pág. 255).

SIMON, Roland (2001), *Le démocratisme radical*, Paris, Senonevero.

J.M. Carvalho Ferreira



O Estado e as culturas nacionais face às minorias étnicas

Não obstante a sua crescente integração no quadro normativo do território e da administração próprios a qualquer Estado-Nação, a postura secular da sociedade portuguesa em relação à etnia cigana tem primado pelo ostracismo e o racismo. Mescla de uma população cada vez mais sedentária e cada vez mais integrada nos interstícios da exclusão e da marginalidade social, a etnia cigana funciona também cada vez mais como “bode expiatório” das misérias e desgraças em que a civilização capitalista está profundamente mergulhada. Em Portugal, o racismo popular contra a etnia cigana revela-se, por tais motivos, um paliativo quotidiano de gente frustrada e ignorante. Ao demonstrarem-se impotentes para compreender a sua própria miséria, revoltam-se contra o elo social mais fraco e o menos institucionalizado nos mecanismos da autoridade formal do Estado.

Neste domínio, o livro de Claire Auzias - *Os ciganos ou o destino selvagem dos Roms do Leste* - é uma prestimosa colaboração de denúncia do escravismo, da xenofobia, do racismo e da dominação que a etnia cigana, e mais concretamente os Roms, tem sido objecto ao longo de séculos na Europa ocidental e na Europa oriental. Para a autora, os ciganos *Roms*, embora sendo uma etnia com cultura, valores e língua específica, nunca se identificaram com qualquer Estado-Nação ou com qualquer território, com fronteiras e uma administração baseadas na lógica normativa do Estado e do mercado. Por isso, os ciganos na condição de nómadas ou de sedentários, adoptam sempre a língua, os costumes, a cultura e os modos de vida dos Estados-Nação que os têm acolhido como cidadãos indesejáveis de segunda classe, e no melhor dos casos, em alguns países da

UE, como minorias étnicas toleradas pela legislação em vigor.

Neste livro e nos vários estudos já realizados por Claire Auzias – *La Compagnie des Roms, récits de voyage parmi les livres, les bidonvilles et les êtres humains* (1994), *Les Poètes de Grand chemin, voyage avec les Roms des Balkans* (1998) e *Samudaripen, le génocide des Tsiganes* (1999) – persiste sempre um denominador comum: uma crítica radical e lúcida das múltiplas dimensões económicas, culturais, políticas e sociais que têm servido como sustentáculo do escravagismo e da dominação suportada historicamente pela etnia cigana. No contexto das sociedades medievais ou capitalistas, esta situação tem perdurado na vida quotidiana da etnia cigana, inclusive agravou-se nos antigos países comunistas do Leste europeu: URSS, Roménia, Bulgária, Hungria, Checoslováquia, Jugoslávia, RDA e Polónia. Depois da queda do muro de Berlim em 1989 e da guerra dos Balcãs no final da década de 90 do século XX o panorama agravou-se, na medida em que a criação de novos Estados-Nação decorrentes desses conflitos polarizaram-se à volta de culturas nacionais contrastantes, destruindo qualquer veleidade de autonomia ou de emancipação da minoria étnica cigana.

Para Claire Auzias, actualmente, com o agravar da crise de desemprego, de exclusão social, de miséria e pobreza, e a emergência histórica dos integrismos religiosos, dos nacionalismos atávicos e das guerras provocadas pelos diferentes Estados, não admira que para as culturas e economias dominantes, a etnia cigana na UE e nos antigos países comunistas da Europa do Leste seja novamente transformada em carne para canhão de desígnios que lhe são estranhos e sirva de mão-de-obra barata a explorar em condições infra-humanas.

Sem querer elaborar uma análise maniqueísta na qual não existe qualquer tipo de relatividade

entre o bem e o mal, não se pode afirmar que não existem muitas contradições e antagonismos no seio da etnia cigana. Pelo contrário, a sua identidade e sobrevivência tem sido perpassada por relações de opressão e exploração na seio das famílias e comunidades ciganas, nomeadamente nas relações subsistentes entre pais e filhos e homem e mulher.

O livro contém, ainda, um excelente prefácio da autoria de Marcel Courtiade, Secretário da União Romani Internacional – Região Europa, no qual são analisados os aspectos mais relevantes da trajectória histórica dos Roms na Europa. É uma tragédia que se reporta a “transformações radicais, quando não brutais, ou mesmo sangrentas, é claro que a história pesou fortemente sobre as reacções de autodefesa passadas e presentes dos homens-Roms, nem anjos, nem bestas, e



menos ainda demónios, mas sim bodes expiatórios de todas as crises” (págs. 32-33).

Sublinhe-se também o excelente trabalho de investigação realizado por Françoise Kempf. Na verdade, o confronto exaustivo sobre a legislação produzida pelas diferentes constituições europeias que se reportam aos direitos fundamentais da etnia cigana dos *Roms* é francamente elucidativa do estado de arte actual da pretensa cidadania que se pretende generalizar junto da minoria *Rom*, do ponto de vista da sua identidade étnica, cultural, política e religiosa.

AUZIAS, Claire (2001), ***Os ciganos ou o destino selvagem dos Roms do Leste***, Lisboa, Antígona.

J.M. Carvalho Ferreira



Dois livros de duas editoras libertárias

No contexto editorial de língua portuguesa cada vez mais pobre e mercantilizado, apesar do crescimento do volume de produtos impressos, ou até por isso mesmo, escasseiam os autores críticos e os textos com alguma reflexão sobre o andamento do mundo. Por essa razão não é de admirar que raros são os livros libertários publicados nos últimos anos.

Nesse panorama pouco risonho duas editoras sobrevivem, apesar de tudo, em Portugal e no Brasil: A *Sotavento*, que segue preguiçosamente seu labor inconformista e, do outro lado do Atlântico, a *Imaginário* mantém há vários anos uma febril actividade editorial o que a torna, de forma indiscutível, a principal editora libertária de língua portuguesa. Foi na sua cuidada colecção de bolso, já com 20 títulos publicados, que saiu recentemente o livro «**Análise do Estado**», do psicanalista

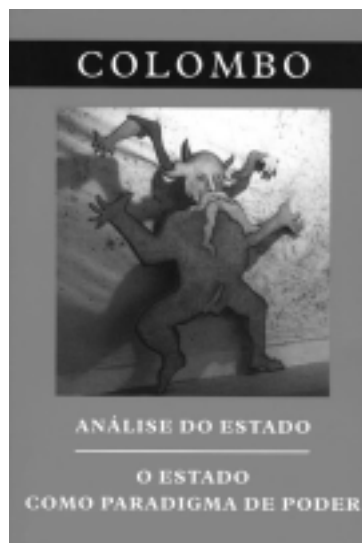
argentino Eduardo Colombo que vive há longos anos em França. Este livro reúne dois artigos do autor, «Análise do Estado», e «O Estado como Paradigma de Poder» que num discurso ágil e limpo reflectem sobre a natureza do Estado, o seu nascimento e, principalmente, sobre como ele se legitima e articula com o imaginário social dos cidadãos na época contemporânea. Colombo afirma num dado passo: «hoje, um dos problemas fundamentais dos revolucionários é essa consciência dilacerante de estar fechado no círculo demoníaco da repetição, sitiados pela capacidade onimodal do Estado, do instituído, de recuperar, devorar tudo o que é inovação, mudança, transformação.» Mas apesar de tudo não deixa de acreditar que «a sociedade sem Estado, sem poder político ou dominação, é uma nova forma a conquistar. Ela está no futuro». Essa é a utopia e a vontade dos libertários que persistem na recusa.

Já a Sotavento optou por reunir no livro **Democracia ou Anarquismo?** a famosa polémica que opôs Saverio Merlino, na sua fase possibilista, defensor de uma



participação eleitoral de contestação, e Errico Malatesta, sempre revolucionário e abstencionista, dois dos mais importantes anarquistas italianos. O debate que se mantém ainda pertinente permite acompanhar os argumentos desses dois libertários sobre acção directa, intervenção política, realismo, democracia, revolução. Alguns dos velhos, mas sempre actuais, temas sobre que polemizam os libertários e que dividiram no passado o movimento operário anti-capitalista. Muitos de nós concordam ainda com Malatesta que «os anarquistas permanecem, como sempre, adversários decididos do parlamentarismo e da táctica parlamentar», porque «habituar o povo a delegar noutros a conquista e defesa dos seus direitos – é a maneira mais segura de deixar livre curso à arbitrariedade dos governantes», embora alguns argumentos de Merlino não deixem de ser oportunos: «se não é possível que sejamos todos da mesma opinião, é necessário que busquemos um compromisso [...] pode haver na sociedade alguém que ache justo a “vendetta”, mas a maioria dos homens tem o direito de decidir que é injusta e de a impedir» ou seja, que acordos uma sociedade pode estabelecer para poder funcionar e como os aplicar ao conjunto dos seus membros. Merlino tentava pensar pragmaticamente as formas de acordo que viabilizassem uma sociedade socialista libertária embora tenha optado pelo realismo possibilista defendendo candidaturas políticas de oposição ao sistema num contexto em que ainda era possível ter ilusões sobre a viabilidade de uma intervenção radical dentro da política institucional. Coisa que o tempo se encarregou de desmentir.

Mesmo sendo uma polémica que não deixa de estar datada historicamente, não está superada, já que todos sabemos que periodicamente retorna em torno das formas de actuação dos anarquistas e, em particular



actualmente quando alguns libertários, principalmente norte-americanos, defendem a participação nas eleições locais.

As notas de Júlio Carrapato, como sempre, enriquecem o texto. No entanto, apesar desse companheiro elogiar a boa e leal polémica entre Merlino e Malatesta, que tinham posições tão opostas a nível das tácticas, não deixou de cometer alguns deslizos nas suas referências a Portugal, sem respeitar «a leal e cortês polémica», ao generalizar acusações quando se refere a uma companheira recentemente falecida, ex-directora do jornal A Batalha, que integrou uma lista eleitoral do Bloco de Esquerda, numa atitude isolada que só a ela caberia explicar.

COLOMBO, Eduardo. (2001) **Análise do Estado**, São Paulo, Imaginário.

MERLINO, S. & MALATESTA, Errico. (2001). **Democracia ou Anarquismo**. Faro, Sotavento.

Manuel de Sousa



GREETINGS from GROUND ZERO



CONVERGE against the
WORLD ECONOMIC FORUM
FEB. 2, 2002 • WALDORF ASTORIA HOTEL, N.Y.C.



Leia, assine
e presenteie
seus amigos com

letralivre

uma revista de cultura e libertaria

CONTACTO:

Caixa postal 50083
20062 -970 Rio de Janeiro/RJ
Brasil

O PROFESSOR PARA O ALUNO:
QUEM NASCER EXPRE-
MI-SE DE MANEIRA
QUE OS OUTROS O
COMPRENDAM É UM
PERFEITO IDIOTA.
ENTENDEU?



André

Publicações Recebidas

A

Rivista anarchica mensile

Ano 31, nº 8, Novembro 2001.

Do Sumário: Ai lettori; Occidente & Islam: Supremazia; Dopo l'11 Settembre: Tra il dire e il fare; Anarchismo: Senza limiti nè confini; USA & Islam: Sponsor, finanziatori e profittatori; Teatro: Nomadi per scelta; Alimentazione: Le strategie della fame; Dossier America Latina; Segnali di fumo: La resistenza del male; Ritratti in piedi: Anarchismo in Spagna.

Contacto: Editrice A, C.P. 17120, 20170 Milano, Italia. Telef: 39.02.2896627; Fax: 39.02.28001271; E-mail: arivista@tin.it; Site web: www.anarchibolo.ch/a-rivista

al margem

Portavoz del Ateneo Libertario, Ano X, nº 39, Outono 2001

Do Sumário: Editorial: Todos estamos presos de este sistema; G-8: Tocado!; La importancia de apoyar a los presos; La explotación laboral en la cárcel; Destas prisiones cargado: Eduardo García y la Europol; Ficheros Internos de Especial Seguimiento; De la cárcel: Nadie puede sobrevivir a solas; Manifiesto de la C.O.P.E.L.; Los ricos; Justicia de clase o qué clase de justicia; Las mejores plumas: "Una noche de San Juan"; El diccionario del diablo: "Cárcel"; Saharaui: El insoportable hedor de una traición; Llibres: Un paseo com la muerte; El embudo; Publicaciones; Kiosco libertario; "Ciencia Social": La tapia. Contacto: al margem, C/ Palma, 3 – 46003 Valencia, España.

Bollettino Archivio G. Pinelli

Nº 17, Julho 2001

Do Sumário: Cose nostre; Tesi e ricerche; Documenti rari e inediti; Album di famiglia; Memoria storica; Informazioni editoriali; Informazione bibliografiche; Immaginazione contro il potere; Incontri; Cover story.

Contacto: Centro Studi Libertari / Archivio Pinelli, via Rovetta 27, 20127 Milano, Italia. Siteweb: <http://www.centrostudilibertari.it>

Bulletin of the Kate Sharpley Library

Boletim da Livraria Kate Sharpley, nº 28, Outubro 2001

Informação sobre publicações editadas e disponíveis.

Contacto: Kate Sharpley Library, BM Hurricane, London WC1 N 3XX, England.

Clã Destino

Nº 20, 2001

Jornal alternativo.

Contacto: Clã Destino, C. Postal 10149, Lagoa da Conceição, Florianópolis (SC), Brasil.

Counter Information

Nº 56, Verão 2001

Folheto de contra-informação divulgado por um colectivo independente do centro da Escócia.

Contacto: Counter Information, c/o 17 W. Montgomery Place, Edinburgh EH7 5 HA Scotland.

Courant alternatif

Mensuel de l'Organisation Communiste Libertaire, nº 111, Verão 2001

Do Sumário: Édito; Procès de deux membres de la CNT à Troyes; Interdiction des licenciements; Transports de déchets radioactifs, c'est reparti; Journée nationale d'action antinucléaire, le 20/10/2001; Sauvage répression contre les antinucléaires en Belarus; Plan hydrologique espagnol: le grand gaspillage de l'eau; Violences et insécurité - fantasmes et réalités; La liberté démasquée; Quelle unité des révolutionnaires?; Les deux guerres d'Algérie: le peuple entre pillages maffieux et balles de l'armée; L'autonomie indienne se heurte à la

globalisation; Rubrique Livres & revues; Globalisation du roquefort; Programme camping OCL été 2001.

Contacto: OCL c/o Clé des Champs, BP 20912, 44009 Nantes Cedex 1, France. Tel./fax: 33.3.88323752; E-mail: oclibertaire@hotmail.com; Site web: <http://oclibertaire.free.fr/>

La Campana

Semanario de información y pensamiento anarquista, nº 174 // 05.11.2001

Do Sumário: Buzón de La Campana; Editorial; Sobre la 1ª Asamblea Estatal contra la Globalización; La semana; Debate al rojinegro: Conflicto de inmigrantes en Barcelona; La ronda del buit; Insumisión: 45 aniversario de la Federación Anarquista Uruguaya; Publicaciones; Libros: El beneficio es lo que cuenta; David Fernández: Una canción de paz; Cine: Amores perros; Memoria Libertaria: La Ruche – Escuela de Faure.

Contacto: La Campana, C/ Pasantería, 1-3ª, 36002 Pontevedra, España. E-mail: lacampana@jet.es

Le Monde Libertaire

Hebdomadaire de la Fédération Anarchiste, nº 1259, 22 a 28 de Novembro 2001

Do Sumário: Éditorial; Qu'il fait bon être civilisé; Locarn: l'anti-globalisation de proximité; McDo, divergence syndicale; Les religions mènent toutes à l'abattoir; Le capitalisme tue en temps de guerre comme en temps de paix; Istanbul: Manifestation anarchiste contre la guerre et le capitalisme; Semaine féministe sur RL; McDo en grève: interview; Propos sur le sabotage; Thank you Julien!; Julien est mort; Vie du mouvement.

Contacto: Le Monde Libertaire, 145, Rue Amelot, 75011 Paris, France.

letralivre

Revista de cultura libertária, arte e literatura, Ano 5, nº 32, 2001

Do Sumário: Guerra e paz; Misérias da punição; Um anarquista na Patagônia; A cidadania não-conformista; Cronologia do anarquismo; O Islã e as mulheres; Um olhar dentro do meu mundo; Especial: Ocidente x Oriente. Contacto: letralivre, Caixa Postal 50083, 20062-970 Rio de Janeiro – RJ, Brasil. E-mail: letralivre@gbl.com.br

Libertaria- il piacere dell'utopia

Rivista trimestrale, Ano 3, nº 4, Outubro / Dezembro 2001

Do Sumário: Lasciamo il pessimismo per tempi migliore; Quel berretto verde di nome Osama; Io che non ho visto Genova; Io che ho visto Genova; Tute nere: anarchici dell'altro mondo; Zerzan, teorico dei Black bloc? Ma mi faccia il piacere; Ivan Illich: i pericoli della modernità; Non sappiamo più ascoltare; Prigionieri della velocità; Pirati di mare o di cyberspazio; Economia può far rima con etica?; La "razionalità" del capitalismo; Revisionismo? Un falso problema; La storia siamo noi; Adesso l'arte mettila d'ApARTe.

Contacto: Libertaria, Casella Postale 10667, 20110 Milano, Italia. E-mail: libertaria@libertaria.it; Site web: www.libertaria.it

Opción Libertaria

Órgano de GEAL – Grupo de Estudio Y Acción Libertaria, nº 35, Abril 2001. Do Sumário: Cultura y globalización; Prologo de Luce Fabri a Malatesta; Jinetes del Apocalipsis; Che Guevara: El mito como forma de dominación; Izquierda y política; Orígenes del movimiento obrero en el Uruguay (parte II).

Contacto: Débora Céspedes, Casilla de Correos 141, C.P. 11000 Montevideo, Uruguay.

Pandora

Periódico libertario y confederal, nº 3, Octubre 2001

Folha divulgada pela C.N.T. de Vitoria. Contacto: C.N.T. de Vitoria, c/ Francia, 11 – 2º derecha, Vitoria, España.

Política Operária

Revista comunista, Ano XVII, nº 81, Setembro/Outubro 2001

Do Sumário: Ponto de vista: Cruzada infame; Cartas. Apoios; O terramoto; "Secretas" deitam mãos à obra; Partidos de esquerda gaguejam; Bárbaros entram em Roma; As Palavras; EUA querem pôr o mundo de joelhos; Primeiras reflexões; Vozes dissidentes; Alcatel: Resistir aos despedimentos; Marinha Grande: Polícia ataca protesto operário; Roubar à descarada; João Amaral sempre na brecha; O estado da Nação; Apoio a Colômbia mártir; Nepal: Revolução camponesa; Intifada não se rende; Coreia: Holocausto esquecido; Salvemos Mumia Abu-Jamal; A caminho da recessão; Espanha na vanguarda da "luta antiterrorista"; Brasil: PT, finalmente o poder?; A morte de Lumumba; A burla do TPI; Colete de forças; Feminismo não é coisa de burguesas; Toni Negri redescobre o "ultra-imperialismo"; Sobre a luta de classes na URSS; A globalização segundo Marx; Visor.

Contacto: Política Operária, Apartado 1682, 1016 Lisboa Codex, Portugal.

Réfractions

Recherches et expressions anarchistes, nº 7, Outono / Inverno 2001

Do Sumário: Entrez; En mai 68, lectrice, lecteur...; La liberté: La passion de la liberté; Une liberté; La servitude volontaire; Les li-li, les bo-bo et Kropotkine; Le pouvoir: Du pouvoir politique; Bakounine, l'État et l'Église; La délégation de pouvoir; Le vote et le suffrage universel; Le droit; L'anarchie: Anarchie et anarchisme; Du syndicalisme révolutionnaire et de l'anarchosyndicalisme; Bref voyage dans l'économie qui n'existe pas; La propriété; L'éducation intégrale; L'éducation libertaire; Dieu; Anarchisme et marxisme; Les luttes: La révolution; La grève générale; L'action directe; Les actions directes dites non violentes; La désobéissance civile; Les collectivités dans la Révolution espagnole de 36; Mujeres Libres; S'organiser: Alternative libertaire; La CNT; Et la CNT-AIT; L'Organisation communiste libertaire; Comment s'organiser?; L'Espace autogéré à Lausanne; Manières de vivre:

L'écologie; L'agriculture; Projet d'économie socialiste libertaire; l'économie participative; L'art et l'inventivité; l'espéranto; La libre disposition de son corps; Les stérilisés de Bordeaux; L'utopie de l'amour libre; La laïcité; Un Africain face à l'anarchisme, l'anarchisme face à un Africain; Les livres.

Contacto: Les Amis de Réfractions, BP 45, 13920 Saint-Mitre-les-Remparts, France.

E-mail: refractions@plusloin.org

Umanità Nova

Settimanale Anarchico, Ano 81, nº 40, 18 de Novembro de 2001

Do Sumário: Conferenza sul clima di Marrakesh; Sciopero del 9 contro guerra e finanziaria; USA Patriot Act: Questa è la democrazia; Attacco dell'11 Settembre: E se la CIA avesse saputo?; Il vertice del WTO a Doha: Un mondo in vendita; La guerra per l'acqua; Morto in carcere l'animalista Barry Horne; Napoli città sociale?; Brevi dal mondo. Contacto: Umanità Nova, C.so Palermo 46, 10152, Torino, Italia.





*“Um mapa do mundo que não inclua a Utopia
não merece nem ser olhado, pois deixa de fora
o país no qual a Humanidade está sempre a
desembarcar.”*

Oscar Wilde

UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

Ao definir-se como de intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele. Nesta intervenção, UTOPIA será a expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.

As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão.

O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA.

A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.



